

# Diário do Legislativo de 31/05/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 36ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Solenidade Realizada na 36ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Comemoração dos 25 Anos do Partido Democrático Trabalhista - PDT

1.3 - 23ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates Biocombustíveis: Alcool e Biodiesel

1.4 - 24ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates Biocombustíveis: Alcool e Biodiesel

1.5 - 22ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.6 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 25/5/2005

Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Sebastião Helvécio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discursos dos Deputados João Leite e Fahim Sawan; aprovação - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.347 a 2.356/2005 - Requerimentos nºs 4.816 a 4.835/2005 - Requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues e outros, George Hilton (2), Edson Rezende (2) e Weliton Prado (2) - Comunicações: Comunicações dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Elmiro Nascimento e Mauri Torres - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Weliton Prado (2), George Hilton (2), Sargento Rodrigues e outros e Edson Rezende (2); deferimento - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rêmoló Aloise - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Márcio Kangussu - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Olinto Godinho - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O Deputado Doutor Ronaldo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, sei que a ata é confeccionada de maneira resumida. No entanto, peço que se garanta o registro da discussão feita pela manhã sobre o aumento de recolhimento de tributos pelo Governo Federal. Trata-se da maior arrecadação da história. O jornal "Diário do Comércio" de hoje trata dos tributos arrecadados pelo Governo Federal em Minas Gerais.

Sr. Presidente, a arrecadação do Governo Federal em Minas Gerais aumentou 41,84%. Ou seja, cerca de R\$1.876.000.000,00 foram arrecadados em nosso Estado. Queremos saber que valor está retornando para cá. Estamos perdendo 73% das águas do rio São Francisco. Como dissemos pela manhã, trata-se de uma verdadeira derrama. Agora, conhecemos o valor dos recursos arrecadados em Minas Gerais.

O jornal "Diário do Comércio" veicula alguns dados. No que se refere ao Imposto de Renda, a arrecadação é de, aproximadamente, R\$1.000.000.000,00. No mês passado, foram arrecadados R\$539.269.000,00 de COFINS. O acumulado do ano, de janeiro a abril, chega a R\$7.000.000.000,00. Ou seja, trata-se, novamente, de uma derrama. Quanto, desse valor, volta para o Estado?

Estou vendo aqui o Deputado Carlos Pimenta, que está sempre preocupado com a BR-135. Em 2004, a arrecadação da CIDE no Estado atingiu R\$8.000.000.000,00, mas o retorno foi de apenas 1,59%. Por lei, deveria receber 10,72%. Pasmem, este Estado detém 25% da malha rodoviária federal, o correspondente a 12.600km. Todavia, recebeu R\$171.000.000,00, enquanto deveria ter recebido R\$1.200.000.000,00. A esses novos dados devem juntar-se os que foram anunciados pela manhã, a respeito da arrecadação global do Governo Federal, que permanece com 70%. Esses dados mostram quanto a União tem ganhado com a arrecadado em Minas Gerais. Ou seja, é mesmo uma derrama.

Os impostos novamente estão sendo arrecadados pelo Governo Federal, mas sem contrapartida para Minas Gerais. Consideramos um abuso a aplicação da CIDE. Minas Gerais deveria ter recebido um R\$1.200.000.000,00; no entanto, só recebeu R\$171.000.000,00. E todos conhecemos a situação de nossas estradas.

A ata lida pelo Deputado Doutor Ronaldo trata resumidamente da questão, mas gostaria que fosse juntado ao documento que a Assembléia Legislativa expedirá também esses novos dados, que são importantes para justificar a necessidade dessa mudança. Os recursos arrecadados em Minas Gerais precisam voltar para os mineiros. Não podemos liberar nossas águas dessa maneira. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Fahim Sawan.

O Deputado Fahim Sawan - Sr. Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Deputados Doutor Ronaldo e João Leite, gostaria de contribuir somando minhas palavras às do Deputado João Leite, quando discursa sobre o montante da arrecadação do Governo Federal por meio do Governo de Minas Gerais.

Há pouco, eu estava numa audiência pública da Comissão de Saúde, discutindo a gestão pública da saúde no Estado, principalmente com relação ao Hospital de Venda Nova. Muito se discutiu sobre financiamento da saúde, o que vem corroborar as palavras do Deputado João Leite, quando diz que muito sai do Estado, mas pouco retorna por intermédio do Governo Federal. Entrei com pedido de audiência pública, que deverá tratar da questão da saúde, porque temos a comprovação de que este Estado é um dos que menos recebe investimento do Governo Federal, pois os investimentos "per capita" feitos em Minas Gerais são menores que os realizados para os paulistas, para os alagoanos e para os maranhenses, enfim, para todos os demais cidadãos brasileiros, que merecem o que recebem.

O Governo Federal, além de, nos últimos dois anos, ter investido menos em saúde, ainda faz com que Minas Gerais receba menos investimento "per capita". Nosso Estado recebe menos que as demais entidades federativas da União.

O pedido para essa audiência justifica-se também por eu já ter feito dois requerimentos, um protocolado pela própria Comissão de Saúde, no ano passado, e o outro protocolado pela Mesa desta Casa, pedindo explicação e justificativas ao Ministério da Saúde, o que não obtivemos. Esse pedido de audiência pública foi aprovado nessa reunião que acabamos de fazer. Queremos que o Ministério da Saúde venha nos explicar por que nós, mineiros, merecemos menos investimentos em saúde, por parte do Governo Federal, que os brasileiros de outros Estados e quando isso será corrigido, já que a saúde de Minas merece o mesmo tratamento de todos os Governos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

#### Correspondência

- O Deputado João Leite, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

## OFÍCIOS

Do Sr. Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional, comunicando liberação de recursos para a RURALMINAS. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Marcus Pestana, prestando informações relativas ao Requerimento nº 452/2003, da Comissão de Saúde. (- Anexe-se ao Requerimento nº 452/2003.)

Do Sr. Narcízio da Cruz Naza Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, parabenizando este Poder pela realização de reunião em homenagem à empresa Embaré e protestando pelo fato de não haver sido mencionada sua presença na referida solenidade.

Do Sr. Antônio Achilis Alves da Silva, Presidente da Rede Minas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.033/2004, da Deputada Maria Tereza Lara. (- Anexe-se ao Requerimento nº 3.033/2004.)

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.999/2005, do Deputado Doutor Viana.

Do Sr. José Martins Teixeira, Presidente da OAB - Seção Minas Gerais - Subseção Juiz de Fora, encaminhando cópia da inspeção realizada por esse órgão no CERESP do mesmo município. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Amaury Henrique Salomão, Auxiliar Administrativo III da Defensoria Pública do Estado, pleiteando recomposição salarial para os servidores desse órgão. (- À Comissão de Administração Pública.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI nº 2.347/2005

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Prevenção de Acidentes nas Escolas Públicas do Estado de Minas Gerais, através da instalação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no âmbito das escolas públicas do Estado de Minas Gerais, o Programa Permanente de Prevenção de Acidentes Escolares, através da instalação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVE.

Art. 2º - A CIPAVE terá como objetivo observar as condições e situações de risco de acidentes e violência no âmbito escolar e nos arredores da escola, solicitar medidas para reduzir e até eliminar os riscos existentes, discutir os acidentes e a violência ocorrida e solicitar medidas que previnam a repetição de eventos semelhantes.

Art. 3º - Compete à CIPAVE desenvolver trabalho de prevenção de acidentes e violência não só na escola, mas também no lar, no trânsito, na comunidade em geral, com o objetivo de estimular a mentalidade prevencionista na comunidade escolar e especificamente de:

I - identificar os locais de risco no âmbito escolar e arredores, fazendo mapeamento deles;

II - definir a frequência e a gravidade dos acidentes e da violência na comunidade escolar;

III - averiguar circunstâncias e causas de acidentes e violência na escola;

IV - planejar e recomendar medidas de prevenção e acompanhar a sua execução;

V - estimular o interesse em segurança na comunidade escolar;

VI - colaborar com a fiscalização e a observância dos regulamentos e das instruções relativas à limpeza e à conservação do prédio, das instalações e dos equipamentos;

VII - promover programas de prevenção de acidentes e violência;

VIII - promover treinamento e atualização para os componentes da CIPAVE;

IX - realizar, semestralmente, estudo estatístico dos acidentes e da violência, divulgando-o na comunidade e comunicando-o às autoridades competentes.

Art. 4º - A CIPAVE será composta por representantes dos alunos, dos pais, dos professores, da direção da escola e dos funcionários, respeitada a paridade, estando previsto um suplente para cada um dos titulares, sendo o número de representantes e o funcionamento regulamentados pelo Poder Executivo.

§ 1º - A CIPAVE deliberará, independentemente de quórum mínimo, acerca das demandas que lhe compete, devendo seus representantes zelar

pela participação de todos os seus membros.

§ 2º - Para todos os efeitos, o exercício de representação na CIPAVE é considerado atividade relevante, devendo o Poder Executivo Estadual oferecer aos membros das CIPAVES os meios necessários para o pleno desempenho de suas atribuições e conceder certificados e outorga de medalhas de honra ao mérito e elogios, a constar na folha funcional dos que forem servidores públicos.

Art. 5º - Serão eleitos, entre os membros da CIPAVE, um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º-Secretário e um 2º-Secretário, sendo os demais considerados membros efetivos.

Parágrafo único - Para cada dirigente da CIPAVE, haverá obrigatoriamente um suplente, o qual substituirá o titular em suas faltas eventuais ou em caso de desligamento.

Art. 6º - Fica criado o Dia Estadual de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar, a ser comemorado anualmente, na data equivalente à data de sanção da presente lei.

Parágrafo único - A comemoração do Dia Estadual de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar será precedida de uma semana de discussão, no âmbito das escolas públicas e privadas, acerca dos temas objeto desta lei.

Art. 7º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Educação, ficará encarregado de viabilizar, no prazo máximo de sessenta dias da aprovação da presente lei, o regulamento das CIPAVES.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

José Milton

Justificação: Atuar na prevenção e no combate aos acidentes escolares e à violência escolar é tarefa das mais importantes, pois é nas escolas que estão sendo desenvolvidos os cidadãos do futuro.

Assim, a criação de uma comissão em cada escola, especialmente para tratar de assuntos tão importantes e urgentes, a qual é a matéria deste projeto de lei, foi a forma que encontramos para colaborar diretamente na solução de tão grave problema.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste importante projeto de lei.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado João Leite. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 397/2003, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.348/2005

Autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais a doar ao Município de Alterosa o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo de Minas Gerais autorizado a doar ao Município de Alterosa o imóvel, que se encontra ocioso, com área de 2000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), situado na Avenida da Saudade, 49, no Bairro Cruzeiro, nesse município, onde existe a edificação de um galpão, que funcionava como loja da extinta CAMIG, estando desativado desde 1996.

§ 1º - O imóvel (terreno) descrito no "caput" deste artigo, posteriormente edificado com a construção do galpão, foi objeto de doação ao Estado pelo Município de Alterosa, anexado ao patrimônio da extinta Companhia Agrícola de Minas Gerais - CAMIG -, autarquia estadual, através da escritura pública de doação registrada no Livro de Notas nº 103, às fls. 107, v, e 108, v, do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Alterosa, da Comarca de Areado.

§ 2º - Em razão da extinção da CAMIG, o imóvel, objeto do "caput" deste artigo, passou a pertencer ao Patrimônio da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - e atualmente à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG -, órgãos sucessores da autarquia supracitada.

Art. 2º - O imóvel de que trata essa lei se destina à implantação de projetos de instalação de uma biblioteca municipal, um banco de alimentos e do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, pelo Município de Alterosa, que não dispõe de outro imóvel para essa finalidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

Ivair Nogueira

Justificação: O imóvel objeto desta proposição foi doado anteriormente ao Estado de Minas Gerais pelo Município de Alterosa, através da Lei Autorizativa Municipal nº 629, de 1982, mediante a Escritura Pública de Doação registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Alterosa, da Comarca de Areado, tendo sido anexado ao patrimônio da extinta Companhia Agrícola de Minas Gerais - CAMIG -, e transferida aos seus órgãos sucessores: a COMIG e, atualmente, a CODEMIG.

O referido imóvel funcionou até 1996 como loja da extinta CAMIG e se encontra ocioso desde então, tendo sido alvo de várias invasões e depredações por particulares, estando atualmente desocupado.

Ocorre que o Município de Alterosa informa que necessita implantar importantes projetos de interesse da população, como: a biblioteca municipal, o banco de alimentos e o Conselho Rural de Desenvolvimento Sustentável, cujo imóvel oferece condições adequadas, não dispondo o município de outro imóvel para essa finalidade.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei Nº 2.349/2005

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado - DER-MG - a assumir a estrada que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - autorizado a assumir o controle e a manutenção da estrada que liga o Município de Almenara ao Município de Mato Verde.

Parágrafo único - A autorização contida no "caput" deste artigo compreende todos os atos administrativos necessários à efetivação do controle e da manutenção da referida estrada.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

Jésus Lima

Justificação: A estadualização da estrada que liga o Município de Almenara ao Município de Mato Verde é essencial para o desenvolvimento da região. Ela tem um tráfego constante, por ser uma estrada em que há um escoamento de produção agrícola e também por ser a única interligação entre as referidas cidades.

Com as chuvas e depois a seca, agravam-se as condições do terreno e os moradores da região sentem-se aflitos, uma vez que ficam com a segurança e a saúde comprometidas.

Como os municípios têm demandas prioritárias para atendimento à população, enfrentam grandes dificuldades para a conservação e manutenção de suas estradas, devido à carência de recursos.

A estadualização da estrada solucionará parte dos problemas com que convive a região.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.350/2005

Declara de utilidade pública o Núcleo de Prevenção e Recuperação do Menor e da Estrutura Familiar - NUPRE -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Prevenção e Recuperação do Menor e da Estrutura Familiar - NUPRE -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

João Leite

Justificação: O Núcleo de Prevenção e Recuperação do Menor e da Estrutura Familiar - NUPRE -, com sede no Município de Belo Horizonte, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo precípuo promover ações de atenção às necessidades da criança e da família, combatendo a desnutrição infantil, a educação e a saúde das crianças nesse município.

Busca soluções que contribuam para a melhoria das condições de vida da população, razão pela qual, cremos, o reconhecimento da entidade como sendo de utilidade pública estadual fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado. Por isso conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.351/2005

Declara de utilidade pública o Centro Infantil Comunitário-Pró Vida, com sede no Município de Mendes Pimentel.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Infantil Comunitário-Pró Vida, com sede no Município de Mendes Pimentel.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

José Henrique

Justificação: O Centro Infantil Comunitário-Pró Vida é uma entidade civil, sem fins lucrativos e está em funcionamento desde 1995.

O Centro Infantil Comunitário-Pró Vida tem por finalidade prestar assistência a menores carentes na faixa etária de até seis anos de idade, em regime de semi-internato, visando ampará-los e contribuir para a melhoria de suas condições de vida, podendo estender o trabalho às mães, por meio de cursos e palestras. Os membros de sua diretoria são pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelo exercício de suas funções.

Com base no exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.352/2005

Regula as informações a serem prestadas ao adquirente de microcomputadores ou de peças para microcomputadores.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei regula as informações a serem prestadas ao adquirente de microcomputadores ou de peças para microcomputadores.

Art. 2º - Na oferta de microcomputadores ou de peças para microcomputadores, ao lado do produto exposto será apresentada listagem em local visível e de fácil identificação pelo consumidor, na qual se empregarão caracteres ostensivos, constando as seguintes informações relativas a cada peça avulsa ou integrante do microcomputador:

I - marca e modelo;

II - nome do fabricante;

III - velocidade de transmissão de dados, se for o caso;

IV - capacidade de transmissão de dados, se for o caso;

V - capacidade de armazenamento, se for o caso;

VI - velocidade de processamento, se for o caso

VII - capacidade de processamento, se for o caso;

VIII - velocidade de rotação, se for o caso.

IX - outras especificações para cada tipo de peça:

a) em relação ao microprocessador será informado seu "clock" real e seu nome comercial;

b) em relação à memória será informada a unidade que expressa seu barramento;

c) em relação à placa-mãe será informado o ano de lançamento no mercado e se ela contém dispositivos "on board";

d) em relação ao disco rígido será informada sua interface e a capacidade do seu "buffer";

e) em relação à fonte de alimentação contida no gabinete será informada sua potência máxima.

§ 1º - O "clock" real e o nome comercial do microprocessador serão apresentados lado a lado, de forma que seja possível a comparação entre os dados presentes no nome comercial da peça e sua performance real.

§ 2º - Não são considerados peças, para fins desta lei, fios, parafusos ou componentes não eletrônicos empregados para compor a estrutura do microcomputador.

§ 3º - O dever de informação previsto neste artigo será observado ainda que o microcomputador seja montado pelo seu fabricante ou por fornecedor diverso daquele que oferta o produto à venda.

Art. 3º - Ao consumidor que adquirir microcomputador ou peça para microcomputador será entregue uma lista, comprovadamente emitida pelo fornecedor que efetuar a venda, constando, além das informações previstas no artigo anterior, as seguintes:

I - para a placa-mãe:

- a) o seu limite quanto ao "upgrade" de memória;
- b) o nome do fabricante de seus "chipset";
- c) os seus dispositivos "on board";

II - para a memória:

- a) o país em que foi fabricada;
- b) o "clock" da memória;

III - para o gabinete:

- a) quantas de suas baias externas podem ter dispositivos instalados conjuntamente com um disco rígido instalado numa das baias internas, sem prejuízo da integridade do microcomputador, considerando-se a potência da fonte de alimentação nele contida;
- b) quantos discos rígidos podem ser instalados nas baias internas e suportados pela fonte de alimentação, sem prejuízo da integridade do microcomputador, quando instalados dispositivos em todas as baias externas;

IV - qual peça integrante do microcomputador pode reduzir a performance de outra peça da mesma máquina;

V - a possibilidade de conflito ou incompatibilidade entre as peças vendidas, se para instalação em um mesmo microcomputador;

VI - a certificação, por parte do fornecedor que efetuar a venda ao consumidor, de que o "cooler" é adequado e suficiente para o microcomputador;

VII - as demais informações que permitam identificar, sob todos os ângulos, a qualidade e a performance das peças.

Parágrafo único - A lista poderá ser substituída, a critério do fornecedor, por cupom fiscal em que constem as mesmas informações determinadas neste dispositivo, desde que empregados caracteres legíveis e ostensivos.

Art. 4º - Para fins desta lei, considera-se:

I - "clock" real do microprocessador: a frequência máxima efetiva, expressa em "hertz" ou neste mesmo parâmetro de medida em escala maior, que esta peça pode suportar sem prejuízo da integridade do microcomputador;

II - nome comercial do microprocessador: a denominação completa atribuída à peça por seu fabricante;

III - barramento da memória: o conjunto de condutores elétricos e circuitos de controle, através do qual fluem dados ou sinais, influenciando a performance da memória;

IV - ano de lançamento no mercado da placa-mãe: o ano em que esta peça foi efetivamente e pela primeira vez oferecida para venda por seu fabricante;

V - dispositivos "on board": aqueles embutidos de forma permanente na placa-mãe, tais como sistemas de som ou de vídeo;

VI - interface do disco rígido: o padrão de compartilhamento de dados ou sinais, tais como o IDE ou o SCSI;

VII - capacidade do "buffer" do disco rígido: a quantidade de memória do disco rígido para armazenamento temporário de dados;

VIII - "upgrade": a atualização de componentes de microcomputador;

IX - "chipset": os circuitos centrais contidos numa placa-mãe, responsáveis pela interface entre o microprocessador e os demais componentes da placa-mãe, incluindo o controlador de memória e o controlador de barramento;

X - "clock" da memória: a frequência máxima efetiva, expressa em "hertz" ou neste mesmo parâmetro de medida em escala maior, que esta peça pode atingir;

XI - baias externas: as gavetas que consistem em espaços para a instalação de dispositivos tais como unidades de CD ou DVD;

XII - baias internas: os espaços destinados no interior do gabinete, sem saída para seu exterior, para instalação de discos rígidos;

XIII - "cooler": a peça utilizada para manter a refrigeração e o controle de temperatura de outras peças ou do microcomputador;

Art. 5º - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o fornecedor entregará ao consumidor todos os documentos elaborados pelo fabricante que acompanham cada uma das peças, tais como manuais de instrução, especificações técnicas e termos das garantias.

Art. 6º - O fornecedor prestará ao consumidor, por escrito, quaisquer informações e dados que possibilitem aferir a qualidade e o desempenho de peça que se utilize de tecnologia não prevista nesta lei, empregando especificações objetivas e claras, ainda que não previstas em lei.

Art. 7º - Os fornecedores de microcomputadores ou de peças para microcomputadores manterão em seus estabelecimentos um exemplar desta lei disponível para consulta de quem o solicite.

Parágrafo único - É obrigatória, nos estabelecimentos a que se refere o "caput", a afixação de placa junto ao caixa, em local visível e de fácil identificação, com os seguintes dizeres: "Este estabelecimento possui exemplar, disponível para consulta, da Lei Estadual (número da lei após sanção), que trata das informações a serem prestadas aos consumidores de microcomputadores ou de peça para microcomputadores."

Art 8º - Esta lei entra em vigor sessenta dias após sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: O projeto regula as informações a serem prestadas ao consumidor de microcomputador ou de peça para microcomputador, com fundamento na competência contida no art. 24, V - produção e consumo - da Constituição Federal.

Saliente-se que o projeto não fere a competência da União para legislar sobre informática (art. 22, IV da Constituição Federal), pois apenas regula deveres de informação decorrentes de relações contratuais do comerciante com o consumidor, típicas de qualquer ato de venda, sem exigir nem estabelecer inovações ou padrões técnicos nem requisitos para a fabricação de equipamentos. O projeto tampouco cria política para o setor de informática. Assim, insere-se dentro da competência do Estado.

Os consumidores mineiros não vêm recebendo as devidas informações nas compras dos referidos produtos. Tornou-se praxe anunciar o microcomputador fornecendo-se como informação apenas o tipo de seu microprocessador. O consumidor compra acreditando que tal informação basta para aferir a qualidade e a performance do produto, o que não é verdade. O microcomputador é composto por inúmeras peças que podem bloquear ou até mesmo minimizar a capacidade do microprocessador. Só é possível aferir a qualidade da máquina identificando-se a qualidade das peças que a compõem.

Freqüentemente alguns fornecedores, para reduzir o preço, têm vendido microcomputadores com o microprocessador anunciado, mas que trazem em si peças de qualidade e performance baixas. O consumidor pode perder todo o microcomputador pelo vício de uma de suas peças.

As revistas e sites na internet especializados em "hardware", como é o caso dos sites [www.clubedohardware.com.br](http://www.clubedohardware.com.br) e <http://www.forumpcs.com.br>, estão alertando sobre a importância de se informar a marca, bem como as demais especificações das peças que integram um microcomputador. A título de exemplo, o consumidor deve ser informado sobre a marca, o modelo, a capacidade de armazenamento, a velocidade de rotação do disco rígido; ou sobre a marca, a capacidade de armazenamento, o "clock" e o barramento do módulo de memória que pretende adquirir.

Consumidores também têm adquirido computadores com peças incompatíveis entre si, outra fonte de prejuízos. Peças inadequadas podem ocasionar prejuízos ao consumidor, como é o caso de um "cooler" impróprio para o microcomputador demandado. É justo que o consumidor seja informado sobre as limitações das peças que adquire, pois que pode ser surpreendido posteriormente quando tentar atualizar sua máquina.

Também não é raro encontrar fornecedores que não transferem ao consumidor todos os documentos que acompanham as peças para microcomputador, a exemplo de manuais de instrução, especificações técnicas e termos das garantia.

A informação pretendida por este projeto poderá contribuir sensivelmente para reduzir essas práticas sob foco e para criar uma cultura de análise detida na compra de microcomputadores ou de peças para microcomputadores.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.353/2005

Dispõe sobre informações prestadas nos catálogos de telefones distribuídos no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Esta lei regula as informações a serem prestadas nos catálogos de telefones distribuídos no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Nas páginas introdutórias dos catálogos de telefones distribuídos no Estado constarão, de maneira ostensiva e que permita fácil identificação, seções destinadas às informações especificadas nesta lei, sem prejuízo de outras.

§ 1º - as informações especificadas nesta lei deverão anteceder:

I - mapas;

II - itinerário dos ônibus;

III – publicidade, salvo a que eventualmente constar na primeira contracapa;

IV – noticiário de qualquer espécie;

V – índice de localidades.

§ 2º - A elaboração das páginas introdutórias referidas no "caput" deste artigo que veicularão as informações especificadas nesta lei será custeada por cada responsável pelos catálogos telefônicos produzidos para distribuição no Estado.

Art. 3º - Todo catálogo de telefones distribuído no Estado conterá índice geral, que se localizará a partir da primeira página, logo após a primeira contracapa.

Art. 4º - Na seção destinada às informações ao consumidor usuário de serviços de telefonia constará, sem prejuízo de outras, as seguintes informações:

I – esquemas gráficos, tabelas, explicações ou quaisquer outros recursos que permitam ao consumidor compreender os critérios tarifários e todos os elementos que compõem o sistema de tarifação e que podem influir nos custos das chamadas, entre os quais se incluem:

a) parâmetro de medição de chamada;

b) unidade tarifável;

c) variações para chamadas locais, realizadas de telefone fixo destinadas a telefone fixo;

d) variações para chamadas destinadas a telefones móveis;

e) variações para chamadas originadas em telefones públicos;

f) variações para chamadas interurbanas;

g) variações em razão do horário das chamadas;

h) variações em razão dos dias de realização das chamadas;

i) variações para tipos de tarifa;

j) variações em razão de degraus tarifários;

II – tabela com o nome de todas as operadoras de telefonia, seus respectivos códigos e especificação da área de abrangência para a qual cada operadora pode realizar chamadas;

III – uma reprodução da conta de cobrança da operadora de telefonia local, com destaques explicativos para cada campo, entre os quais se incluem:

a) campo em que constam os dados do remetente;

b) a data do vencimento da conta;

c) as conseqüências do inadimplemento;

IV – o inteiro teor do contrato em vigor destinado ao assinante de serviço telefônico fixo comutado, referente à operadora de telefonia fixa que estiver operando no Estado;

V – tabela explicando como realizar chamadas interurbanas, interurbanas a cobrar, internacionais e internacionais a cobrar.

Parágrafo único - No contrato referido no inciso IV deste artigo constará o número e a data de seu protocolo no órgão regulador das telecomunicações.

Art. 5º - Na seção destinada às informações ao cidadão constarão, sem prejuízo de outras informações, as seguintes:

I – documentos e providências necessárias para o alistamento militar;

II – nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre alistamento militar;

III – documentos e providências necessários para a obtenção da primeira via da Carteira de Identidade;

IV – documentos e providências necessários para a obtenção da segunda via da Carteira de Identidade;

V – nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre obtenção da Carteira de Identidade;

VI – documentos e providências necessários para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação provisória;

- VII – documentos e providências necessários para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação definitiva;
- VIII – documentos e providências necessários para renovação da Carteira Nacional de Habilitação;
- IX – nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre Carteira Nacional de Habilitação;
- X – documentos e providências necessários para a obtenção da primeira via da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- XI – documentos e providências necessários para a obtenção da via de continuação da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- XII – nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- XIII – documentos e providências necessários para a obtenção do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF -;
- XIV – nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre Cadastro de Pessoas Físicas - CPF -;
- XV – documentos e providências necessários para a obtenção de passaporte;
- XVI – nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre passaporte;
- XVII – documentos e providências necessários para a obtenção de Título de Eleitor;
- XVIII – nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre Título de Eleitor;
- XIX – documentos e providências necessários para a obtenção do Cartão do Idoso;
- XX – nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre o Cartão do Idoso;
- XXI – documentos e providências necessários para a realização de matrículas em escolas públicas dos ensinos fundamental e médio;
- XXII – nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre matrículas em escolas públicas dos ensinos fundamental e médio;
- XXIII – endereço completo e telefone do Juizado Especial da Infância e da Juventude;
- XXIV – endereço completo e telefone do Juizado Especial Cível;
- XXV – endereço completo e telefone do Juizado Especial das Relações de Consumo;
- XXVI – endereço completo e telefone do Juizado Especial Criminal e de Acidentes de Trânsito;
- XXVII – endereço completo e telefone dos demais Juizados Especiais;
- XXVIII – endereço completo e telefone dos PROCONs estaduais e municipais;
- XXIX – endereço completo e telefone da Defensoria Pública;

§ 1º - As informações exigidas neste artigo versarão sobre dados da Capital do Estado de Minas Gerais, bem como do município de que tratar o catálogo de telefones.

§ 2º - Além dos dados exigidos pelos incisos deste artigo, serão também informados, quando houver, os respectivos endereços eletrônicos e correios eletrônicos.

Art. 6º - Sem prejuízo do espaço destinado às informações exigidas no artigo anterior, fica reservada, na seção destinada às informações ao cidadão, meia página para cada uma das entidades ou pessoas seguintes:

- I – entidade ou pessoa que represente, para os fins desta lei, os Cartórios de Registro Civil do Estado de Minas Gerais;
- II – entidade ou pessoa que represente, para os fins desta lei, os Cartórios de Registro de Imóveis do Estado de Minas Gerais;
- III – entidade ou pessoa que represente, para os fins desta lei, os Cartórios de Protesto do Estado de Minas Gerais;
- IV – entidade ou pessoa que represente, para os fins desta lei, os Cartórios de Notas do Estado de Minas Gerais;
- V – entidade ou pessoa que represente, para os fins desta lei, os Cartórios de Títulos e Documentos do Estado de Minas Gerais;

§ 1º - O grupo de cartórios especificado em cada inciso deste artigo elegerá, para os fins desta lei, entidade ou pessoa que o represente perante os responsáveis pelos catálogos distribuídos no Estado.

§ 2º - As entidades ou pessoas representativas referidas neste artigo inscreverão seus dados perante os responsáveis pelo catálogo telefônico.

§ 3º - As entidades ou pessoas referidas neste artigo enviarão aos responsáveis pela produção de catálogo telefônico informações acerca do serviço que prestam os cartórios que representam e as informações que reputam importantes para o esclarecimento da população, as quais serão divulgadas em cada espaço reservado referido no "caput" deste artigo.

§ 4º - Além de outras informações elaboradas pelas entidades ou pelas pessoas referidas neste artigo, haverá:

I - síntese explicativa sobre os serviços que prestam os cartórios que representam;

II - certidões, registros ou averbações freqüentemente demandados;

III - documentos e providências necessários para o atendimento à demanda do público;

IV - nome e endereço completos e telefone do órgão que pode fornecer outras informações sobre os serviços.

§ 5º - Na omissão ou na recusa de entidade ou pessoa prevista neste artigo em enviar informações para constar no espaço destinado referido no "caput" deste artigo, os responsáveis pelos catálogos distribuídos no Estado informarão no mesmo local o mínimo previsto no parágrafo anterior, sem prejuízo de outras informações que reputarem relevantes.

§ 6º - Nos espaços reservados aos cartórios é vedada a referência a qualquer dado relativo a ofício específico.

Art. 7º - Fica reservada, na seção destinada às informações ao cidadão, meia página para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, para divulgação de informações que reputar importantes para o esclarecimento da população acerca dos seus direitos.

§ 1º - Na hipótese de omissão ou recusa à prerrogativa prevista no "caput" deste artigo ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, as informações atinentes a direitos previdenciários poderão ser fornecidas por equipe determinada pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

§ 2º - Na hipótese de omissão ou recusa à prerrogativa prevista no parágrafo anterior, não será destinado o espaço referido no "caput" deste artigo.

Art. 8º - Fica reservada, na seção destinada às informações ao cidadão, uma página para a Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais - DRT-MG -, para a divulgação de informações que reputar importantes para o esclarecimento dos trabalhadores acerca dos seus direitos.

§ 1º - Na hipótese de omissão ou recusa à prerrogativa prevista no "caput" deste artigo à Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais - DRT-MG -, as informações poderão ser fornecidas por equipe determinada pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

§ 2º - Na hipótese de omissão ou recusa à prerrogativa prevista no parágrafo anterior, não será destinado o espaço referido no "caput" deste artigo.

Art. 9º - Na seção destinada às informações atinentes à saúde pública constará, sem prejuízo de outras informações, tabela de vacinação, conforme orientação da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Art. 10 - As informações, de que tratam os arts. 6º, 7º, 8º e 9º desta lei serão enviadas aos responsáveis pela produção de catálogo telefônico com prazo de antecedência de até três meses antes da edição.

Parágrafo único - Os responsáveis pela produção de catálogo telefônico não são obrigados a qualquer espécie de pagamento para o recebimento das informações especificadas nesta lei.

Art. 11 - Na seção destinada às informações sobre órgãos públicos constarão, sem prejuízo de outras, as seguintes informações:

I - as entidades e os órgãos integrantes do Poder Executivo Federal estabelecidos no Estado de Minas Gerais;

II - os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal estabelecidos no Estado de Minas Gerais;

III - as entidades e os órgãos integrantes do Poder Executivo Estadual;

IV - os órgãos integrantes do Poder Legislativo Estadual;

V - os órgãos integrantes do Poder Judiciário Estadual;

VI - as entidades e os órgãos integrantes do Poder Executivo Municipal;

VII - os órgãos integrantes do Poder Legislativo Municipal;

VIII - os órgãos integrantes do Ministério Público Federal estabelecidos no Estado de Minas Gerais;

IX - os órgãos integrantes do Ministério Público Estadual.

§ 1º - As informações exigidas neste artigo versarão sobre dados da Capital do Estado de Minas Gerais, bem como do município de que tratar o catálogo de telefone.

§ 2º - As informações exigidas neste artigo apresentar-se-ão de acordo com a classificação e a ordem determinada pelos seus incisos.

§ 3º - Conjuntamente com o nome da entidade ou do órgão serão informados os seus números de telefone destinados ao atendimento ao público.

Art. 12 - Na seção destinada às informações sobre órgãos públicos serão apresentados com destaque os seguintes dados:

I - nome e telefone da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente;

II - nome e telefone da Delegacia Especializada de Crime contra a Mulher;

III - nome e telefone da Delegacia Especializada de Capturas e de Localização de Pessoas Desaparecidas;

IV - nome e telefone das demais delegacias especializadas.

Art. 13 - Cada uma das seções informativas referidas nesta lei terá particularidade gráfica, em cores, que permita sua identificação, de maneira fácil e rápida.

Parágrafo único - A particularidade gráfica constará em todas as páginas de cada seção.

Art. 14 - Fica reservado o número mínimo de vinte páginas para veicular as informações exigidas nesta lei.

Parágrafo único - Se necessário, serão empregados caracteres maiores para ocupar o número mínimo de páginas reservadas no "caput" deste artigo.

Art. 15 - As informações exigidas nesta lei também constarão, no que couber, em lista telefônica digital ou eletrônica disponibilizada aos consumidores por qualquer meio.

Parágrafo único - Na hipótese do "caput" deste artigo, as informações exigidas nesta lei deverão ser apresentadas em destaque, de modo a permitir sua fácil identificação por parte do consumidor.

Art. 16 - As escolas públicas estaduais incentivarão a análise, o estudo e o debate sobre as seções informativas exigidas por esta lei.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor sessenta dias após sua publicação.

Art. 18 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: Este projeto regula, com fundamento na competência contida no art. 24, V, da Constituição Federal, as informações a serem prestadas em qualquer catálogo de telefones distribuído no Estado de Minas Gerais.

Saliente-se que o projeto não fere a competência da União para legislar sobre telecomunicações (art. 22, IV, art. 48, XII, da Constituição Federal), pois apenas regula informações de utilidade pública que utilizarão como veículo o catálogo telefônico, que não é um instrumento de telecomunicações. O projeto poderia prever a elaboração de cartilha para divulgação das informações previstas nesta lei, para distribuição conjunta com cada novo catálogo telefônico, sem interferir no setor de telecomunicações. O fato de a informação estar veiculada fora ou dentro do catálogo não importa para a divisão constitucional de competências legislativas; o projeto não cria, portanto, política nem interfere na regulação das telecomunicações. Assim, insere-se na competência do Estado.

É conveniente que o catálogo telefônico, referência para orientação de muitos, veicule informações imprescindíveis para a vida do cidadão.

Apesar dos anos já transcorridos desde a privatização do sistema de telefonia, ainda se encontra quem tenha dificuldades em realizar chamadas interurbanas, interurbanas a cobrar, internacionais e internacionais a cobrar, ou dificuldades em compreender o sistema tarifário das operadoras de telefonia. É imprescindível que tais informações sejam prestadas de forma clara, ostensiva e didática à população, em fonte para consulta freqüente.

Aproveitando o potencial do catálogo telefônico para servir de instrumento à cidadania, convém que ele disponibilize informações essenciais ao cidadão, tais como as sobre alistamento militar, obtenção de Carteira de Identidade, obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social, obtenção do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF -, obtenção de passaporte, obtenção de Título de Eleitor, realização de matrículas em escolas públicas dos ensinos fundamental e médio, dados dos Juizados Especiais, dados dos PROCONS estaduais e municipais, dados da Defensoria Pública, etc.

Os serviços prestados pelos diversos tipos de cartórios extrajudiciais nem sempre são conhecidos pelo cidadão. Freqüentemente, quando há necessidade de recorrer aos cartórios, o usuário é surpreendido por procedimentos e documentos necessários para satisfazer sua demanda, o que gera idas e vindas e dispêndio de tempo. Este projeto pretende criar um espaço de comunicação direta entre os vários cartórios do Estado e a comunidade, por meio do catálogo telefônico, para prestação de informações úteis; porque, sendo geridas pelos cartórios, assegura-se que as informações prestadas serão pertinentes e relevantes às demandas sociais.

É igualmente conveniente que nesse espaço de informação ao cidadão constem orientações sobre direitos previdenciários e trabalhistas, que poderão ser elaboradas respectivamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, e pela Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais - DRT-MG -, ou, subsidiariamente, por equipe especificada pela administração da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Outra informação determinada nesta lei e geralmente desconhecida da população é a tabela de vacinação especificada pela Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Considerando-se que, aos olhos do cidadão leigo, a estrutura estatal se pode apresentar complexa, é de interesse social a apresentação de uma lista para identificação dos dados de órgãos públicos, em divisão didática que permita a compreensão das esferas federal, estadual e municipal, bem como da divisão entre os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

É um projeto que pretende auxiliar o exercício da cidadania e estreitar os laços entre o Estado e a sociedade.

Vale destacar que as informações determinadas neste projeto já são apresentadas por um ou outro catálogo distribuído no Estado; é justo, contudo, traçar formatações a essas informações basilares, bem como definir regulamento em sede legal para que a praxe informativa não retroceda em prejuízo dos cidadãos.

O fato de alguns catálogos já apresentarem muitas das informações determinadas nesta lei, como é o caso da Telelista distribuída em Minas Gerais ou da Telelista distribuída no Distrito Federal, demonstra que este projeto não acarreta custos desarrazoados, tampouco onera os responsáveis pelas listas de telefone. Estes não deverão receber pagamento para fornecer as informações especificadas nesta lei.

A ausência de regulamento específico também justifica este projeto de lei, assegurando-se um mínimo de informações de relevo nas listas de telefone.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei nº 2.354/2005

Dispõe sobre a obrigatoriedade de vigilância nas agências bancárias situadas no Estado durante o período em que ofereçam o serviço de auto-atendimento por meio de caixa eletrônico e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É obrigatória a presença de, no mínimo, um trabalhador destinado à vigilância nas agências bancárias situadas no Estado, durante o período em que nelas for oferecido o serviço de auto-atendimento ao cliente por meio de caixa eletrônico.

Art. 2º - Será instalado, próximo aos caixas eletrônicos, dispositivo de sinal sonoro por meio do qual o usuário poderá alertar o trabalhador de que trata o "caput" deste artigo acerca de incidentes.

Art. 3º - O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social, aplicará às instituições que descumprirem o disposto nesta lei as seguintes penalidades, sucessivamente:

I - advertência escrita, na primeira autuação;

II - multa diária de 30.000 UFEMGs (trinta mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) por agência autuada, na segunda autuação.

Art. 4º - A fiscalização e a autuação das infrações ao previsto nesta lei serão realizadas pelas Polícias Civil e Militar.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

Sargento Rodrigues

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo criar meio para coibir a atuação criminosa no âmbito de nosso Estado, especificamente no que se refere aos crimes contra o patrimônio cometidos em desfavor de usuários do serviço de auto-atendimento bancário em caixas eletrônicos.

A presença de funcionário que atuará como vigia durante todo o período em que for oferecido o serviço de auto-atendimento nas agências bancárias de certo inibirá a prática de crimes, uma vez que toda situação de perigo ocorrida naquele estabelecimento poderá ser comunicada aos organismos policiais com maior rapidez.

Com a possibilidade de uma resposta mais ágil à atitude delituosa, a tendência é que o indivíduo reconsidere o impulso inicial de delinquir, chegando mesmo a desistir de sua empreitada criminosa.

Da mesma forma, a determinação da instalação de dispositivo sonoro cujo interruptor deverá ser posicionado ao alcance do usuário também serve ao fim de proporcionar maior segurança, já que se destina à promoção de uma comunicação primária entre aquele e o funcionário vigia, maiormente quando o expediente ordinário da agência já estiver encerrado.

A fim de tornar eficazes as determinações apresentadas na proposição, incluiu-se a imposição de sanções, aplicáveis no caso de descumprimento, conferindo-se, no entanto, prazo razoável para que estabelecimentos bancários se adaptem à ordem legal inovadora.

Quanto à competência legislativa estadual para a matéria, sirvo-me do parecer de 1º turno da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, aprovado em 27/10/2004, por meio do qual fora analisado o Projeto de Lei nº 1.847, de 27/8/2004, do Deputado Márcio Kangussu, em que, muito acertadamente, asseverou o relator que:

"As instituições financeiras vêm questionando a competência dos Estados e municípios para legislar sobre a atividade bancária, em reiteradas oportunidades, sob o argumento de que as normas relativas ao sistema financeiro nacional devem ser editadas exclusivamente pela União.

A referida tese, no entanto, não tem conseguido abrigo no Judiciário, que vem reconhecendo a competência privativa da União apenas para editar normas que digam respeito ao sistema financeiro nacional, diferentemente, pois, das regras de funcionamento e segurança dos estabelecimentos bancários".

Portanto, reconhecida a competência estadual e ainda a inexistência de "norma constitucional instituidora de reserva de iniciativa em relação à matéria objeto da proposição", espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Deputada Maria José Haueisen. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 65/2003, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei Nº 2.355/2005

Declara de utilidade pública o Lar dos Idosos José Justino Rocha, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar dos Idosos José Justino Rocha, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

Vanessa Lucas

Justificação: O Lar dos Idosos José Justino Rocha, associação civil, caritativa e de assistência social, é vinculada à Sociedade de São Vicente de Paulo - SSV - , o que caracteriza sua condição de prestadora de relevantes serviços à comunidade de Ribeirão das Neves, assistindo os pobres e, particularmente, os idosos desamparados.

Proporciona-lhes abrigo, atendimento médico e dentário, medicamentos e alimentação, bem como amparo moral e espiritual dentro dos princípios cristãos de solidariedade, no intuito de preservar sua saúde e dignidade.

Por esse trabalho de significativa importância social, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei Nº 2.356/2005

Dispõe sobre a situação funcional dos funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG - admitidos entre 5 de outubro de 1988 e 23 de abril de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG -, admitidos no período compreendido entre 5 de outubro de 1988 e 23 de abril de 1993, que tenham sido dispensados, sem justa causa, de 31 de agosto de 2004 até a data da publicação desta lei, ficam reintegrados aos quadros de funcionários da referida empresa, na condição de funcionários efetivos, com todas as garantias inerentes ao cargo e com o direito ao recebimento dos salários e vantagens que lhes seriam devidos em relação ao período compreendido entre a data da dispensa e a da reintegração.

Art. 2º - Fica também reconhecida a condição de funcionário efetivo a todos aqueles que, não obstante admitidos no mesmo período indicado no artigo anterior, ainda não tenham sido dispensados.

Art. 3º - Para o exercício dos direitos garantidos no art. 1º desta lei, os funcionários demitidos deverão, no prazo de trinta dias contados da sua publicação, apresentar requerimento escrito ao Departamento de Pessoal da EMATER-MG.

Art. 4º - Os salários e vantagens devidos aos funcionários reintegrados, em relação ao período compreendido entre a dispensa e a reintegração, deverão ser pagos no prazo máximo de noventa dias contados da data do retorno de cada funcionário.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 25 de maio de 2005.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: Nos termos da Constituição mineira, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de meus nobres pares, acompanhado de justificação, projeto de lei através do qual procuro estabelecer meios de se corrigir uma injustiça contra os funcionários da EMATER-MG admitidos entre a data da promulgação da Constituição Federal e o dia 23/4/93, ocasião em que, pela primeira vez, o STF, interpretando o texto constitucional, se pronunciou acerca da obrigatoriedade de os funcionários de empresas públicas de direito privado se submeterem a concurso público.

Os beneficiários diretos deste projeto são ex-funcionários demitidos mediante ato discriminatório odioso e lesivo ao erário público ou em vias de serem dispensados, em obediência a imposição do Ministério Público Federal e Estadual, todos eles admitidos após a Constituição de 1988, porém antes de 23/4/93. Já passaram por inúmeros cursos internos e externos de aperfeiçoamento, tendo havido, portanto, considerável investimento por parte da EMATER-MG em sua formação e qualificação. Na média, têm 13 anos de contrato de trabalho.

Ressalte-se, ainda, que os beneficiários recebiam ou recebem salários em patamares baixos, se consideradas a qualificação de cada um deles e as respectivas funções. Para melhor esclarecer os fatos, basta dizer que a média salarial, para os empregados de nível superior, é da ordem de

R\$1.200,00 (nas áreas de agronomia, veterinária, zootecnia e engenharia agrícola, por exemplo) e, para os de nível médio, de cerca de R\$300,00.

Há muito tempo se discute, no meio jurídico, a aparente antinomia entre o art. 37, inciso II, da Constituição Federal (que estabelece obrigatoriedade de concurso público para todas as contratações dentro da administração pública) e o art. 173, § 1º, do mesmo Diploma Legal (que estabelece que as empresas públicas se regerão pelo regime próprio das empresas privadas, dada sua natureza, inclusive nas relações trabalhistas).

Tratando desta questão, o STF, recentemente, decidiu que, em face de se tratar de questão bastante conturbada, a aplicação da referida norma do inciso II do art. 37 às pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração só poderia ser dada como incontroversa, de modo a gerar anulação de contratações, a partir de 23/4/93, pois nesta data foi publicado acórdão daquele Excelso Pretório que pela primeira vez dirimiu um caso submetido a seu crivo.

A propósito, vale transcrever:

"Ementa: Mandado de segurança. 2. Acórdão do Tribunal de Contas da União. Prestação de contas da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO. Empresa Pública. Regularização de admissões. 3. Contratações realizadas em conformidade com a legislação vigente à época. Admissões realizadas por processo seletivo sem concurso público, validadas por decisão administrativa e acórdão anterior do TCU. 4. Transcurso de mais de dez anos desde a concessão da liminar no mandado de segurança. 5. Obrigatoriedade da observância do princípio da segurança jurídica enquanto subprincípio do Estado de Direito. Necessidade de estabilidade das situações criadas administrativamente. 6. Princípio da confiança como elemento do princípio da segurança jurídica. Presença de um componente de ética jurídica e sua aplicação nas relações jurídicas de direito público. 7. Concurso de circunstâncias específicas e excepcionais que revelam: a boa-fé dos impetrantes; a realização de processo seletivo rigoroso; a observância do regulamento da INFRAERO, vigente à época da realização do processo seletivo; a existência de controvérsia, à época das contratações, quanto à exigência, nos termos do art. 37 da Constituição, de concurso público no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista. 8. Circunstâncias que, aliadas ao longo período de tempo transcorrido, afastam a alegada nulidade das contratações dos impetrantes. 9. Mandado de segurança deferido (Mandado de Segurança nº 22.357-0-DF, Tribunal Pleno, relator: Ministro Gilmar Mendes; impetrante: Ivete do Socorro Abreu de Souza e outros; impetrado: Tribunal de Contas da União; julgamento em 27/5/2004, v.u.; data de publicação: "Diário do Judiciário" de 5/11/2004)".

É de destacar que se trata de julgamento proferido agora, em maio de 2004, proferido pelo Tribunal Pleno, de forma unânime, em situação idêntica à dos empregados da EMATER-MG.

O que é importante frisar é que, sem dúvida, decidiu-se pela validade das admissões, naquele caso ocorridas até 23/4/93, tanto porque havia sérias controvérsias, na época das contratações, no que toca à interpretação conjunta (e aparente antinomia) dos arts. 37, inciso II, e 173, § 1º, da Constituição Federal, como também porque, passados mais de cinco anos das contratações, não há possibilidade de elas serem anuladas, pois que o manto da prescrição (para alguns, decadência) administrativa (que atinge não só a iniciativa administrativa de anular, mas também qualquer tentativa judicial com o mesmo fim) impediria qualquer providência para tanto.

Assim, como os atos de dispensa dos empregados admitidos até 23/4/93, ocorridos no período posterior a 31/8/2004, estão embasados em imposição ilegítima do Ministério Público, que contraria o entendimento da nossa mais alta Corte, em recente e unânime julgamento, proponho a aprovação deste projeto, a fim de corrigir a injustiça e até mesmo para que sejam resguardados os interesses da administração pública, na medida em que não nos parece oportuna ou conveniente a dispensa de pessoas com larga experiência, nas quais já houve grande investimento no que se refere a cursos de aprimoramento, para substituí-las por novos concursados.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 4.816/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Joaquim Bartholomeu Ferraz, por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Fervedouro.

Nº 4.817/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Elizabeth Gomes Guimarães Marim por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeita Municipal de Guaraciaba.

Nº 4.818/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Luciana Alvim Bellotti Furtado por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeita Municipal de Guarani.

Nº 4.819/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Aparecida Carvalho Nascimento por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeita Municipal de Madre de Deus de Minas.

Nº 4.820/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Júlia Magalhães de Meirelles por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeita Municipal de Guidoval.

Nº 4.821/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Sônia Maria Coelho Milagres por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeita Municipal de Senhora dos Remédios.

Nº 4.822/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Valéria de Melo Nunes Lopes por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeita Municipal de Ouro Branco.

Nº 4.823/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Corina de Lourdes Magalhães por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeita Municipal de Minduri.

Nº 4.824/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sebastião Mendonça Sobrinho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ibertioga.

Nº 4.825/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Ferreira de Rezende por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Itutinga.

Nº 4.826/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Valdir Luiz Tomé Dias por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Jeceaba.

Nº 4.827/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Dehon Campos Alves por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Liberdade. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.828/2005, da Comissão de Constituição e Justiça, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o SENAC - Unidade Poços de Caldas, pela passagem dos dez anos de sua instalação. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.829/2005, do Deputado Doutor Ronaldo, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à PMMG, pela formatura dos militares que freqüentaram o curso de Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS -, realizada em 20/5/2005.

Nº 4.830/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja consignada nos anais da Casa manifestação de aplauso à Ten.-Cel. Luciene Magalhães de Albuquerque, do 34º Batalhão de Polícia Militar, pelo trabalho que desenvolve com a Banda de Polícia. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.831/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja consignada nos anais da Casa manifestação de aplauso à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pela passagem dos seus 155 anos. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.832/2005, da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando seja formulado ao Secretário de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre os compromissos assumidos e cumpridos pelo Estado, decorrentes do contrato firmado em 13/12/96 com a empresa Mercedes-Benz do Brasil S.A. e com o Município de Juiz de Fora, com as especificações que menciona e acompanhadas de cópias de todos os respectivos documentos comprobatórios.

Nº 4.833/2005, da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando seja formulado ao Secretário de Desenvolvimento Econômico pedido de informação a respeito do cumprimento, por parte da empresa Mercedes-Benz do Brasil S.A., dos compromissos assumidos em contrato firmado em 13/12/96 com o Estado e com o Município de Juiz de Fora, com as especificações que menciona.

Nº 4.834/2005, da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando seja formulado ao Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG - pedido de informação a respeito dos compromissos assumidos pelo Estado decorrentes de contrato firmado em 13/12/96 com a Mercedes-Benz do Brasil S.A. e com o Município de Juiz de Fora, com as especificações que menciona. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 4.835/2005, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja formulado apelo ao Ministério da Saúde com vistas ao reconhecimento e ressarcimento dos custos dos tratamentos crenoterápicos e termais pelo Serviço Único de Saúde - SUS. (- À Comissão de Saúde.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues e outros, George Hilton (2), Edson Rezende (2) e Weliton Prado (2).

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Elmiro Nascimento e Mauri Torres.

#### Interrupção e Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para homenagear o PDT pelo transcurso dos seus 25 anos de fundação.

- A ata dessa solenidade está publicada nesta edição.

#### Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Helvécio) - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Weliton Prado (2), solicitando a retirada de tramitação dos Requerimentos nºs 4.700 e 4.704/2005 (Arquivem-se os requerimentos.); e George Hilton, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.237/2005 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140 do Regimento Interno, requerimento do Deputado George Hilton, solicitando que o Projeto de Lei nº 2.034/2005 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Sargento Rodrigues e outros, solicitando a convocação de reunião especial em homenagem à Polícia Militar do Estado por seus 230 anos de existência; e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Edson Rezende (2), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 200/99 e 2.464/2002.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 30, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 25/5/2005

Presidência do Deputado Sebastião Helvécio

Sumário: Composição da Mesa - Registro de Presença - Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários - Execução do Hino Nacional - Execução do Hino da Independência - Palavras do Deputado Sargento Rodrigues - Exibição de Vídeo - Palavras do Sr. Paulo Elisiário Nunes - Palavras do Secretário Manoel Costa - Palavras do Sr. Arnaldo Mourthé - Entrega de Placa - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Manoel Costa, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Arnaldo Mourthé, Secretário de Relações Internacionais do PDT, representando o Presidente Nacional do Partido, Sr. Carlos Luppi; Paulo Elisiário Nunes, Presidente do PPS; e Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

A locutora - Registramos a presença de João Alberto Paixão Lages, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, e da Sra. Araci Cristina Araújo Carvalho, única Prefeita do PDT, do Município de Antônio Carlos.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

A locutora - Destina-se esta parte da reunião à comemoração dos 25 anos do Partido Democrático Trabalhista - PDT.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Execução do Hino da Independência

A locutora - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino da Independência.

- Procede-se à execução do Hino da Independência.

Palavras do Deputado Sargento Rodrigues

Exmo. Sr. Deputado Sebastião Helvécio, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Exmo. Sr. Arnaldo Mourthé, Secretário de Relações Internacionais do PDT, representando aqui o nosso grande companheiro Carlos Luppi, Presidente Nacional do PDT; Exmo. Sr. Manoel Costa, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Presidente do PDT Estadual de Minas Gerais; Exmo. Sr. Paulo Elisiário, Presidente do PPS, que nos honra com sua presença; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Prefeitos, Vereadores, companheiros de partido, sindicalistas, público presente, hoje temos a honra e o privilégio de ser o autor do requerimento que propiciou a realização desta justa homenagem ao Partido Democrático Trabalhista, merecedor que é de toda nossa admiração e respeito.

O PDT tem sua história enraizada na história do trabalhismo brasileiro, que tem como símbolo Getúlio Vargas, líder político que nos deixou como sua maior herança as garantias trabalhistas e as reformas sociais. Ao longo desses 25 anos, o nacionalismo do Partido ganha destaque. O PDT defende como idéia principal o crescimento do País por meio do investimento na indústria nacional. Lutamos pela liberdade e pela justiça social, dando ênfase ao direito de acesso à educação para todos, por acreditar que impreterivelmente o caminho do progresso passa pelos bancos das escolas.

Nas bases pedetistas, encontramos a proposta de uma sociedade socialista e democrática, defendendo a intervenção do Estado na economia como poder normativo e um sindicalismo baseado na liberdade e na autonomia.

É impossível falarmos sobre o PDT sem associarmos sua imagem ao nosso querido e saudoso Leonel Brizola, que há quase um ano nos deixou. Nossa história se mistura à dele. Líder polêmico, astuto, um político atuante e firme em suas convicções. O Partido tem a sua cara; a sua marca. O seu carisma inquestionável já fora ressaltado pelo nosso também saudoso líder, o mineiro Darcy Ribeiro, ao descrever o amigo e companheiro: "Carisma é a qualidade daquele líder distinguível entre todos, como se tivesse uma estrela na testa".

Hoje podemos dizer que nos orgulhamos de pertencer a um partido que tem entrelaçada em suas raízes a ideologia defendida no passado pelos três maiores líderes que a história do Brasil já teve: Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola.

Estivemos presentes nos principais momentos políticos da Nação. Nossa luta vem de longe e somos o resultado de uma longa resistência política. O PDT participou ativamente do processo de redemocratização do Brasil. Leonel Brizola destacou-se como uma das lideranças mais atuantes e participantes nas grandes discussões nacionais, para as quais ofereceu a sua contribuição de incontestável líder e homem público de grande determinação. Sempre esteve presente nas grandes lutas do nosso povo, ajudando o Brasil a caminhar para a democracia. Não dá para pensarmos os últimos 50 anos da política brasileira sem citarmos Brizola. Ao se tratar da reconquista das liberdades no Brasil, certamente sempre haverá um capítulo reservado a ele.

Não poderia deixar aqui de ressaltar a importância dos militantes na construção e na consolidação dessa história partidária de sucesso. Nada disso seria possível se não fosse a participação e a dedicação de vocês, que têm sido o alicerce dessa grandiosa obra. Parabenizo todos os nossos líderes, funcionários, colaboradores, os movimentos partidários Mulher, Negro, Sindical, dos Aposentados e a Juventude Socialista. Há apenas quatro anos faço parte desta família, mas esse curto tempo já foi mais do que suficiente para ter a certeza de que estou no lugar certo.

A vocês agradeço pelo carinho com o qual me receberam. Quero ajudar a escrever os próximos anos dessa história, que desde então passou a se misturar com a minha.

Para encerrar, vou me permitir mais uma vez citar aqui o professor Darcy Ribeiro: "...devo assinalar que nós, militantes do PDT, somos os herdeiros da ideologia e da experiência de ação governamental dos três estadistas mais lúcidos, destemidos e fecundos que o Brasil conheceu: Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Como se vê, nós viemos de longe, trazendo nos braços gloriosas bandeiras de luta, grandes vitórias e terríveis frustrações".

Recebam, pois, todos os membros do PDT federal, estaduais e municipais, meus sinceros e respeitosos parabéns! Nobre companheiro Mourthér, aproveite o momento para cumprimentar o nosso companheiro Manoel Costa, Secretário e Presidente do Partido estadual.

É com muito carinho e apreço que temos a satisfação de estar recebendo e abonando a filiação de mais dois companheiros da cidade de Piumhi, os Srs. Alaor Theodoro da Silva Júnior e Nero Firmino Pereira. Muito obrigado.

Concedo aparte ao nobre companheiro, Deputado Carlos Pimenta, que também tem dado grande parcela de contribuição ao crescimento do nosso partido.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento a todos na pessoa do Presidente, Deputado Sebastião Helvécio, e, em especial, o companheiro Manoel Costa, Secretário de Estado e Presidente do nosso partido; o Dr. Arnaldo; o Dr. Elisiário, Presidente do PPS; os Prefeitos, os companheiros Deputados e os Vereadores aqui presentes. Enfim, a todos os que participam deste momento histórico para o PDT.

Confesso, Deputado Sargento Rodrigues, que, ao ouvir o Hino Nacional e o da Independência, no começo desta reunião, fui tomado de grande emoção. Estava reparando as faces dos companheiros que aqui estão e vejo verdadeiramente a cara de um partido que tem origem, história, trajetória de luta e, acima de tudo, a credibilidade do povo mineiro, do povo brasileiro.

Vejo aqui sindicalistas jovens que iniciam suas atividades políticas com o pé direito, defendendo não apenas as cores partidárias, a bandeira de nosso partido, mas também o que temos de mais sagrado, importante e caro: o nosso País, o povo mineiro, as tradições, a luta, a moralidade, a força do povo e a força da juventude.

Emocionei-me ao relembrar que a política brasileira está passando por mares revoltos nesta última semana. O povo brasileiro assiste estupefado aos fatos acontecidos em Brasília e em outros Estados. Novamente a corrupção desenfreada está sendo jogada na cara do povo. E nosso partido tem sido um sustentáculo contra os desmandos que temos visto, pois tem coerência. Seus militantes, pessoas que detêm ou não cargos, Deputado Sargento Rodrigues, defendem sistematicamente o que há de mais sagrado: a moral do povo brasileiro.

Neste momento, relembro nossos líderes maiores, citados por V. Exa. Comentava ainda há pouco que, no programa de anteontem, parecia que Leonel Brizola estava falando ao vivo, diretamente para o povo, apesar de ser uma gravação de mais de um ano. Senti-me emocionado ao ver o quanto estava atualizada a fala de nosso eterno Presidente, mostrando ser necessária, acima de tudo, a coerência dos partidos e a defesa sistemática de seus militantes, sejam Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais ou Deputados Federais, para segurarmos o partido e não aderir à onda do entreguismo e das facilidades que temos visto por aí.

Relembro meu conterrâneo Darcy Ribeiro, de minha cidade de Montes Claros, companheiro que marcou época não apenas no partido, mas também na história do País, e destaco ainda o Deputado Doutor Ronaldo, o Deputado Sebastião Helvécio e V. Exa., Deputado Sargento Rodrigues. Estamos aqui, diuturnamente, neste Plenário, participando das discussões maiores dos problemas de Minas Gerais. Talvez esta seja a bancada mais presente desta Casa.

Com muita alegria, vejo nossa participação acertada ao dar respaldo às ações do Governador Aécio Neves, que confiou no partido, convidando nosso Presidente Manoel Costa para assumir uma das mais importantes Secretarias. Entretanto, mesmo sendo Deputados da base do Governo, estamos sempre questionando as ações e apontando os acertos que podem acontecer. V. Exa., na área de segurança pública, tem incomodado muitas pessoas e tirado seu sono, sendo um esteio. O Deputado Doutor Ronaldo destaca-se na defesa do índio, do negro e do trabalhador. Eu dou minha modesta contribuição para a defesa de uma saúde pública de qualidade para o povo mineiro.

Agradeço a V. Exa. o aparte, mesmo quebrando o protocolo.

Expresso a minha alegria em ter sido eleito Deputado Estadual pelo PDT e em estar diuturnamente nesta Casa em defesa da minha região, Norte de Minas, segurando a bandeira, com os companheiros Prefeitos eleitos e Vereadores do PDT de Montes Claros. Anuncio a filiação do meu irmão, Vereador Sebastião Pimenta, ao PDT de Montes Claros na próxima semana.

Graças a Deus, lutamos para mostrar que o nosso partido tem cara e que saiu da retórica para um discurso firme e forte em favor do povo mineiro e do trabalhador de Minas Gerais e do País.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Também sou novato no partido. Já passei por outros, dos quais saí por vontade própria, sempre por uma razão. O PDT é um partido que, no dia-a-dia, nos dá prazer e tem história, haja vista a reunião de segunda-feira.

Conheço o Brizola de longa data. Nasci em 1949. Sei da sua luta pela educação no País e da sua fala: "Um país só se liberta por meio da educação". Essa é a grande meta do nosso partido: libertar o nosso povo. Tanto que, sempre que encerro uma fala em nossos programas, clamo pela independência. Por isso o hino faz vibrar o nosso coração. Na sexta-feira, recebi da 4ª Divisão do Exército um CD com os hinos épicos. As escolas deveriam voltar a tocar esses hinos cívicos, pois mostram a disciplina, que é o que falta neste País. Devagar, ou - quem sabe? - um pouco mais rápido, o Brasil poderá ir trilhando um caminho para os fora-da-lei. Existe a lei, mas ela não é tão aplicada. Como disse nesta Casa, em meu último pronunciamento, há o estado de legalidade e o estado ilegal, que, devagar, pode ficar maior que o primeiro, caso os dirigentes, de hoje e de amanhã, não acordem para tomar as rédeas dessa diligência que poderá levar o nosso País à derrocada.

Parabenizo o Deputado Sargento Rodrigues por esta data. Parabenizo todos os que fazem parte dessa agremiação. Dignidade se encontra nesse partido. Analisem os outros, à exceção de raríssimos, e verão que o PDT é o que tem dignidade, seriedade e, acima de tudo, honestidade com a coisa pública. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Recebi a incumbência dos companheiros do PFL de prestar esta homenagem a todos os componentes do PDT, partido a que já tive a honra de pertencer.

Sei do valor, da bravura e da luta de todos os seus membros durante toda a existência do PDT. Parabenizo o partido pelos 25 anos de luta ao

lado de toda a população brasileira em todos os momentos do País. Almejo, cada vez mais, êxito, progresso e desenvolvimento nesse processo de luta que o PDT tem tido e continuará tendo.

Fico feliz porque nosso querido Mourthé é de Curvelo, e é empolgante ter um conterrâneo entre as grandes lideranças do partido. Deixo o abraço fraterno e solidário do PFL pelos 25 anos de lutas do PDT em defesa do povo brasileiro.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues; autoridades da Mesa; Presidente Sebastião Helvécio, digno companheiro de trabalho e militância; e amigo Manoel Costa, parceiro de várias lutas em Minas Gerais; ao lado da Deputada Jô Moraes e em nome do bloco, parabenizo sua fala. Numa comemoração, é muito importante que ressaltemos as convergências. As divergências, ainda que eventuais ou regionais, são naturais, desde que os pontos comuns busquem a construção de um país melhor.

O PDT é um partido rigorosamente incorporado à história política brasileira, principalmente ao seu lado bom, que construiu o sistema democrático, priorizou a educação e busca melhor distribuição de renda e mais respeito para os brasileiros. Os exemplos da contribuição do PDT ao País são incontáveis. Rendo homenagens sinceras: se hoje vivemos num regime democrático, ainda que a inclusão social esteja distante, devemos boa parte à militância, à contribuição de cada companheiro e companheira do partido.

Deixo um testemunho para toda a Minas Gerais sobre o trabalho sério e empenhado de todos os parlamentares do PDT nesta Casa. Como Líder, é muito bom ter companheiros assim. Parabéns, Deputados Sargento Rodrigues, Doutor Ronaldo, Carlos Pimenta, Sebastião Helvécio, Alencar da Silveira Jr., e militantes que sonham e constroem um país melhor. Quem sabe não podemos aproximar cada vez mais nossos partidos, que, ao lado de outros, participam da construção bonita da nossa política. Obrigado.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Caro Deputado Sargento Rodrigues, companheiro nas batalhas desta Casa, falo não apenas como integrante do Bloco PT-PCdoB, mas, especialmente, como Presidente estadual e Vice-Presidente nacional do PCdoB, que tem, no PDT, um partido irmão, batalhador incontestado das bandeiras maiores de defesa da soberania no País. O PDT não tem apenas 25 anos. Esse período refere-se à dimensão histórica que essa legenda assumiu.

Mas os ideais do trabalhismo são muito mais antigos e marcaram mais a história deste País. Os pedetistas de hoje devem orgulhar-se do seu legado trabalhista. Se, em alguns momentos da história do Brasil, houve avanços, aconteceram sob as bandeiras do trabalhismo, não só reafirmando a defesa de um País soberano e desenvolvido, em que o desenvolvimento industrial foi marca e alavanca, mas também de um País que teve conquistas sociais significativas. Se temos os direitos trabalhistas, a marca dessa corrente de pensamento nessa construção e nessa conquista foi muito grande.

Tenho certeza de que nós, comunistas, sentimo-nos muito irmanados, não do passado apenas, não dessa história dolorosa de recuperar o sentido de nação, de independência, de soberania, de afrontar os poderosos do mundo, mas também dos desafios para o futuro. Estamos vivendo a mesma disputa essencial que vivemos durante a crise de João Goulart, que vivemos durante a ofensiva da Revolução de 1930, porque este País precisa desenrolar-se das amarras pela independência.

Hoje, mais do que nunca, precisamos irmanar-nos e secundarizar nossas diferenças partidárias e nossas disputas em toda dimensão. É preciso haver um projeto nacional, um projeto de Brasil, que se constrói com a herança do PDT e do trabalhismo, com a experiência dos socialistas e dos comunistas. Mas com a construção da modernidade de um País que está deixando a sociedade confusa com esse pensamento neoliberal.

Quero fazer dois registros. O PDT marcou-me por uma história, porque embandeirou-se da visibilidade das mulheres na sua construção histórica. Todos sabem que o debate de cotas e a presença das mulheres no Governo de Brizola era uma expressão e um compromisso que o partido assumiu, graças às mulheres do PDT e às mulheres trabalhistas, que ao longo de sua história resolveram assumir seu protagonismo.

A segunda questão é uma lição para todos nós. O PDT tem uma marca, a marca da educação. Não a marca apenas de um CIEP ou de equipamentos, mas a marca da bandeira de que educar este País é construir a consciência libertadora de homens e mulheres que, um dia, chegarão lá.

Por isso, parabéns aos pedetistas. Parabéns por insistirem no ideário - que há algum tempo era tido como um dinossauro, mas que hoje é a única perspectiva de emancipação da sociedade brasileira - que é a soberania nacional e o direito do trabalhador. Obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradecemos à nobre Deputada Jô Moraes e aos demais companheiros que nos apartearam, do PCdoB, do PT e do PFL, partidos que o PDT também se orgulha de ter na Assembléia, nos grandes debates das idéias e das convergências de opiniões na busca da soberania nacional.

Orgulhamo-nos muito de estar no PDT e de saber que é exatamente do banco das escolas que faremos com que esta Nação seja libertada, pois o conhecimento liberta. Obrigado.

#### Exibição de Vídeo

A locutora - Convidamos os presentes a assistirem a um vídeo institucional do PDT.

- Procede-se à exibição de vídeo.

#### Palavras do Sr. Paulo Elisiário Nunes

O Sr. Paulo Elisiário - Deputado Sebastião Helvécio, Presidente desta reunião; Deputado Sargento Rodrigues, por quem cumprimento todos os mandatários presentes - Prefeitos, Vereadores e Deputados -; Sr. Arnaldo Mourthé, representando a Direção Nacional do PDT, por quem cumprimento os demais membros; e nosso amigo - não o chamarei de Secretário - Manoel Costa, por quem cumprimento todos os Presidentes presentes.

Ao chegar a esta solenidade, vi uma faixa do Deputado Sargento Rodrigues lembrando os 60 anos do trabalhismo. Revivi um pouco da história e vi a identidade que temos como partidos.

São dois partidos irredentos, nos quais não se consegue pôr canga. Possuem aliados e, acima de tudo, buscam um caminho próprio, diferente, para o povo brasileiro. São 60 anos de história. Tivemos e temos muitas convergências, brigamos pela mesma base social.

De 1946 para cá, estivemos lado a lado em todos os momentos, nas principais lutas: na campanha do petróleo e do 13º salário e na Constituinte. Agora, estamos juntos à procura de um caminho, de uma alternativa para o bloco ou para os dois blocos. A mídia quer demonstrar como sendo infalível a escolha pelo povo brasileiro entre o PT e o PSDB.

Estamos trabalhando. Como já disse, temos convergências. Todavia, apresentamos também divergências, as quais não nos irão afastar. Pelo contrário, servirão para nos estimular a estudar cada vez mais este País. Temos obrigação de apresentar uma proposta condizente com a realidade brasileira. Não me refiro a uma realidade que satisfaça os banqueiros, a concentração de renda, mas a uma realidade que contemple a inclusão social.

Entendemos, Manoel, que, juntos, poderemos encontrar esse caminho. Sinto-me honrado em participar dos 25 anos do PDT. Brigamos juntos, em partidos diferentes, pela redemocratização deste País. Que bom! Cada vez fico mais contente em saber que a derrota da ditadura foi fruto de um trabalho dos democratas brasileiros. Estivemos - e continuamos - juntos na busca de solução para os grandes problemas. A ditadura, acabando com os partidos, destruiria o ideal de trabalhismo no País. Passaram-se 25 anos. Os 25 anos do PDT são 25 anos, mais 25 anos e mais muitos 25 anos. Ou seja, são 25 anos de história, 25 anos de passado, 25 anos de luta. Parabéns, PDT! Vamos seguir juntos na busca de soluções para os problemas brasileiros. Obrigado.

#### Palavras do Secretário Manoel Costa

Cumprimento o Presidente desta reunião, nosso companheiro de partido, o brilhante Deputado Sebastião Helvécio. Parabenizo o Deputado Sargento Rodrigues por lembrar os 25 anos do PDT e os 60 do trabalhismo, o que constitui uma célebre iniciativa.

Cumprimento e agradeço a presença do Sr. Paulo Eliziário, Presidente do PPS, e de meus companheiros de partido, Deputados Carlos Pimenta, Doutor Ronaldo, Márcio Kangussu, André Quintão, Doutor Viana e Fábio Avelar. Agradeço também a presença e as palavras da Deputada Jô Moraes. Quero agradecer ainda a presença do companheiro de Secretaria, João Alberto, assim como dos Prefeitos: Sr. Geraldo, de Itumirim; Sr. Antônio Carlos, de Cristina; Sr. Osvaldir, de Coimbra; Sr. Sílvio, de Nepomuceno; e Sr. Marcelo, de Pedro Leopoldo.

Não é tarefa fácil construir um partido, ainda mais um partido com os nossos ideais. Em um País com tradição de espoliação, colonizado, um partido que tem como premissa o nacionalismo e a causa social, que se traduz por meio da palavra trabalhismo, será sempre combatido.

Mas, mesmo com toda essa dificuldade, quando olhamos para a história deste País, não há um só momento em que a bandeira nacional trabalhista não tenha estado presente. O que era este País antes da década de 30? Nada mais que uma grande fazenda. Vimos este País dar saltos e saltos, com crescimento excepcional a taxas de 8%, 9%, ao longo de mais de quatro décadas.

Mesmo no período em que um trabalhista não exercia a Presidência, o Presidente sentia a necessidade de ter próximo de si um trabalhista, que foi exatamente Juscelino Kubitschek. Convidou-o para Vice-Presidente o companheiro trabalhista e o grande responsável pela construção do PTB na época, João Goulart.

E insistia, se não tivesse ocorrido o Golpe de 64, que existisse essa mesma dobradinha entre o homem Juscelino, que possuía visão de futuro, e João Goulart.

Essa associação do trabalhismo, mesmo que o Presidente não fosse um trabalhista, permitiu que o País se tornasse uma grande Nação. Mas, infelizmente, assistimos a uma tentativa de golpe quando um trabalhista poderia assumir a Presidência da República, com a renúncia de Jânio. Esse golpe foi evitado, com uma ação dessa grande figura da construção do nosso partido, que foi Brizola, no Rio Grande do Sul.

Analise o trabalho de Leonel Brizola, a sua marca no Rio Grande do Sul, além de uma questão nacional, prioritária, não apenas como discurso, mas também em busca do desenvolvimento desse Estado, quando encampou empresas internacionais, a sua ação de defesa de todas as riquezas gaúchas, obviamente estendendo isso para todo o Brasil, e a sua preocupação com a educação: naquele período, construiu cerca de 6 mil escolas. Eis um pouco da história.

Quando ainda não exercia a Presidência, conforme esse pequeno vídeo a que assistimos, foi responsável pela construção dos CIEPs, como base da formação do povo brasileiro, uma escola integral, na qual as crianças entravam pela manhã e saíam na parte da tarde, alimentadas e com todas as questões resolvidas. Iniciava-se um processo de educação até dos pais. Recordo-me, naquela época de implantação dos CIEPs, do discurso dos neoliberais ou daqueles que não se interessam pelo Brasil ou pelo seu povo. Não era uma escola cara.

Temos ouvido dizer que é caro tudo aquilo o que beneficia o povo. Em nosso trabalho, apesar do esforço hercúleo daqueles que nos precederam - Brizola, Jango, Darcy e Getúlio -, ainda não temos um longo caminho. Neste momento, vemos o descrédito e o desânimo da população com relação aos partidos. Todos parecem iguais. O nosso trabalho é mostrar a distinção entre nós e os outros, dentro daquilo que nós não só defendemos, mas daquilo que, quando estamos no poder, praticamos e exercitamos. Essa diferença é o trabalho que temos para nós como herança de dedicação para que realmente a história do País possa mudar.

Agradeço a presença do representante do nosso diretório nacional, Arnaldo Mourthé, um mineiro, que veio aqui não apenas representando, mas, tenho certeza, para passar para nós um pouco do conhecimento da sua sabedoria sobre a história do partido, em que ele já milita desde a sua origem.

Meu caro Arnaldo Mourthé, não apenas por ser de Curvelo, o coração de Minas, nem por você ser um mineiro, mas um brasileiro preocupado com as grandes causas nacionais, agradeço muito a sua vinda. Gostaria de agradecer também a todos os companheiros do partido, a Sirlei e aos outros que estão segurando o partido ali no cotidiano para podermos transformar realmente o PDT como um partido que tenha orgulho de representar o povo mineiro. Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Arnaldo Mourthé

Exmo. Sr. Deputado Sebastião Helvécio, nosso companheiro, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Secretário Manoel Costa, também nosso companheiro de longa data e agora exercendo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; caros amigos Presidente do PPS de Minas, Paulo Eliziário, e nosso Deputado Sargento Rodrigues, companheiro do PDT e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; meus amigos aqui presentes, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Prefeitas e Srs. Prefeitos, companheiros do PDT.

Fiquei muito satisfeito quando recebi a incumbência da direção nacional de representar o partido nesta solenidade, pela condição de mineiro, o que me dá oportunidade de entrar em contato com os meus conterrâneos. Fiquei mais satisfeito ainda quando recebi a incumbência dos nossos companheiros aqui de Minas, representados pela Sirlei, de que eu falasse sobre a história do PDT e sobre o nosso futuro, aquilo que

pretendemos que seja o nosso futuro.

Por falar em história, temos assistido a todo um discurso de modernidade onde a história não existe. Tudo começa com o novo, com o inesperado.

Nessa estória, sem "h" e com "e", foram surrupiados os direitos dos trabalhadores. É negada a soberania nacional e o nosso direito a um desenvolvimento autônomo, voltado aos interesses do povo e da Nação, o que precisamos contestar. Afirmaram que era o fim da história, que não havia alternativa ao modelo que nos é imposto, o denominado pensamento único, ou neoliberalismo; entretanto há opções, e queremos definir quais são as nossas opções, não por uma questão de vontade. Vamos fundamentar, e é isso o que o partido está fazendo em âmbito nacional, ou seja, essa é a nossa vontade no interesse do povo e na viabilidade que a história nos indica.

Quando o Presidente Antônio Carlos decidiu apoiar Getúlio Vargas contra o candidato Júlio Prestes, candidato oficial de Washington Luís, rompeu o acordo tácito entre São Paulo e Minas Gerais, não o fazendo apenas pelo rompimento do acordo. Se analisarmos atentamente a história, constataremos que ele fez o que fez para defender os princípios republicanos, pois a República Velha nunca foi totalmente república, e sim um arremedo de república.

As eleições eram fraudadas, o povo era um instrumento de trabalho, e quem contava era uma pequena elite que se dava o título de Barões do Café. A rebelião contra o baronato do café de São Paulo foi o resgate dos princípios republicanos, que vinham dos próprios princípios que os Inconfidentes defenderam, inspirados na necessidade que o Brasil sentia de ter desenvolvimento próprio e não ser espoliado contra aquele absurdo que era a contribuição obrigatória do quinto do ouro e contra a proibição da industrialização necessária ao Estado de Minas Gerais até para cumprir com seu dever de produtora de ouro para a Metrópole.

Precisávamos de ferramentas e de equipamentos porque o ouro estava rareando, sendo necessário escavar a terra profundamente para encontrá-lo. A mina de Morro Velho está aí para provar que isso é verdade. Os Inconfidentes se inspiraram nos iluministas e nas Revoluções Americana e Francesa, defendendo a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Defendiam um Estado que fosse escolhido pela população, pelos cidadãos que habitavam o País.

Logo após as eleições fraudadas, Antônio Carlos decidiu dar mais um passo, ou seja, apoiar a Revolução de 1930. E não o fez de forma aventureira, pois se preparou para isso. O Estado de Minas Gerais foi preparado para a Revolução de 30, tanto assim é, que, em 1932, quando os paulistas se rebelaram contra o Governo revolucionário, não passaram da fronteira, porque Minas Gerais estava preparada para enfrentá-los. Ao assumir esse risco, ele estava construindo a história do Brasil, junto com Getúlio Vargas e os verdadeiros republicanos do País.

Getúlio assumiu, e a primeira coisa que fez, num rol de medidas políticas, foi o decreto da anistia, porque entendia que, mesmo tendo havido um confronto, era preciso que a Nação fosse pacificada. E os beneficiados não foram somente os precursores da Revolução de 30, os Tenentes e outros. Os próprios perdedores o foram. Mas Getúlio não parou na pacificação. Ele precisava desse sistema para implantar a agenda republicana, ou seja, precisava realmente implantar os ideais da república. E começou criando direitos para os trabalhadores, reconhecendo que são seres humanos que têm direitos. Para que esses direitos fossem obedecidos, tinham de ser colocados em leis. E começou a ser criada uma série de leis que concederam ao trabalhador brasileiro os direitos de hoje. Já houve outros, mas eles os perderam.

Getúlio criou a lei dos 2/3, lei da nacionalização do trabalho, porque as empresas estrangeiras vinham para cá e traziam seus funcionários. Então, tornou-se obrigatória a contratação de 2/3 de trabalhadores brasileiros. Além disso, estendeu os benefícios das caixas de aposentadoria e pensão a diversas categorias; criou a lei dos sindicatos; estabeleceu o voto feminino em 1932, dando às mulheres o direito de votar como os homens, o que a Velha República não reconhecia; criou a justiça eleitoral e garantiu a presença no parlamento das minorias, o que não havia antes. E Getúlio foi mais além: em três anos, criou a legislação trabalhista mais moderna do mundo. E não fez isso por acaso ou porque era destemido, mas o fez baseado numa análise realista das conjunturas nacional e internacional. Havia uma efervescência na população brasileira que gerou a Revolução de 30. Ele tinha os princípios, e havia uma crise econômica no âmbito mundial, que abalou profundamente a economia americana em 1929 e repercutiu seriamente no Brasil, sobretudo em São Paulo, onde se produzia café, o principal produto de exportação brasileiro. Talvez os barões quisessem tomar de Minas o direito de ter o novo Presidente da República, porque já estavam desorientados com a crise. Mas foi Getúlio quem lhes garantiu a continuidade na produção do café, comprando os seus estoques. E foi ele quem, num momento crítico, queimou parte desses estoques para impedir que o preço dessa mercadoria continuasse caindo no mercado internacional, recuperando aquela classe social e aquela atividade. Getúlio avançou ainda mais, ao decretar que o dono do solo não era o dono do subsolo, e com isso cassou inúmeras concessões de empresas multinacionais que na época não eram chamadas assim. Empresas inglesas e americanas que aqui estavam tinham interesse no nosso petróleo e no nosso carvão.

Em seguida, Getúlio nacionalizou o petróleo. Em 1939, foi descoberto o primeiro posto de petróleo no Brasil e começou-se um trabalho para a criação da grande empresa PETROBRÁS. Veio a guerra. Getúlio foi além. Os ingleses tinham concessões de minério. Darcy Ribeiro descreve muito bem essa questão. Os nossos minérios estavam nas mãos dos ingleses, que possuíam estradas de ferro no mundo inteiro. Aproveitando aquela situação, Getúlio soube negociar a dívida do Brasil com a Inglaterra e resolver os problemas das concessões das minas de minério e ficou com tudo, ou seja, com o minério e a ferrovia e criou a Companhia Vale do Rio Doce, que, infelizmente, hoje se encontra nas mãos de empresas privadas.

Com o término da guerra, Getúlio foi praticamente deposto. A influência americana fez uma pressão sobre Getúlio, por meio dos nossos oficiais, que participaram com as tropas americanas da Segunda Guerra Mundial, em nome da democracia. Getúlio saiu do poder. Naquele momento, alguns adversários políticos, patriotas e defensores da causa popular, como os comunistas liderados por Prestes, levantaram a bandeira da Constituinte com Getúlio: democracia e eleições sim, mas com Getúlio. Essa bandeira não vingou; porém, em 1950, o povo deu a resposta e trouxe Getúlio novamente para a Presidência da República. Getúlio ampliou a sua obra, a sua afirmação da soberania da Nação brasileira e os direitos do trabalhador, a fim de construir uma forte economia para o País. Isso transformou o Brasil numa Nação moderna, que hoje conhecemos.

Quando Getúlio pôs as mãos na questão crucial da energia, criou a PETROBRÁS e a ELETROBRÁS, que se somaram à Vale do Rio Doce e à Companhia Siderúrgica Nacional, criada em 1941. Em negociação com o governo americano, a participação do Brasil, com o apoio à logística americana, permitiu aos aliados entrar na Europa através da África. Aviões e navios passaram na nossa costa, que serviu de base avançada para as tropas aliadas invadirem a Europa através do Norte da África.

O Brasil, além de ser um País pujante, obteve no século XX, até 1973, o maior crescimento do PIB, perdendo apenas para o Japão no PIB "per capita". A nossa população crescia mais depressa que a do Japão.

Neste País que se tornou moderno e bastante cobigado, Getúlio montou um sistema com base na intervenção do Estado, que o fez se desenvolver ainda mais. Quando assumiu, não havia possibilidade de grande ação na área econômica; então, ele a fez na área social. Vivíamos a repercussão da crise de 1929. A sua ação na área social gerou um mercado interno capaz de desenvolver a economia brasileira. Isso é o que desejamos hoje.

Essa mentira que é o desenvolvimento para a exportação não nos serve, porque todo dinheiro gerado pela exportação nós não vemos. São

colocados lá fora, para a transferência de juros e de lucros das multinacionais e dos investidores num mercado especulativo das finanças brasileiras. Para que serve, então, esse saldo da balança comercial? Serve para rebaixar o salário dos trabalhadores, diminuir seu poder de compra e exportar o que sobrar. Essa é a política econômica que está aí, e ela nós não queremos.

Como disse muito bem o nosso companheiro do PPS, é contra isso que queremos fazer nossa opção. Queremos uma alternativa para isso que está aí, porque isso não serve para o povo brasileiro.

Todo projeto revolucionário de 1930 adotado pelo trabalhismo brasileiro baseou-se em três coisas: desenvolvimento, justiça social e soberania. A soberania está esgarçada, o desenvolvimento é mentiroso, porque se transforma em transferência de dinheiro para fora. Tudo que geramos de desenvolvimento vai para fora. As diferenças sociais estão cada vez mais profundas. Vamos analisar a distribuição da riqueza no Brasil. A população brasileira, nos últimos 15 anos, perdeu cerca de 35% da sua massa salarial. Os salários dos trabalhadores foram achatados, e as condições de compra ficaram piores. Nossa capacidade de compra diminuiu. Num mercado restrito, há a necessidade de redução de preços, e, com isso, a indústria e o comércio perdem. Tudo aquilo que produzimos e que desapareceu do salário do trabalhador e do lucro do industrial, do comerciante e dos nossos fazendeiros foi para as mãos dos banqueiros e daqueles investidores internacionais que usam o sistema bancário. Não sei quais são os Bancos nacionais que não têm dinheiro estrangeiro. Parece que são somente o Itaú e o Bradesco. Quanto ao resto, ou é associado em 50% ou está nas mãos do capital financeiro internacional. Isso não nos serve porque, enquanto a indústria e o comércio conseguem uma taxa de lucro de 2%, 3%, 4%, no máximo 5% ao ano, os Bancos conseguem 20%, ou mais, sobre seu capital líquido. Que situação é essa? De que vale trabalhar?

Conversava com meu amigo Manoel Costa na hora do almoço, falando da modernidade, porque o telefone celular dele não parava de tocar. Eu disse: "Manoel, para que atender ao telefone celular, trabalhar o tempo todo?". O que faz o telefone celular, o computador e outras modernidades? Aumentar o nosso ritmo de trabalho. Trabalhamos mais, mas ganhamos mais? Não; ganhamos menos. Para quem vai isso? O Brizola chamava isso de máquina de moer carne. O Darcy dizia que existia uma máquina que moeu a nossa população, sobretudo a população negra e a indígena, que é a espoliação. São 500 anos de espoliação, mas essa de hoje talvez seja a mais brutal de todas. Temos de ter alguma coisa a fazer.

Quando João Goulart assumiu a Presidência da República e tentou aplicar a Agenda Vargas, fazendo as reformas de base e controlando o capital estrangeiro, foi derrubado. Até hoje não havia sido aberta a perspectiva de um Presidente popular, senão agora com a eleição do Lula; entretanto, o Lula está fazendo a política que está fazendo, que é a política da transferência sistemática do nosso trabalho, sob a forma de mercadoria a ser exportada, por meio do saldo da nossa balança comercial e dos juros - os maiores do mundo - escorchantes praticados no Brasil.

O PDT está empenhado em um trabalho chamado Projeto Brasil Trabalhista. Trata-se do resgate dos valores republicanos dos Inconfidentes da Revolução de 30 e do trabalhismo. Iremos resgatar primeiro o trabalho e depois a educação, que foi um dos primeiros atos praticados pelo Presidente Getúlio Vargas, ao lado das primeiras leis trabalhistas. Ele criou os Ministérios do Trabalho e da Educação.

É preciso resgatar os valores que construíram a nossa civilização, os quais estão sendo dilapidados por essa coisa extraordinária e perversa chamada neoliberalismo. Não é possível que aceitemos colocar lá em cima, de novo, um governo neoliberal. Temos de criar uma alternativa, para isso, é necessário haver um projeto. Dessa forma, mobilizamos a nossa militância e as mulheres e os homens de boa vontade do País, para nos ajudarem a construir esse projeto, que é, ao mesmo tempo, o projeto do futuro do Brasil e o instrumento de conscientização e mobilização para enfrentar essa grande mentira internacional que é a falta de alternativa.

Companheiros, já falei demais, mas não posso terminar sem antes fazer uma saudação àquele que foi o fundador do nosso partido, o companheiro Leonel Brizola. Não o mencionei, propositadamente, na questão histórica. Brizola foi a síntese de tudo, ou seja, a síntese dos socialistas utópicos, dos iluministas, dos Inconfidentes, da Revolução de 30 e do trabalhismo de Getúlio Vargas. Basta analisar as suas ações práticas, políticas ou administrativas. Ele era o realizador daquelas medidas de inclusão da população brasileira na sociedade e na apropriação da nossa riqueza. Foi o homem que cumpriu as questões fundamentais do getulismo: desenvolver com justiça social e com soberania. Essa é a nossa bandeira, companheiros. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

A locutora - O Deputado Sebastião Helvécio, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Sr. Arnaldo Mourthé de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Tendo como principais objetivos a luta pela soberania e pelo desenvolvimento do Brasil, a dignificação do povo brasileiro e a consagração dos direitos e conquistas dos trabalhadores, o Partido Democrático Trabalhista configura-se como legítimo defensor do trabalhismo e das reformas sociais. A homenagem da Assembléia Legislativa ao PDT pelos seus 25 anos de fundação, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Minas Gerais."

- Procede-se a entrega de placa.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Arnaldo Mourthé, Secretário de Relações Internacionais do PDT; Manoel Costa, Secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Paulo Elisiário, Presidente do Diretório Estadual do PPS; Deputado Sargento Rodrigues, companheiro de lutas nesta Casa e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; minhas senhoras e meus senhores, gostaria de fazer uma abordagem pessoal. Guimarães Rosa, nosso grande poeta, médico e político, ensina-nos que Minas são várias, Minas são muitas.

Aqui, nesta Casa, tenho tido o privilégio e o orgulho de representar minha região da Zona da Mata e das vertentes por cinco mandatos. Para minha alegria, hoje, neste encontro do PDT, posso, ao olhar nossos companheiros, fazer uma homenagem, não apenas no sentido da história, aqui muito bem apresentado, mas como um testemunho pessoal da luta.

Meu caro Mourthé, para você levar à executiva nacional, quero dar alguns exemplos da luta do PDT de Minas. Elegemos, na cidade que é entrada para o Estado de Minas, para o que vem do Rio de Janeiro, Simão Pereira, o portal de Minas, o companheiro Antônio, negro e trabalhador da Prefeitura, Prefeito. Há pouco mais de dois anos, caminhamos nas ruas e nele nasceu aquela vontade de ser Prefeito de sua cidade. Hoje, representando o movimento negro, o companheiro Antônio é o primeiro Prefeito negro na história de Simão Pereira.

Saúdo também o companheiro Osvaldir, de Coimbra. Muito antes de meio ambiente virar agenda modernista - e você apontou muito bem os perigos dos temas que muitas vezes se vestem de modernismo -, ele criou a primeira usina de tratamento de lixo da região, fazendo um trabalho pioneiro na Universidade Federal de Viçosa, que é hoje exemplo na questão ambiental para todos os 853 Municípios de Minas Gerais.

Finalmente, à minha esquerda, está nossa querida Prefeita Aracy Cristina, de Antônio Carlos. Você falou tanto da participação do Presidente Antônio Carlos e, para nossa alegria - e particularmente para meu orgulho -, a Prefeita dessa cidade é nossa brava mulher pedetista.

Como Secretário de Saúde, em todos os locais que visitei no Estado disse que ela, em menos de dois meses de governo, assumiu o compromisso de reabrir o hospital dessa cidade. Em consequência desse ato de coragem, o Hospital Antônio Carlos, de pequeno porte, já é um exemplo para Minas Gerais. Estamos muito envolvidos com o trabalho da Cristina, que é um exemplo de como a administração do PDT pode dar uma solução real a um problema também real.

Nas figuras desses três Prefeitos da minha região, homenageio todos os militantes do PDT: os nossos Prefeitos e os nossos Vereadores. É evidente que a nossa direção partidária chegou a esta Casa porque, a nos ombrear, estão os nossos bravos representantes em todos os rincões das Minas Gerais: os filiados, os diretórios, os Vereadores e os Prefeitos.

Herança e resistência, pautadas pela fidelidade ao ideal trabalhista, são as marcas históricas do PDT, cujos 25 anos comemoramos nesta Assembléia.

O trabalhismo, fruto da Revolução de 30 e do seu desejo de modernizar o País, apresenta em sua trajetória dois momentos distintos, separados pela ditadura militar.

Nos primeiros anos, momento de construção, acontece a fundação, por Getúlio Vargas, de um partido para representar os trabalhadores, conduzidos por nosso grande estadista à cena política, pela primeira vez em um período de mais de quatro séculos.

Em seus dois governos, Getúlio Vargas promoveu a industrialização e o crescimento econômico e também a educação, a cultura e o positivo sentimento de nacionalidade.

A Era Vargas foi o primeiro momento em que os brasileiros tiveram seus direitos sociais estabelecidos e respeitados, constituindo um capítulo que nunca poderá ser apagado da memória nacional.

Essa herança foi primeiramente encarnada por João Goulart - Jango, no tratamento carinhoso do nosso povo - com a mesma postura nacionalista que contrariou tantos interesses, ao ponto de seu Governo democrático ser duramente interrompido, o que gerou um rastro de duas décadas de autoritarismo e de perseguição e exílio aos seus seguidores.

Em 1979, exilado em Lisboa, Leonel Brizola, que chefiara a resistência popular ao golpe de Estado de 1964, reuniu outras lideranças fiéis ao trabalhismo para a fundação de um partido que influísse na redemocratização, revivendo os princípios que promoveriam uma sociedade socialista e democrática.

Acredito que todos nós, pedetistas, temos o orgulho inarredável de ter, como certidão do nosso nascimento, a "Carta de Lisboa". Cada um de nós, em cada encontro, devemos tê-la sempre em mãos, para fazer renascer sempre esse ideário democrático e trabalhista.

Privado, pela influência do General Golbery do Couto e Silva e pela Justiça Eleitoral, de reviver a sigla PTB, da qual era militante histórico, Brizola funda o Partido Democrático Trabalhista.

Desde então, são 25 anos de resistência pelos princípios do trabalhismo e do socialismo, tão atacados pelo neoliberalismo, beneficiado nos últimos anos por sua escalada mundial.

Os adversários chegaram a anunciar o sepultamento definitivo da era Vargas, festejando a privatização das empresas estatais e atacando a CLT. Perdendo a presença inspiradora de Leonel Brizola e de Darcy Ribeiro, o partido, no entanto, continua alimentado por seu passado de orgulho e por sua força de luta, propondo-se como alternativa para um futuro que venha resgatar, de nosso imaginário social, a idéia de um País justo e autodeterminado.

A era Vargas, que se pretende prematuramente encerrar, é a que nos legou um grande estadista que se sacrificou pela Nação. Brizola e Darcy Ribeiro ainda têm a nos oferecer a paixão tão necessária pela educação. Os Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs -, admiráveis na arquitetura de Oscar Niemeyer, instituindo a escola de tempo integral explicitam a inextinguível importância da educação, sem nenhuma dúvida o calcanhar-de-aquiles para a inclusão social.

O PDT representa, então, herança e resistência em prol de um legado que significa o melhor de nossa história, numa positiva afirmação da brasilidade. Para que o brasileiro seja efetivamente um povo civilizado, próspero e feliz, continua esse partido a erguer a bandeira da prioridade das questões sociais e da afirmação dos valores republicanos.

Como opção efetiva à sociedade de mercado, promotora do desemprego generalizado e da expansão da informalidade, convida a todos para um retorno às políticas sociais num contexto de crescimento sustentado e de universalização escolar.

O Brasil soberano e senhor de seu próprio destino, com respeito à lei, com independência dos Poderes e com garantia de cidadania, continua no horizonte dessa luta. Em nome desse histórico de coerência e de fé no País, comemoramos, no parlamento que representa o povo mineiro, os 25 anos dessa agremiação que tem decisivamente participado da construção nacional. Muito obrigado!

ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 23/5/2005

Presidência do Deputado Paulo Piau

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de Presença - Destinação da Reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Subsecretário Fernando Lage de Melo - Palavras do Secretário Bilac Pinto - Palavras do Secretário Adjunto Alberto Duque Portugal - Palavras do Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles - Palavras do Sr. Arnaldo Campos - Palavras do Sr. Luiz Carlos Correia - Palavras do Sr. Luís Custódio Cotta Martins - Palavras do Sr. Gilman Viana Rodrigues - Palavras do Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem a Deputada e os Deputados:

Elisa Costa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jésus Lima - Márcio Kangussu - Padre João - Paulo Piau - Sebastião Helvécio.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Piau) - Às 9h7min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O Deputado Márcio Kangussu, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, representando a Ministra Dilma Rousseff; Arnoldo Campos, Coordenador-Geral de Agregação de Valor e Renda da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representando o Ministro Miguel Rossetto; Deputado Bilac Pinto, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Fernando Lage de Melo, Subsecretário de Estado de Desenvolvimento Mineiro-Metalúrgico e Política Energética, representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Wilson Nélio Brumer; Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da EPAMIG; Gilman Viana Rodrigues, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG; Vereador Carlão Pereira, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Luís Custódio Cotta Martins, Presidente dos Sindicatos da Indústria do Açúcar e da Fabricação do Alcool do Estado de Minas Gerais - Siamig-Sindaçúcar-MG; Luiz Carlos Correia, Presidente da Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Carlos Alberto Menezes de Calazans, Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais; e Alberto Duque Portugal, Secretário Adjunto de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o Secretário Silas Brasileiro.

## Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença dos Exmos. Srs. Deputado Anderson Adauto, Prefeito de Uberaba; e dos representantes da CEMIG, da EMATER, da EPAMIG, da FAEMG, do CETEC, da Universidade Federal de Viçosa, da PETROBRAS, da UMFG, do Sindicato do Açúcar e da EMBRAPA.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Biocombustíveis: Alcool e Biodiesel.

## Palavras do Sr. Presidente

Nesta manhã serão apresentadas a palestra O Programa Nacional de Biodiesel, prevista anteriormente para a tarde e transferida, a pedido do Ministério, devido à agenda da expositora, e a palestra O Biodiesel e a Inclusão Social. Teremos ainda pela manhã a exposição do painel O Alcool Combustível: Perspectivas e Entraves. As dificuldades de equacionamento dos problemas econômicos e sociais brasileiros, acumulados e muitas vezes agravados no decorrer do tempo, aliadas à conturbada conjuntura política internacional e à complexidade do processo de globalização, não deixam dúvidas: vivemos um período histórico nitidamente marcado pela incerteza.

Um dos aspectos mais discutidos desse contexto diz respeito à previsão de disponibilidade de energia, para dar conta das crescentes demandas do mundo moderno, vinculadas a uma imensa cadeia de produção e de consumo.

Se a matriz energética brasileira, englobando a produção interna e as importações, atende hoje, satisfatoriamente, às necessidades básicas do País, não podemos nos esquecer de que já passamos por períodos de turbulência, como o do choque do petróleo, na década de 70, e o da escassez de recursos hídricos, que nos obrigou a conviver com o racionamento no início deste século.

Não podemos nos esquecer, também, de que estamos sujeitos a novos tempos de crise, de origem externa ou interna, decorrente dos conflitos que envolvem os principais países produtores de petróleo, da exaustão das reservas de energia não renovável e das ameaças às fontes renováveis, diante das diversas formas de degradação do meio ambiente.

Nesse quadro, são muito bem-vindas as iniciativas governamentais ou privadas para ampliar a produção de biocombustíveis no País.

Do ponto de vista da expansão da matriz energética, tais iniciativas são muito oportunas, porque possuímos condições de solo e de clima favoráveis ao cultivo de diversas matérias-primas para a produção de biocombustíveis, além de uma considerável experiência na fabricação do álcool e do biodiesel.

Os reflexos positivos das políticas e dos projetos que se desenvolvem nessa área são vários, a começar pela maior segurança de suprimento de energia e pela redução de despesas com importação de derivados do petróleo.

Como se sabe, já foi estabelecido pelo Governo Federal um cronograma progressivo de adição de óleos vegetais ao diesel de petróleo. A introdução gradativa de produtos vegetais nos combustíveis representará também uma melhoria significativa das condições ambientais, pela redução das substâncias poluentes emitidas pelos derivados fósseis.

Outro efeito positivo dos programas voltados para a produção de biocombustíveis será a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda para as populações rurais e do incentivo à agricultura familiar.

Tais vantagens, pensadas para o conjunto dos Estados brasileiros, aplicam-se particularmente a Minas Gerais, diante das dimensões e características do nosso território e da necessidade de criação de empregos nas regiões mais carentes.

O objetivo deste ciclo de debates é difundir as informações relativas aos programas e projetos de produção de biocombustíveis, assim como analisar as perspectivas que se abrem para Minas Gerais, levando em conta as potencialidades do Estado e as condições de implementação de tais programas e projetos.

Esses temas serão aprofundados pelos nossos ilustres palestrantes e debatedores, a quem agradecemos a valiosa participação neste evento. Agradecemos também às autoridades que aqui comparecem, aos demais presentes e a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a

realização deste ciclo de debates. Agradecemos a presença de todos, principalmente das pessoas que vieram do interior em uma segunda-feira com ameaça de chuva e frio. Em nome do Presidente desta Casa, o nosso muito obrigado.

#### Palavras do Subsecretário Fernando Lage de Melo

Bom-dia a todos. Cumprimento o Deputado Paulo Piau, os demais colegas do Governo e as autoridades presentes. Percebo que a platéia é composta de técnicos e colegas de variadas secretarias de órgãos federais e entidades privadas que, há vários anos, participam do debate em torno do biodiesel.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, junto com a CEMIG, tem acompanhado o desenvolvimento da matriz energética de Minas Gerais. Enquanto o Brasil possui 42% de energéticos renováveis, Minas Gerais possui em torno de 56%. Isso tem a ver com a energia hidráulica, com o consumo de lenha e derivados e também com os biocombustíveis.

Este ciclo de debates é extremamente oportuno, pois vem na hora em que existem duas grandes frentes para o crescimento em Minas: o álcool, vive quase que um "boom" mineiro. Certamente ouviremos sobre isso mais tarde. É algo que nos interessa sobremaneira. Minas Gerais tem algumas experiências pioneiras sobre o biocombustível, e cabe a nós transformá-lo numa real opção energética de médio e longo prazos.

Nosso intuito é preparar-nos, sob a ótica do desenvolvimento econômico, para que CEMIG, BDMG e INDI contribuam decisivamente para que se concretize esse cenário de crescimento. Muito obrigado.

#### Palavras do Secretário Bilac Pinto

Bom-dia a todos. É um prazer tê-los aqui conosco no seminário Biocombustíveis: Álcool e Biodiesel. Saúdo o Deputado Paulo Piau e os Exmos. Srs. Ricardo Gusmão Dornelles, Arnaldo Campos, Fernando Lage, Baldonado Arthur Napoleão, Alberto Duque Portugal, Luiz Carlos Correia, Luís Custódio Cotta Martins, Carlos Alberto Menezes Calazans, Gilman Viana Rodrigues e o Vereador Carlão Pereira.

Saúdo a iniciativa do Deputado Paulo Piau de trazer para o Poder Legislativo mineiro e, em consequência, para a sociedade mineira, a discussão de tema tão relevante. Um tema moderno que se tornou presente: as fontes alternativas e, especificamente, os biocombustíveis. O Governo do Estado de Minas Gerais, com pioneirismo, iniciou a estruturação de um programa estadual de biodiesel, o SOLDIESEL, ainda em 2003, na gestão do Governador Aécio Neves.

Com as metas ajustadas às do Governo Federal, o programa irá representar uma oferta estimada de postos de trabalho no campo da ordem de 75.000 homens por ano até 2008, passando a 187.500 até 2013, o que representa aproximadamente o cultivo de 250.000ha de terra na primeira fase e provavelmente 625.000ha de terra numa segunda etapa. Esses números, por si só, justificam os esforços que vêm sendo conduzidos para o sucesso do programa.

A produção de biodiesel, visando a sua utilização comercial, exige ainda desenvolvimentos tecnológicos ao longo de toda a cadeia produtiva, desde a seleção das oleaginosas até a utilização final, passando por testes e certificação de produtos. Assim, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com o apoio e participação de diversos órgãos públicos, como a SEDE, a SEAPA, a FAPEMIG, a EPAMIG, o EMATER, o CETEC e o INDI, assim também como o sistema bancário de fomento - BDMG, BND e BB - e empresas do setor energético - CEMIG e PETROBRAS -, em articulação com o Governo Federal, através do Ministério de Ciência e Tecnologia e da Financiadora de Estudos e Projetos, identificou as ações necessárias à implantação do programa e vem buscando implementá-las. Com esse objetivo, foram firmados alguns acordos que viabilizaram a execução de projetos de pesquisa nos laboratórios de motores e de tecnologia química do CETEC, bem como na Universidade Federal de Lavras. Complementando as ações realizadas até agora, será assinado, no início do mês de junho, um protocolo de intenções com a PETROBRAS para a implantação de uma usina de biodiesel de grande porte no Jequitinhonha.

O sucesso do programa em tornar o Estado auto-suficiente na produção de biocombustíveis, com características técnicas e financeiras competitivas, depende essencialmente do trabalho conjunto Governo-sociedade. Assim, a iniciativa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais de inserir o processo por meio da realização deste ciclo de debates é de grande importância. Com toda a certeza, as apresentações e discussões programadas resultarão em informações relevantes para complementação das ações do Poder Executivo.

Finalizando, quero dizer ao Presidente da Mesa, Deputado Paulo Piau, que, nessa sexta-feira, o Governador visitou, no Município de Varginha, a primeira usina de biodiesel, que já está alimentando um motor de trator e uma caminhonete Blazer. Foi uma iniciativa pioneira por parte do Governador do Estado. Entregamos à comunidade sul-mineira os primeiros testes feitos com motores a biodiesel. Espero que cada um possa contribuir para que este painel de debates reoriente as ações do Poder Executivo quanto ao tema.

#### Palavras do Secretário Adjunto Alberto Duque Portugal

Prezado Deputado Paulo Piau, cumprimento-o pela iniciativa. Na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais membros desta Casa. Cumprimento também os colegas de Governo, na pessoa do Secretário Bilac Pinto, bem como todas as lideranças presentes, na pessoa do Presidente da FAEMG, Gilman Viana Rodrigues.

Senhoras e senhores, gostaria, rapidamente, de trazer a palavra do Secretário Silas Brasileiro, que não pôde estar presente. Gostaríamos de enfatizar que a agricultura sempre cumpriu um papel extremamente importante na economia brasileira e mundial, mas especialmente em nossa economia, sendo a base de desenvolvimento deste País. A partir do processo de industrialização do País, liberando mão-de-obra e capital, ela foi muito importante para nós. Nessas últimas décadas, tivemos a percepção clara da sua importância como geradora de emprego e renda; suporte no processo de controle da inflação e de equilíbrio fiscal do nosso País; geradora de divisas, equilibrando a balança de pagamentos; e promotora, de forma silenciosa, da interiorização do desenvolvimento. Isso fez com que a riqueza chegasse a todos os cantos deste País, criando novas civilizações.

Mas o mais importante de tudo isso, de acordo com o tema colocado, programa de produção e uso do biodiesel, que olha para o futuro, é que a agricultura continuará sendo o grande suporte da nossa economia nas próximas décadas. Isso acontecerá por uma razão muito simples: a agricultura tem a capacidade de multiplicação para a frente e para trás, de trazer novos insumos e de gerar novos produtos ao longo da cadeia produtiva. Com o advento de novas tecnologias, principalmente a informática, a biotecnologia e a nanotecnologia, a agricultura passa a ter um potencial tremendo com o que chamamos de biofábricas, que transformam plantas, animais e microrganismos em verdadeiras novas moléculas. Isso é feito com muita eficiência, na área de fármacos, biomateriais e biocombustível, inclusive. O biocombustível, a partir da mamona e do pinhão-manso, não passa por essas tecnologias mais avançadas. Mas o que quero dizer é que a agricultura, a partir de novas tecnologias, coloca-se como setor estratégico para o futuro da humanidade, especialmente para o futuro do Brasil, que tem todo esse potencial agrícola, que tão bem conhecemos.

Quero trazer aqui a visão da Secretaria de Agricultura, do Deputado Federal Silas Brasileiro, e o compromisso do sistema da agricultura,

representado pela EMATER, RURALMINAS, EPAMIG, IMA e, aqui, pelo seu Presidente Baldonado Napoleão.

A EPAMIG, na década de 70, trabalhava com pinhão-manso e tem experiências extremamente ricas na área da mamona, e tenho a certeza absoluta de que elas serão úteis nessa proposta que agora se consolida por meio da iniciativa deste seminário na Assembléia Legislativa e, especialmente, pelas ações que o Governo Aécio Neves implementa. A Secretaria de Agricultura estará presente com todo o seu sistema nesse esforço no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles

Bom-dia. Primeiro, registro o agradecimento pela presença do Ministério de Minas e Energia. Na pessoa do Deputado Paulo Piau, cumprimento todos os colegas da Mesa e dos Poderes Legislativo e Executivo Estaduais e Federais.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel é uma iniciativa de um ano e meio deste Governo, e temos muita expectativa quanto a ele. Já existem resultados bastante promissores desse trabalho, e apresentarei, em linhas gerais, a situação e a contextualização desse Programa.

A matriz energética brasileira - e esse é um ponto sobre o qual sempre devemos falar e bater - causa inveja a grande parte do mundo. A nossa matriz é composta de 43% de recursos de fontes renováveis. Os países desenvolvidos têm a ordem de 6% de renováveis. Então, essa situação é ímpar, primeira, e serve de orgulho para todo o nosso povo. Nesses 43% de fontes renováveis, temos 29% de origem de biomassa e 14,5% da hidreletricidade na composição da matriz.

Apesar de estarmos nessa vanguarda, a posição do Governo é sempre buscar a maior diversificação da matriz, caminhando ainda mais para a geração de energia por meio de uma matriz mais pura, limpa e com melhores condições de distribuição e estratégia na geração de energia.

Nessa linha, a função do Ministério de Minas e Energia é planejar e promover as políticas que conduzam, nos setores que competem ao Ministério, à implementação de uma matriz com o adequado suprimento de combustíveis para a sociedade, com uma diversificação cada vez maior da substituição de fósseis por combustíveis renováveis. Esse tem um foco muito grande, e a Ministra Dilma, em todas as oportunidades, em todas as viagens internacionais, busca levar a experiência brasileira a outros lugares, realizando entendimentos com diversos países da América Latina, da Europa ou da Ásia. Ela procura mostrar e fazer com que eles adotem e utilizem essa experiência brasileira na diversificação da sua matriz energética.

Em todo o mundo, compõem a diversificação energética o gás natural veicular, a gasolina e o diesel, que são os combustíveis normalmente ofertados. No caso específico do Brasil, há ainda o álcool, de que somos o maior produtor e o maior consumidor. Além disso, somos o único país onde a adição de álcool à gasolina atinge o patamar de 25%.

Diversos países estão desenvolvendo programas de utilização de álcool, mas basicamente como aditivo à gasolina, no patamar de até 10%. Aliás, aproveito a oportunidade para dizer que acho conveniente fazermos um painel específico sobre o álcool, para discutirmos essa questão com mais detalhes.

A partir de 2005, incrementaremos a utilização do biodiesel como integrante da nossa matriz de combustíveis veiculares, e a expectativa é que, até 2020, haverá o hidrogênio, uma tecnologia ainda em desenvolvimento, para utilização comercial. Muita pesquisa ainda se faz e muitas experiências positivas foram conseguidas nessa área. Por isso, pensamos que, em 2020, utilizaremos hidrogênio em escala comercial, sendo que a sua obtenção virá da reforma do etanol, do álcool, dada a nossa característica de produção e o nosso conhecimento na utilização do álcool.

Especificamente quanto à matriz de combustíveis veiculares, a participação do álcool soma 15%, sendo 6,6% de álcool hidratado, que é o vendido e comercializado diretamente para os veículos a álcool, e 8,8% de álcool adicionado à gasolina. Obviamente, se a nossa matriz energética é bastante diversificada - e dentro dela há a biomassa, toda a produção vem da cana -, terá fatores de diversificação muito grande também pelo álcool.

Com relação ao biodiesel, estamos começando o mercado agora. Vale mostrar que, dos combustíveis veiculares no País, o diesel representa 55,7% do total que move o Brasil. Lembramos que esse combustível lastreia toda a parte de transporte, toda a parte de energia; portanto é muito importante na economia do País. Com a introdução do biodiesel no mercado nos patamares iniciais em que está agora, com 2% de mistura, chegaremos a 5% em 2013. Isso representará uma participação de 2,8% de biodiesel na matriz de combustíveis veiculares.

É importante lembrar que a diretiva da Comunidade Européia para a substituição de combustíveis fósseis por renováveis prevê que, até 2010, seja de 5,75%, e isso inclui não só biodiesel, mas também álcool. Alguns países da Comunidade Européia estão optando pelo álcool, enquanto outros optaram pelo diesel, sendo o foco maior a Alemanha. Mas a expectativa é que, em 2010, atinja 5,75% a substituição de renováveis.

Sem considerarmos o álcool, que já chegou a 15%, o biodiesel pode chegar, de cara, a 12,8%. Estou dizendo isso para comparar o nosso potencial com o que está se pensando fazer na Comunidade Européia.

Quanto ao cenário, foi citada nas palavras do Presidente a crise de 1970. É importante lembrar que, naquela época, quando foram criados o PROALCOOL e o Pró-Óleo, éramos dependentes da importação de 80% dos derivados de petróleo. Então, a segurança energética do País àquela época era bastante diferente e muito mais preocupante. No entanto, hoje falamos em auto-suficiência na produção de petróleo para final de 2005, 2006, o que significa auto-suficiência energética para a nossa economia, cenário totalmente diferente do passado.

Hoje somos exportadores de gasolina. No consumo de gasolina no País há uma parcela significativa de álcool, que substituiu o derivado de petróleo, a própria gasolina. Somos exportadores de álcool, e ainda somos importadores de diesel, da ordem de 6%; portanto está muito próximo. Se pensarmos nos 5% de adição de biodiesel ao diesel, basicamente zeramos toda essa importação de diesel que compõe nossa matriz.

Hoje estamos iniciando a implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, em um cenário muito mais confortável do ponto de vista de segurança energética do que foi no passado. Na época, o PROALCOOL deu seqüência; hoje somos referência mundial em um programa de substituição de fósseis por renováveis. Mas o PROÓLEO não deslanchou na mesma oportunidade, motivo por que o estamos resgatando a partir deste ano.

Trouxe alguns dados sobre o mercado de Minas, que corresponde a 13% do mercado de diesel nacional, a 11% do mercado de gasolina e a 9% do mercado de álcool. São mercados significativos, com uma produção de alguns milhares ou milhões de metros cúbicos de biocombustível que poderão mitigar essa parte verde da "pizza", tornando-a mais verde por meio da produção de renováveis no próprio Estado.

Comentarei rapidamente sobre o biodiesel, cujas informações julgo ser de conhecimento da grande maioria. A cadeia de produção do biodiesel tem uma parte agrícola fundamental, que gera a matéria-prima para a extração do óleo. Todo o desenvolvimento tecnológico agrícola do País mostra nosso potencial para atingirmos a excelência na produção agrícola, a exemplo da soja e do açúcar, que revelam a pujança do nosso País na parte agrícola. Uma vez produzidos, os grãos passam por um processo de esmagamento para a extração do óleo e, em seguida, pelo processo de transesterificação, que é uma reação química a que adicionamos álcool ao óleo vegetal, na presença de um catalisador, de onde se extraem o biodiesel e a glicerina como subproduto.

Eventualmente sou condenado por afirmar que é uma reação química muito simples, um processo muito simples. Mas, da mesma forma que é simples, também requer uma série de cuidados técnicos extremamente importantes, porque a qualidade dessa reação química determinará a qualidade do combustível, que tem de atender a todos os requisitos exigidos pelos fabricantes dos motores.

Diferentemente de um carro a gasolina, que basicamente transporta um cidadão, o motor a diesel transporta carga, divisas, movimenta o trator. Qualquer problema em um veículo diesel acarreta consequências muito mais graves à atividade do usuário, muito mais sérias do que um problema em um motor a gasolina. Apesar de a reação de transesterificação ser simples, requer todos os cuidados da tecnologia, todos os cuidados do controle de qualidade, para que o combustível tenha a qualidade requerida para a utilização dos motores.

Conforme afirmado pelo Secretário de Agricultura, as capacidades, as diversidades, as potencialidades de utilização de inúmeras espécies de vegetais para a produção do biodiesel, em razão de nossa diversidade de clima e solo, remetem-nos a uma grande diversificação do tipo de oleaginosa e da regionalização da produção desses biocombustíveis.

Nesta transparência aparecem alguns exemplos da palma, muito conhecida na Região Norte, onde a produção é maior; a mamona, que deverá ser a planta mais adequada ao clima do semi-árido e no Norte de Minas; o pinhão-manso, o nabo forrageiro e várias outras oleaginosas que estão sendo pesquisadas. Se fosse falar de todas elas, acabaria me perdendo. O girassol tem sido muito utilizado, e a soja tem um potencial significativo para produzir biodiesel em escala. Também o algodão tem diversas outras potencialidades.

Nesta transparência mostramos um quadro com os números mais divulgados dos teores de óleo das produtividades dessas culturas. O aprimoramento das tecnologias agrícolas de produção de sementes levará o biodiesel a uma curva de aprendizado, ou seja, os custos, hoje, da produção de biodiesel devem cair com uma velocidade maior para custos mais utilizados, para produções mais eficientes, a exemplo do que aconteceu com o álcool, mas que teve um aprendizado mais longo pelo pioneirismo à época.

Aqui mostramos um breve histórico sobre o desenvolvimento do biodiesel. Na década de 70 começaram os estudos do biodiesel. Em 1980, o Brasil teve a primeira patente mundial depositada por intermédio do Prof. Expedito Parente, da Universidade Federal do Ceará. Mas todo esse processo ficou restrito, durante um par de décadas, a experiências de pesquisas, de laboratórios. Ele não ganhou corpo como o PROALCOOL. A partir de 2003, um decreto do Presidente Lula criou uma comissão executiva encarregada de estudar a viabilidade de utilização do biodiesel como fonte energética. Ao longo do segundo semestre de 2003, foram feitas várias conferências, várias audiências com representantes da indústria, da agricultura, das universidades, compondo um conjunto de informações que levaram o Presidente a entender que o biodiesel era uma coisa fundamental para as políticas do Governo no objetivo de se voltar a criar mais um combustível que tivesse não só viabilidade técnica, mas que trouxesse para o País o desenvolvimento regional, a geração de emprego e renda como um vetor importante para esse programa. Assim, no final de 2003, por meio de outro decreto, foram criadas uma comissão executiva, coordenada pela Casa Civil, e um grupo gestor, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, encarregado da implementação das ações. O segundo foi criado para fazer as ações, executar as atividades de forma a se ter uma produção do uso do biodiesel no País. Esse grupo se reuniu a partir de 2004 com o desafio de implantar um projeto auto-sustentável, considerando preço, qualidade e garantia de suprimento, tendo como geração de renda e a inclusão social um dos pilares fundamentais desse programa. E digo um deles porque não será apenas esse pilar social que sustentará esse programa a longo prazo.

Para que esse programa seja do País, tenha vida longa e, efetivamente, veja todas as suas potencialidades concretizadas, tem de estar suportado por dois pilares. Um deles é o ambiental. Temos de ter cuidado com a expansão indiscriminada da fronteira agrícola e com a utilização de subprodutos, insumos e dejetos do processo industrial. O segundo pilar é o mercado. O programa tem de estar sustentado por um componente econômico para que não tenha vida curta e, daqui a dois, três ou cinco anos, não se fale mais do biodiesel e se jogue por terra toda a sua potencialidade.

O Governo Federal montou um plano de trabalho composto por 16 grandes itens, passando pela verificação do estado da arte do biodiesel no Brasil e no mundo, pela definição de regiões atrativas economicamente, pela quantificação de mercados, pela política de tributação, pela avaliação dos impactos sociais da inclusão social, pelo desenvolvimento tecnológico; enfim, por um conjunto de atividades que serão necessárias para que o programa tome o vulto e a dimensão que promete.

Em 2004, o Governo Federal estabeleceu metas prioritárias para si mesmo: até o final de 2004, o programa estaria colocado na rua, com um programa de utilização de biodiesel do ponto de vista comercial.

No dia 6 de dezembro, quando o programa foi lançado, com a edição da Medida Provisória nº 277, já convertida em lei, basicamente se concluiu, em dez meses de trabalho, todo o arcabouço regulatório necessário para que o biodiesel saísse do papel, dos laboratórios e dos centros de pesquisa e ganhasse o mercado comercial.

Esse marco regulatório está dividido em duas leis. A primeira é a Lei nº 11.097, oriunda da Medida Provisória nº 214, de setembro do ano passado, sancionada pelo Presidente em 13/1/2005. Nela há dois pontos importantes.

Primeiro: por lei, está definido que a utilização do biodiesel no País será de caráter obrigatório, no percentual de 2%, a partir de 2008. Entre 2005 e 2007, está autorizada, portanto, a utilização do biodiesel, mas em caráter facultativo. A obrigatoriedade se dará a partir de 2008, e, a partir de 2013, o percentual mínimo de adição passará de 2% para 5%. Talvez esse seja o ponto mais importante da lei, que está garantindo um mercado para o biodiesel com nossa matriz.

O segundo aspecto importante da lei é ter delegado à ANP a competência por toda a regulamentação infralegal dessa atividade. A ANP é responsável pela autorização e fiscalização e pelo monitoramento do mercado do biodiesel, sendo que fez revisão de toda a sua estrutura de portarias e resoluções, de forma que o biodiesel estivesse ali inserido, da mesma forma como estão inseridos o álcool e os combustíveis derivados de petróleo. O biodiesel passa a ser, portanto, um combustível normal, ofertado à sociedade sob a regulamentação da ANP.

A ANP criou duas resoluções específicas para o biodiesel. Uma delas trata da especificação e da qualidade do combustível, e a outra, da atividade do produtor do biodiesel. Esta última é regida pela Resolução nº 41: o que o produtor tem de ser; quais são suas obrigações e seus deveres; o que pode e o que não pode fazer ao exercer sua atividade.

Complementando o marco regulatório, foi editada a Lei nº 11.116, sancionada no último dia 13 de maio, oriunda da Medida Provisória nº 227, que tratou do modelo tributário federal sobre o biodiesel. Essa lei concede uma desoneração total ou parcial dos tributos federais incidentes

sobre o biodiesel - PIS, PASEP e COFINS - e cria um conceito de combustível social na medida em que concede essa desoneração em razão da atividade agrícola, considerando quem é o produtor de biodiesel, de quem ele adquire matéria-prima, onde foi produzida essa matéria-prima e qual é o tipo de matéria-prima. Ou seja, cria esse conceito que diz respeito ao vínculo do produtor de biodiesel com a atividade industrial de produção de biodiesel e a agricultura familiar.

Dois decretos regulamentaram essa lei. O primeiro cria coeficientes de redução das contribuições PIS e COFINS; o segundo isenta o biodiesel do IPI. Esses coeficientes de redução são basicamente o seguinte: na produção agrícola por meio da agricultura familiar, pode-se dar uma desoneração total ou parcial do PIS e da COFINS, em razão da região produtora - se Norte, Nordeste ou semi-árido - e da matéria-prima utilizada - se a mamona ou a palma; na agricultura não familiar, prevê-se a possibilidade de uma desoneração parcial do PIS e da COFINS, também em razão das mesmas regiões e matéria-prima.

Para clarear um pouco mais, a tributação federal tem, em primeiro lugar, uma incidência monofásica no produtor industrial de biodiesel. Com isso, buscou-se fazer uma analogia com o modelo tributário vigente para o diesel, em que o recolhimento do PIS e da COFINS é feito pelo produtor industrial. Foi estabelecida uma regra geral, válida para todo o País, cuja alíquota, idêntica à do diesel, é de R\$0,218 por litro. Assim, a carga tributária para o biodiesel é igual à do diesel, e isso é válido como regra geral, sem que os produtores de biodiesel tenham vínculo com a agricultura ou a possibilidade de utilização da região de produção.

A primeira redução concedida foi de 32% da carga tributária, se o produtor de biodiesel, sem se utilizar da agricultura familiar, estiver instalado nas Regiões Norte ou Nordeste ou no semi-árido e produzindo biodiesel a partir da mamona ou da palma. Assim, para esse produtor de biodiesel, a carga tributária não será de R\$0,218, mas de R\$0,151 por litro de biodiesel produzido.

O segundo coeficiente de redução estabelecido é válido para todo o Brasil, independentemente da oleaginosa ou da região de produção, e estabelece um desconto de 68% na carga tributária de PIS e COFINS - caindo a alíquota para R\$0,07 por litro de biodiesel produzido - para aquela parcela de produção advinda da agricultura familiar.

A quarta alíquota é específica para as Regiões Norte e Nordeste e o semi-árido, para a agricultura familiar e para a utilização da mamona ou da palma. A desoneração, para a produção de biodiesel nessas condições, é de 100% do PIS e da COFINS.

Esse modelo tributário vem atender a uma das diretrizes do programa, de utilização do biodiesel como uma fonte que permita a inclusão social e a geração de emprego e renda no campo.

Quanto à tributação estadual, que seria o ICMS incidente sobre o biodiesel, o problema ainda não está equacionado.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ - se reuniu diversas vezes para discutir esse assunto, mas ainda não chegou a um consenso quanto ao estabelecimento da forma de tributação do ICMS sobre biodiesel. Alguns Estados têm posições divergentes, outros estão pensando em mecanismos internos de incentivo, por meio de ICMS, mas falta um critério único, de consenso, dentro do CONFAZ, para a tributação de biodiesel.

A logística estabelecida é a de que o produtor de biodiesel deve comercializar sua produção junto a uma distribuidora de combustíveis, que será responsável pela realização da mistura de 2% de biodiesel com 98% de diesel mineral de petróleo. Também é facultado à PETROBRAS "holding" - suas refinarias - fazer essa mistura. Isso está permitido pela regulamentação, diferentemente do que ocorre com o álcool. A PETROBRAS "holding" não pode misturar álcool anidro à gasolina, somente as distribuidoras podem fazer isso. Para que esse mecanismo fique mais maleável, na regulamentação do biodiesel é permitido que as refinarias da PETROBRAS façam essa adição. Essa mistura entrará no regime normal de distribuição de combustíveis. As distribuidoras venderão esse produto ao consumidor final, aos postos de revenda ou, por meio dos Transportadores Revendedores Retalhistas - TRR -, agente consolidado no mercado de combustíveis.

Dentro desse horizonte atual de autorizativo - obrigatoriedade, nos períodos 2008 a 2012, de 2%, e, a partir de 2013, de 5% - a estimativa de investimentos é de US\$430.000.000,00 em plantas industriais de produção. É preciso lembrar que as plantas industriais têm diversos tamanhos, tecnologias e escalas. As tecnologias de plantas de grande porte, com produção contínua, não estão interiorizadas no País. Alguns grupos empresariais estão estudando essa tecnologia. O Ministério de Ciências e Tecnologia, por meio dos fundos setoriais CTPETRO e CTENERG, está liberando recursos para o desenvolvimento da tecnologia de produção contínua, que, certamente, darão sustentação a esse potencial necessário de produção, que é de 2.500.000.000 litros.

Temos duas unidades de tecnologias de pequeno e de médio portes instaladas no Brasil. A primeira foi inaugurada no Município de Cássia, em 24/3/2005. É uma tecnologia do grupo BIOBRAS, desenvolvida pelo Dr. Artur Alves, totalmente nacional, em bateladas, utilizando o etanol como álcool reagente na mistura. A segunda usina - da Agropalma -, inaugurada em 27/4/2005, em Belém, utiliza como matéria-prima resíduos do refino de óleo de palma. Os processos utilizados podem ser a rota metílica, usando metanol, e a rota etílica, usando etanol.

Em Minas, a comercialização do biodiesel produzido por essas plantas está sendo feita pela Ale Combustíveis, em dois postos de Belo Horizonte. Em Belém, a BR Distribuidora negociou com a Agropalma a aquisição de parte da produção, que está sendo comercializada nos postos da rede BR atendidos por Belém.

Este mapa mostra as iniciativas em andamento no País. Temos algumas unidades do grupo BIOBRAS no Estado, em Cássia, Iguatama e Barbacena.

Temos uma usina grande, que é a PETROCAP, em Charqueadas, São Paulo, que utiliza, como matéria-prima, borra de óleo e refugos da indústria siderúrgica, numa planta de grande capacidade. Existem duas unidades em implantação no Mato Grosso: a ECOMAT, em Cuiabá, e uma em Dom Aquino. A Região Nordeste tem um grande projeto da empresa Brasil Ecodiesel, que está construindo uma planta com capacidade de 25 milhões de litros por ano, utilizando tecnologia nacional da TECBIO, que teve a primeira patente nos anos 80 por meio do Prof. Expedito Parente.

Esse quadro mostra as unidades. As duas primeiras já foram inauguradas. A última da tabela, a BIOLIX, recebeu autorização da Agência Nacional de Petróleo na semana passada e deve iniciar em breve a sua produção. Algumas dessas outras unidades já deram entrada na ANP; outras, ainda não. Aqui vocês vêem mais um conjunto de unidades. Isso mostra que a grande maioria dessas unidades não começaram agora. Foi crença de alguns empresários que o biodiesel seria, num curto espaço de tempo, um negócio palpável. Deram início, então, a tais iniciativas, mesmo antes de haver uma definição do marco regulatório. Com a completa edição desse marco, a expectativa é que outros investidores apareçam na produção do biodiesel.

O que esperamos no futuro? Uma matriz de combustíveis cada vez mais diversificada, com a participação do álcool, que vem ganhando espaço, principalmente com o advento do veículo "flex fuel", que foi uma tecnologia desenvolvida no País. Deve aumentar a participação do álcool tratado. O diesel deve ter uma diversificação maior, por meio de outras misturas de biodiesel, que são permitidas em situações específicas, B-

20 e B-50. No futuro, o hidrogênio também comporá essa matriz de combustíveis veiculares.

O portal do Governo - [www.biodiesel.gov.br](http://www.biodiesel.gov.br) - foi lançado dentro do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. É importante todos o consultarem, assim como o é a integração das iniciativas no âmbito de todos os Poderes, a fim de fazer convergir para esse portal as iniciativas, experiências e resultados, de forma que o biodiesel venha cada vez mais rápido e num formato sustentável, diversificando ainda mais a nossa matriz. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. Ricardo de Gusmão Dornelles. Lembramos que o Governo Federal está determinado nesse processo do biodiesel e, contrariamente ao que vem acontecendo no País, abre o mercado para que o tornemos competitivo. Aproveitamos a presença do Prof. Baião, da Universidade Federal de Viçosa; do Dr. Portugal, ex-Presidente da EMBRAPA; do Dr. Baldonado, Presidente da EPAMIG, para que, no debate, seja discutido como estão chegando à universidade essas questões referentes ao desenvolvimento tecnológico, principalmente o ligado à produção primária, que parece ser o grande gargalo.

- No decorrer do pronunciamento foram exibidas transparências.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. Ricardo de Gusmão Dornelles. Lembramos que o Governo Federal está determinado nesse processo do biodiesel e, contrariamente ao que vem acontecendo no País, abre o mercado para que o tornemos competitivo. Aproveitamos a presença do Prof. Baião, da Universidade Federal de Viçosa; do Dr. Portugal, ex-Presidente da EMBRAPA; do Dr. Baldonado, Presidente da EPAMIG, para que, no debate, seja discutido como estão chegando à universidade essas questões referentes ao desenvolvimento tecnológico, principalmente o ligado à produção primária, que parece ser o grande gargalo.

- No decorrer do pronunciamento foram exibidas diversas transparências.

Palavras do Sr. Arnaldo Campos

Bom-dia a todos e a todas. Deputado Paulo Piau, que está coordenando este evento e representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Secretários, Presidente da EPAMIG, técnicos da EMATER, Deputados, lideranças do setor produtivo, agrícola e industrial.

Para mim, é um prazer debater, mais uma vez, o biodiesel em Minas Gerais. Nos últimos 60 dias, esta é a terceira vez que venho a este Estado discutir esse assunto. A primeira foi em um grande evento organizado pela EMATER, e a segunda, em outro organizado pela EPAMIG. Acredito que o Estado de Minas Gerais é um dos Estados que está mais adiantado nas discussões e na organização da cadeia do biodiesel e que tem um dos maiores potenciais na área agrícola e também na área de consumo. Com certeza, o Governo Federal alcançará neste Estado os resultados esperados.

Focarei a minha apresentação nos aspectos da inclusão social. Como disse o Dornelles, o Brasil já discute biodiesel, no âmbito do Governo Federal, desde os anos 70. Em meados de 2003, o Presidente Lula determinou que trabalhássemos as possibilidades de desenvolvimento de um programa em diferentes ministérios. Começamos a fazer isso a partir de dezembro de 2003 e, até o final de 2004, trabalhamos em 14 ministérios, na PETROBRAS, no BNDES, no Banco do Brasil e na EMBRAPA discutindo o formato desse programa e já iniciando a sua implementação. Para mim, lá no MDA, foi um aprendizado muito grande. Foi um dos grupos de trabalho que envolveu os ministérios mais eficientes já criados no Governo Federal. Conseguimos, em curto espaço de tempo, sincronizar todas as expectativas, ansiedades e objetivos de diferentes órgãos do Governo em um programa lançado pelo Presidente Lula no dia 6 de dezembro. Recentemente, foi concluído o marco regulatório desse programa, criando um ambiente favorável para os investimentos nesse setor. Já temos leis e decretos aprovados e, em breve, teremos concluído alguns regulamentos que ainda faltam para que o ambiente legal do programa seja estabelecido.

Desde a primeira reunião do grupo interministerial, o Presidente disse que o Brasil é vanguarda e liderança em termos de combustíveis renováveis, mas que, na questão do biodiesel, queria que fossem incorporadas as dimensões sociais e regionais. O Brasil tem todas as condições de produzir mais um combustível renovável, mas a vontade do Presidente é que também utilizemos esse potencial para o desenvolvimento social e regional do País. Ele deixou claro que nós, do Governo Federal, temos de quebrar a cabeça para encontrar mecanismos que viabilizem o tripé: ambiental, social e de mercado, mencionado pelo Dornelles. Ou seja, ao mesmo tempo, queremos produzir um combustível competitivo, ambientalmente correto e com responsabilidade social. Conseguir fazer as três coisas ao mesmo tempo é uma equação ideal, porém não é fácil. Na prática, sempre há dificuldades objetivas, contradições que precisam ser superadas, interesses divergentes que precisam ser uniformizados para que tenhamos uma equação consistente que atenda aos objetivos determinados pelo Presidente, como viabilizar a participação dos pequenos produtores, dos agricultores familiares e dos assentados nessa cadeia produtiva. Para isso, tivemos de resgatar a experiência do álcool, que foi um sucesso, em se tratando da produção de um combustível renovável, mas que deixa a desejar em alguns aspectos do ponto de vista regional, da inclusão social e da participação dos pequenos produtores. Num determinado momento, esse foi um discurso forte dentro do PROALCOOL, mas não se conseguiu, com a qualidade desejada, atingir a inclusão social e o desenvolvimento regional. Hoje, temos uma cadeia bastante concentrada de produção em poucos estabelecimentos agrícolas e industriais, e, em termos regionais, essa concentração também se verifica.

Diante dessa experiência, tivemos de envidar esforço redobrado na busca de mecanismos efetivos, para que, em pouco espaço de tempo, não ocorresse a exclusão desses agricultores do processo produtivo.

Em todos os lugares temos dito sobre agricultura familiar e agricultura não familiar. Do que estamos falando? O que é isso? Do ponto de vista do Governo Federal, existem definições muito claras que determinam o enquadramento dos agricultores familiares. O empresário, o investidor, o poder público podem recorrer a esses regulamentos que definem agricultor familiar.

De maneira geral, é importante esclarecer que agricultor familiar é aquele que junta trabalho e gestão. Diferentemente dos demais agricultores, tem de planejar seu plantio, pegar na enxada, dirigir o trator, tocar a propriedade. Esse é o primeiro aspecto muito importante: a força de trabalho e de gestão estão na família.

Por outro lado, na agricultura empresarial, há uma certa separação entre o trabalho agrícola e a gestão da propriedade. A gestão concentra-se no proprietário ou em alguém por ele contratado, e trabalhadores rurais são contratados para desenvolver as suas atividades.

Há também um enquadramento importante: o tamanho da área agrícola. Não se trata de qualquer propriedade. São enquadrados como agricultores familiares aqueles que têm até quatro módulos fiscais, que variam de acordo com a região. Há regiões em que quatro módulos equivalem a 100ha; em outras, a 75ha ou 50ha. Há lugares em que equivalem a 4ha, como em algumas regiões metropolitanas. Portanto, o tamanho do módulo fiscal também é fator determinante do enquadramento.

Há ainda os aspectos de renda bruta anual. Dependendo da atividade desenvolvida, a renda bruta pode ser de até R\$200.000,00 ou de R\$60.000,00, quando se trata do cultivo de grãos.

A combinação desses fatores determina quem é o agricultor familiar. Ele precisa ter documentação que comprove isso. Quem emite o documento, declaração de aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF -, são os sindicatos dos trabalhadores rurais e as EMATERS. Em Minas, quem emite o documento que possibilita o enquadramento desse agricultor é a EMATER e o sindicato dos trabalhadores rurais do Estado.

Nesse enquadramento, há quase 4 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares no País e mais de 600 mil famílias assentadas. Todos podem ser participantes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Conjuntamente, esses agricultores detêm mais de 100.000.000ha. São mais de 13 milhões de trabalhadores rurais atuando em regime familiar, de propriedades familiares. Especialmente em Minas Gerais, onde a agricultura familiar participa com bastante importância, tanto em relação ao número de estabelecimentos como à produção, há terra e trabalho em grande quantidade para serem oferecidos ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Como o Dornelles mostrou, houve um intenso debate no Governo Federal de como traduzir essas medidas em mecanismos eficientes de inclusão social. Qual era o objetivo do Governo? Não caímos na ilusão, no discurso fácil, como em algum momento ocorreu no PROALCOOL, quando foram instaladas minidestilarias de um lado e grandes usinas de açúcar, que passaram a ser também de álcool, do outro, para concorrerem. Assim, hoje, não há nenhuma minidestilaria em funcionamento no País, e as grandes usinas prosseguiram a vida e têm grande sustentabilidade. Não seguimos esse roteiro dos Governos anteriores. Entendemos que é muito difícil o pequeno agricultor, especialmente nas regiões mais pobres, passar a ser gestor de um processo industrial, que, por mais simples que seja, exige capacidade de gestão importante para lidar com o mercado de combustíveis e de subprodutos, como a glicerina e a torta. Se jogássemos todas as fichas nisso, certamente teríamos grandes dificuldades de os agricultores gerenciarem indústrias de biodiesel. Optamos pela possibilidade de estimular parcerias entre agricultores familiares e investidores. Esse desenho foi priorizado. Queremos que o produtor de biodiesel olhe para o agricultor familiar e nele veja a possibilidade de redução de custos e de carga tributária.

Dessa forma, desenhamos o mecanismo tributário que hoje estimula a participação da agricultura familiar. Com isso, na proporção em que o produtor de biodiesel adquira matéria-prima de agricultores familiares, sua carga tributária será reduzida. Seria muito mais fácil o Governo reduzir a carga tributária indiscriminadamente. No nosso entendimento, se fizessemos isso, um dos principais instrumentos de inclusão social não seria utilizado, e pouca efetividade teria o programa na inclusão social.

Muitos ainda têm dúvidas, mas esclarecerei a posição do Governo Federal de que a redução da carga tributária pode ser de até 100%, desde que a rota de produção passe dentro das propriedades familiares e dos assentamentos da reforma agrária brasileira. É fundamental que isso seja compreendido, pois é a forma que o Governo encontrou de conceder um estímulo efetivo.

A política tributária estabeleceu alíquotas que podem chegar a zero, no caso da participação da agricultura familiar nas Regiões Norte e Nordeste, do plantio de mamona e dendê. Como vocês viram, o valor do litro será de R\$0,07 em qualquer parte do País, com qualquer oleaginosa. Por exemplo, se em Minas Gerais se trabalhar com agricultura familiar de girassol, nabo forrageiro, soja ou mamona, todas elas podem ter redução substancial, se a produção for organizada a partir da agricultura familiar.

Juntamente com os mecanismos tributários, o Governo tem um pacote de estímulo financeiro. Do ponto de vista industrial, o BNDES possui linhas de financiamento para o biodiesel, que abrangem tanto cooperativas quanto empresas. Esse projeto visa à inclusão social e a enquadramentos mais favoráveis, como taxas de juros mais baixas e exigências de garantia reduzidas, desde que o projeto tenha esse enquadramento de inclusão social.

Do ponto de vista agrícola, estamos disponibilizando as linhas de crédito do PRONAF. Hoje, todos sabem que, para o biodiesel ser produzido, quase 2/3 do custo são de matéria-prima bruta: a baga da mamona, o grão de soja, o grão de girassol ou o óleo. A agricultura familiar terá financiamentos com juros reais negativos. Com relação ao PRONAF, esse agricultor familiar terá acesso à linha de financiamento com taxa de juros fixa de 4% ao ano. O investidor pode contabilizar isso como uma grande redução de custos. Um produtor empresarial pagará 12%, 14% ou 16% ao ano no custeio da sua matéria-prima, enquanto um agricultor familiar pagará 4%. Quando colocamos essas linhas de financiamento na planilha, vemos uma redução bastante significativa também dos custos de produção.

Para traduzir esse pacote de inclusão social, abrimos as portas, em termos tributários e financeiros. O empresário, investidor, produtor de biodiesel tem de cumprir algumas obrigações para ter acesso ao selo de combustível social. Esse conjunto de benefícios só será acessado se esse produtor de biodiesel tiver esse selo concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário aos investidores, empresários que cumprirmos basicamente três obrigações. Cumpridas essas três obrigações, ele pode contabilizar as compras da agricultura familiar e abatê-las no PIS e na COFINS, ou pode acessar financiamentos diferenciados.

A primeira obrigação é a seguinte: comprar um percentual mínimo de matéria-prima da agricultura familiar. Não adianta comprar um saco de mamona, um saco de girassol e achar que está fazendo inclusão social. Para nós, a quantidade é importante, porque determinará a capacidade de inclusão social. Em Minas, o produtor de biodiesel tem de comprar pelo menos 30% da matéria-prima da agricultura familiar para obter o selo de combustível social. Com menos de 30%, não consegue o selo e não acessa os benefícios previstos. Esse número é válido para as Regiões Sul e Sudeste do País. Na Região Nordeste, o percentual de compra mínima é de 50%. No Norte e no Centro-Oeste, é de 10%. Esse é o primeiro requisito.

Segundo requisito: essa matéria-prima deve ser adquirida por meio de contratos. Como estamos criando um mercado, é fundamental que esse arranjo produtivo vá de ponta a ponta, desde o mercado consumidor até o produtor da oleaginosa. À medida que esse produtor de biodiesel estiver vendendo sua produção para uma distribuidora, estará também comprando essa matéria-prima dos agricultores familiares por meio de contratos; e esses contratos devem ter, pelo menos, o preço previsto de forma que o nosso agricultor, ao plantar, já tenha garantia de compra - e isso facilita muito o acesso ao financiamento - e também o preço da oleaginosa definido. Dessa forma, o industrial já saberá o preço da matéria-prima e o agricultor quanto poderá ganhar. A celebração de contrato, que é algo bem comum entre os grandes produtores, é uma exigência para se obter o selo no caso do biodiesel.

Terceiro: que esse agricultor tenha assistência técnica. Não importa se essa empresa ou esse investidor terá relacionamentos com a EMATER, que oferecerá, a partir de uma articulação com o Estado, a garantia desse serviço de assistência técnica, ou se a empresa fará parcerias com as Prefeituras ou com as ONGs. O que importa é que, se esse agricultor não tiver assistência técnica, não receberá o selo nem terá acesso aos benefícios. Com isso, queremos trocar o incentivo fiscal por uma qualidade de serviço que, na verdade, é um investimento. À medida que esse pequeno produtor tenha assistência técnica, sua produtividade será maior, a semente e o pacote tecnológico que utiliza serão de maior qualidade, e o empresário terá um produto de acordo com aquilo que quer, porque estará orientando tecnicamente esse agricultor.

Com essas três obrigações cumpridas, o investidor terá acesso ao selo de combustível social e poderá contabilizar os benefícios fiscais; e os agricultores terão acesso aos benefícios financeiros e também a compras preferenciais. Queremos que tanto os municípios quanto os Estados e o Governo Federal dêem preferência às compras de biodiesel com selo de combustível social. Temos observado que também no exterior - isso ficou muito claro nos eventos de que participamos na Europa - querem um combustível com responsabilidade social e ambiental. Portanto, a posse de um selo como esse dá ao investidor mais abertura no mercado externo, uma vez que a preocupação com a exploração dos trabalhadores e com as questões ambientais é muito forte. O selo dá ao importador a segurança de que os processos utilizados são justos, adequados, equilibrados, em termos sociais e ambientais. Isso, de certa forma, é um marco regulatório em torno da inclusão social, que o Ministério de Desenvolvimento Agrário, junto aos demais ministérios, tem desenvolvido, e que se encontra traduzido nas medidas apresentadas

pelo nosso colega Dornelles.

Quais são os desafios? Não é uma rotina pensar cadeias produtivas importantes, como a de combustível, envolvendo um assentamento da reforma agrária ou comunidades rurais de pequenos produtores. Isso não é algo trivial, comum, e nos apresenta uma série de desafios. Entre eles, um dos maiores será o arranjo produtivo, ou seja, como organizar essa cadeia produtiva. Não podemos repetir experiências do passado, que não levam ao sucesso do programa, o que, infelizmente, está ocorrendo em alguns Estados. O município ou o Estado distribuem sementes, o pessoal planta sem assistência técnica e sem ter para quem vender, como já está ocorrendo nessa safra em que muitos agricultores plantaram, orientados aliás por autoridades públicas, e não tiveram para quem vender. E isso, além do preço baixo, como está ocorrendo com o da mamona na Bahia.

Não podemos repetir esse erro, ou seja, o arranjo produtivo é fundamental. Os agentes financeiros estão orientados para isso: se o agricultor familiar não tem um contrato, não tem um parceiro no setor industrial, não recebe financiamento. É muito importante organizar cadeias, arranjos produtivos em torno da capacidade instalada existente ou em torno dos investimentos que se estão instalando no Estado. Minas Gerais terá um consumo bastante razoável para o B-2; calculamos uma demanda de aproximadamente 100 milhões de litros. E a produção agrícola deve ser coerente com esse processo, de forma que não tenhamos de administrar problemas de superoferta de grãos, ficando prejudicados os agricultores porque não terão para quem vender. E o Governo Federal não criará política de aquisição de grãos voltados para a produção de biodiesel, pois isso não funciona, não funcionou e não funcionará, para dar sustentabilidade ao programa.

Então, o sujeito planta e vai pedir ao Governo para comprar seu produto. Isso não vai ocorrer. O recado que o Ministro Rossetto dá é que o Governo não vai comprar. Sabemos que os arranjos produtivos dão trabalho, é necessário articular agricultores, poder público e industriais, mas constituem o caminho para se ter uma produção sustentável; caso contrário, vamos ter grandes problemas de desarticulação dos produtores. Isso não nos interessa. Minas Gerais tem um potencial enorme. São 100 milhões de litros agora e talvez 250 milhões quando vier o B5. Há agricultores familiares suficientes para atender com folga, há área de terra disponível, com vocação. Se falamos de mamona, girassol e soja, Minas Gerais tem áreas com grande aptidão. Há possibilidade de se fazerem arranjos produtivos muito consistentes.

Outro desafio é ter um programa no Estado que leve em conta os aspectos sociais. Essas coisas não ocorrem por meio de geração espontânea. Se não formos firmes, se não tivermos mecanismos objetivos, não vamos chegar a resultados. E a política tributária do Estado pode ser mais uma ferramenta para gerar inclusão social. Temos um modelo tributário federal que pode ser referência para o Estado. Gostaríamos que os Deputados e as lideranças discutissem essa perspectiva de o modelo estadual levar em conta também os aspectos sociais. Disponibilizaremos nossas regras e o selo combustível fiscal para ser utilizado no Estado, como referência para isenção do ICMS. Isso é muito importante.

Do ponto de vista da criação de mercado, quando falamos de obrigatoriedade a partir de 2008, temos um desafio imenso, que é a transição de 2005 a 2008. Não podemos esperar janeiro de 2008 chegar com a obrigatoriedade, pois corremos o risco de não haver produção; por isso, temos de nos organizar. Os Estados, os municípios e a União poderão antecipar essa criação de mercados. Então, que as frotas cativas do Estado sejam de transporte coletivo, que os consumos sejam institucionais e que as frotas cativas de transporte de empresas privadas criem esses mecanismos de consumo imediatamente. Prefeituras como Belo Horizonte e Montes Claros, grandes pólos de Minas, poderão usar um transporte coletivo, B2 ou B5, desde já, de forma que comecemos a rodar a engrenagem da cadeia produtiva do biodiesel. Não podemos esperar 2008 com a obrigatoriedade. Ter um programa de mercado desde o início é o objetivo do Governo Federal. Estamos trabalhando nisso, e aí vai ser fundamental a parceria com os Estados e municípios.

A agenda de pesquisa é também fundamental. Precisamos articular os serviços de assistência técnica, com o envolvimento da EMATER e da EPAMIG, por exemplo. O MDA está muito preocupado com isso, porque temos uma oleaginosa com bastante acúmulo, que é a soja. Temos acúmulo de tecnologia e pesquisa. A maioria dos agricultores familiares não vai trabalhar com soja. Temos de avançar muito na tecnologia de girassol, de mamona, de nabo forrageiro e do próprio dendê e do pinhão-manso. É fundamental ter uma pauta de pesquisa agrícola no Estado, para que as oleaginosas sejam as mais adequadas possíveis para os pequenos produtores. O MDA já tem um convênio com a EPAMIG, que está testando diversas variedades de mamona para diversas situações. Devemos ter um zoneamento agroclimático que nos permita definir, de acordo com a região, a vocação, a semente, a tecnologia empregada para se ter um bom resultado em termos de produção e produtividade. Em Minas, temos convênio com a Universidade Federal de Viçosa, que está nos ajudando a organizar os arranjos produtivos, fazer simulações, montar cenários para a agricultura, a indústria e a distribuição. Dessa forma, poderemos ter uma tecnologia em relação também a arranjos produtivos. Com a EMBRAPA, temos convênios para desenvolvimento de sementes adequadas de girassol.

Também com a EMBRAPA Algodão, que cuida da mamona, há uma série de ações em andamento para o desenvolvimento de novas variedades, a produção de sementes básicas - e hoje já faltam sementes no mercado - e o zoneamento agroclimático da mamona. Há 450 municípios com alta aptidão; aliás, na região de Minas é necessário realizarmos logo esse zoneamento da mamona, para verificarmos quais municípios podem ser trabalhados.

Paralelamente a isso há discussões com o Ministério de Ciência e Tecnologia, que também tem recursos e lança editais para pesquisa no campo agrícola. Para nós, evidentemente, é importante que o campo industrial evolua a fim de termos cada vez mais reduzido o custo do combustível. Há também algumas pesquisas encomendadas, como a da UnB junto com a EMBRAPA, que desenvolve processos industriais de pequena escala que ainda não estão prontos.

No Paraná, com a (...), testamos o uso do óleo bruto, quer dizer, o óleo vegetal, direto em motores, e há possibilidade de que isso seja uma boa forma de o programa beneficiar as comunidades rurais. É possível que o óleo seja usado com pequenos tratamentos, e pesquisamos isso.

Então, com esse conjunto de ações, o Governo Federal, em parceria com muitos Governos Estaduais, tenta preparar o ambiente tanto legal quanto científico e tecnológico para que os pequenos agricultores participem dessa cadeia produtiva. É importante este debate porque o programa estadual, do ponto de vista tanto tributário quanto das políticas públicas, pode contribuir para esse processo de inclusão social ou ser neutro, acabando por não potencializar tudo aquilo que Minas Gerais pode gerar em termos de emprego e renda no campo.

Falamos de uma riqueza que hoje vai para fora do País e que será internalizada, quer dizer, se hoje importamos 6% de diesel, não deslocamos ninguém no mercado brasileiro, mas lá de fora, e essa renda virá para dentro do País. Na mão de quem ela ficará é a grande questão. Quer dizer, é fundamental que os setores industrial e de distribuição e o campo fiquem com uma parte disso. Este último, onde há maiores dificuldades em termos de equilíbrio social, distribuição de renda e desenvolvimento regional, também deve receber uma parte disso. As decisões dos Deputados são fundamentais para permitir que as coisas ocorram da forma mais equilibrada possível, o que não é, infelizmente, uma tradição no País. Na realidade, ela é a de concentrar renda e de não levar em conta aspectos sociais, e, se não tivermos uma atuação proativa, a tendência é que isso ocorra novamente.

Então, o Ministério de Desenvolvimento Agrário está à disposição para colaborar com os senhores naquilo que for necessário e possível.

Agradeço a oportunidade, e parabéns pelo evento da Assembléia e pelos trabalhos feitos pelo Governo do Estado na cadeia do biodiesel.

O Sr. Presidente - Ouviremos, em seguida, o painel sobre o álcool combustível, que, como o etanol, faz parte da produção do biodiesel, e infelizmente só há 9% de consumo em Minas Gerais, um valor abaixo da média dos outros combustíveis. Algum problema existe. Essa palestra

será apresentada pelo Dr. Luiz Carlos Correia, Presidente da Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gostaria de dizer que estive nesse final de semana em João Pinheiro, em um seminário sobre floresta. Estão todos querendo plantar pinhão-mansão, que é nativo da região de João Pinheiro, e é muito boa a chamada de atenção do Dr. Arnoldo, porque há o problema do mercado e tecnológico. Todos querem semente e muda, mas quais semente e muda? Por isso, realmente, essa parte tecnológica no campo é fundamental.

#### Palavras do Sr. Luiz Carlos Correia

Muito obrigado. Bom-dia a todos. Em primeiro lugar, é uma honra estar aqui. Quero agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais na pessoa do Presidente Paulo Piau. Cumprimento todos os colegas da mesa. Vamos buscar atender ao tempo apertado.

A lógica da discussão do álcool num seminário sobre biocombustível é absolutamente pertinente. De fato, para que haja o impacto que nos interessa dos pontos de vista local e global, o nosso biodiesel deverá ter o álcool como base. Portanto, faz sentido, e o Governo tem toda a razão em agir desse modo.

Primeiro e rapidamente, vamos discutir um pouco da lógica conceitual de mercado interno e de mercado externo do álcool, suas perspectivas e as barreiras para o desenvolvimento do etanol em nosso País.

Essa imagem para mim é muito importante. Poderíamos ficar discutindo a questão conceitual do biocombustível como um todo. É óbvio que existem pontos fundamentais para a necessidade desse desenvolvimento, o que caracteriza um ponto muito importante na chamada transição da questão do combustível no século XXI. Já estamos vivendo nitidamente a mudança de modelo global de combustível, e é nesse foco que temos que nos inserir, para não correremos o risco de ficar para trás.

Quanto ao aspecto geopolítico, qual é a importância do movimento dos biocombustíveis? Como os senhores sabem muito bem, estão concentrados na região dos trópicos, ou seja, é lá que ocorrerá o grande impacto da mudança do foco de combustível no mundo. E os trópicos realmente são muito largos.

Veremos a concentração do que caracteriza hoje a questão do combustível em alguns lugares do planeta: o efeito ambiental, seja global, pela questão do carbono, seja local, com a realidade da saúde pública; a estratégia, que é justamente a redução de dependência e o esgotamento das fontes fósseis, nitidamente vem ocorrendo de forma mais rápida; o emprego, a renda e o apoio que são dados à balança comercial.

Pela apresentação do Dornelles, vimos o peso importante que têm os biocombustíveis na balança comercial e, do ponto de vista tecnológico, tanto na produção quanto no uso. Essa base fundamental de desenvolvimento foi aqui caracterizada anteriormente em relação ao biodiesel, por exemplo.

Por outro lado, a correlação disso com o crescimento populacional e o acesso a energia e renda é fundamental. Sabemos que hoje a grande maioria não tem acesso à energia. É um número incrível o de pessoas que não têm acesso à energia e, portanto, não têm renda, o que representa uma dificuldade fundamental para correremos no desenvolvimento.

Relativamente à questão da mobilidade, todos a queremos. Ela é uma conquista da humanidade. E foram os combustíveis, o petróleo, que nos trouxeram a essência do desenvolvimento da humanidade, que é a mobilidade, a qualidade de vida. Por outro lado, há a segurança energética e a dependência externa. A cada ano vemos o aumento da nossa dependência de fontes tremendamente problemáticas, como o Oriente Médio. E, ainda, consideramos o potencial dos mercados interno e externo. Se hoje o petróleo domina completamente as transações e os negócios de combustíveis, provavelmente os biocombustíveis ocuparão um espaço fundamental.

Colocado isso, a primeira imagem importante que vem para nós é a da Rússia e do Oriente Médio e algo de México e Venezuela também. Mas, na verdade, entre as linhas vermelhas vamos observar o grande desenvolvimento da nova energia do mundo, que virá aceleradamente neste século XXI. Portanto, essa é uma mudança fundamental nas relações de desenvolvimento e de combustível.

Com relação às oportunidades que ameaçam o etanol, vamos discutir um pouco a competitividade do mercado interno. No mercado externo, sabemos que, em primeiro lugar, há os custos elevados dos nossos concorrentes. Não há no mundo ainda, exceto no Brasil, um produto derivado da agricultura que possa competir com o terrível mecanismo de subsídio que é dado ao petróleo.

O petróleo e seus derivados são tremendamente subsidiados no mundo todo e também muito no Brasil. A partir desse momento, começamos a analisar as dificuldades dos custos elevados de agricultura energética em outros países, que, portanto, levarão um pouco mais de tempo para chegar ao caso do etanol. Não sei se os senhores sabem que o etanol custa US\$30,00 o barril no Brasil, enquanto a gasolina custa US\$58,00 o barril, o que dá uma noção da capacidade competitiva brasileira, que, se por um lado, é motivo de orgulho e de satisfação para todos nós, por outro lado é motivo de preocupação dos nossos concorrentes, que acabam criando todas as dificuldades possíveis para nossa capacidade competitiva.

O potencial limitado de demanda no curto prazo é outro aspecto importante, uma vez que a demanda de curto prazo viverá a realidade da transição; e um problema constante que chamo de visão de retrovisor; é uma visão conservadora em relação ao desenvolvimento prospectivo. Portanto, ainda ficamos amarrados em muitos dos mecanismos do passado. Principalmente os países desenvolvidos se amarram muito nesses mecanismos protecionistas.

Para mim, essa é a imagem mais importante que tivemos desde o desenvolvimento do álcool, que foi a descoberta do chamado carro flexível, que veio para ocupar um espaço de carência e de interesse da população brasileira, tanto que hoje representa mais de 45% das vendas no mercado interno; 90% dos carros são potencialmente candidatos, portanto veremos aceleradamente o desenvolvimento desse modelo. Seus pontos relevantes são que, em primeiro lugar, se ajusta a um produto tremendamente competitivo, que é o álcool. Por outro lado, a tecnologia se desenvolve rapidamente e ainda tem muitos espaços de ganho de eficiência.

Em nossa câmara montamos um grupo coordenado pela ANFAVEA que concluiu que a partir de 2006 a tendência é que 75% dos veículos vendidos serão flexíveis, o que dá uma noção do potencial desse mercado.

Este gráfico, muito forte, mostra que no lançamento do carro, em 2003, o carro a álcool vinha praticamente morrendo, começando a recuperar-se com os flexíveis e atingindo 6,8% do mercado em 2003. Em 2004, 1/4 do mercado já era flexível, e já estamos com 45% em abril, o que caracteriza a retomada do álcool hidratado, mostrando que será sem dúvida o mais importante produto da cadeia da cana-de-açúcar. Um produto que tinha uma tendência de morte reverte a expectativa graças à tecnologia, o que denota um ponto de extrema importância com relação à velocidade das mudanças acarretadas pela tecnologia.

Esta outra imagem mostra claramente a queda, com a quase morte do produto, e uma recuperação extraordinária. Em 2005 deveremos chegar a cerca de 600 mil veículos de biocombustível. Na década de 80, o carro a álcool atingiu 630 mil ou 640 mil. Vejam a rapidez com que conseguimos mudar as coisas pela lógica e pela atuação do mercado e da tecnologia.

Um ponto importante é caracterizado por este gráfico. Vejam os senhores que, quando havia uma certa dicotomia, a gasolina ou álcool, não havia opção, ou era um ou era outro, quando a relação de preços na bomba caía, ou seja, o álcool hidratado, em relação à gasolina, caía; quando essa relação caía, subiam as vendas de carros; quando subia a relação, caíam as vendas de carros, o que trazia enorme intranquilidade para o consumidor. A partir do momento em que é lançado o biocombustível, cai a relação, sobem as vendas, volta a subir a relação de preços, e as vendas continuam subindo, caracterizando um rompimento da lógica de um mercado que vivia uma instabilidade entre os dois produtos. Hoje temos um produto que atende a qualquer disponibilidade, democratizando a discussão.

Se o produtor de álcool quiser colocar um preço alto no álcool hidratado, o consumidor poderá optar pela gasolina; portanto, foi uma evolução tremendamente positiva. A previsão para agora é que as vendas devem levar a um aumento de 400 milhões a 500 milhões de litros, neste ano, em relação ao ano passado, dando uma idéia do impacto disso.

A visão prospectiva é que os carros a gasolina passam a perder peso no mercado, passando a representar 1/4 desse mercado, enquanto 3/4 serão de carros flexíveis. Será uma mudança tremenda no mercado. E, obviamente, será uma mudança muito importante em termos do País e de matriz energética, como disse o Dornelles, que apresentou um dado de 43% renovável e 57% fóssil. Lembrem-se que há dez anos éramos 57% renovável e 43% fóssil. Todo o esforço para fazer reverter essa matriz é fundamental.

Esse é um quadro que nos dá uma visão prospectiva muito importante. Deveremos ter uma frota, em 2010, de 23,1 milhões de veículos, sendo 8 milhões de carros flexíveis. O consumo de álcool, em 2010, deverá nos levar a um patamar interno de 20,5 bilhões de litros, tendo o álcool anidro um consumo igual a praticamente 1/3 do hidratado. Vejam a mudança. Hoje, o consumo de anidro é maior que o de hidratado. Chegaremos a 26,5 bilhões de litros de álcool, sendo 21,5 bilhões consumidos na forma de combustível e álcool industrial, e provavelmente estaremos exportando cerca de 5 bilhões de litros de álcool. Essa é uma fotografia muito importante do que está ocorrendo com a gasolina. Já estamos vivendo numa outra banda de preço da gasolina. Dificilmente vamos ver gasolina voltando a preços que vimos anteriormente. Cada vez mais haverá a competitividade do produto renovável.

Como barreiras, a principal é a política tributária. Em nível estadual, o ICMS tem sido a maior barreira, e, em nível federal, o PIS e a COFINS. Em primeiro lugar, podemos verificar como pesa a relação de preços entre o álcool e a gasolina, na bomba, em diferentes Estados. São Paulo tem 52,64% e Minas tem 72%, ou seja, Minas está num nível que inviabiliza o crescimento do álcool em escala, inviabiliza o crescimento do automóvel flexível em Minas Gerais. E o peso nítido, quando quebramos essa lógica de estrutura, verificamos que é o ICMS. O que levou São Paulo a 52,64% foi a redução do álcool hidratado para 12%, enquanto os outros Estados operam com 25%, como é o caso de Minas Gerais. Como podemos conviver com um combustível renovável da agricultura tendo a mesma carga tributária que a gasolina? Quando olhamos o desenvolvimento da relação de preços, veremos que Minas Gerais está num nível de relação de preços álcool-gasolina como o do Nordeste. Não é essa a nossa expectativa, porque o produtor mineiro recebe o mesmo que o produtor paulista.

Pasmem os senhores: uma análise do SINDCOM, apresentada em nossa câmara, mostra, no mercado, que praticamente 30% do álcool hidratado é considerado clandestino.

O gráfico que se segue mostra como é o ICMS em São Paulo e como é em outros Estados. Em 2003 e 2004, em São Paulo, o ICMS caiu de 25% para 12%, e a arrecadação aumentou em 5%. Essa distorção de imposto inviabiliza a competição, desestimula os investimentos, traz problemas nos motores e concorrências desleais. O ICMS é hoje, sem dúvida, um agente desestimulador do álcool hidratado.

O álcool hidratado, como foi dito aqui, é o único combustível automotivo que não tem tributação monofásica. O hidratado tem uma sonegação elevada de 8,20%, com base no PIS-COFINS, o que provoca concorrência desleal entre as distribuidoras.

A Lei nº 10.833 define em zero a alíquota de PIS-COFINS na venda de álcool. Qual é o problema? É que a lei tem mais de um ano de promulgação, e o decreto ainda não foi publicado.

Queremos que o decreto seja publicado, porque os benefícios da lei não servem apenas para tirar da clandestinidade cerca de 1/3 do volume de álcool produzido, mas também para aumentar indiretamente a arrecadação dos tributos, ou seja, do ICMS.

A primeira preocupação do Governo é saber se o preço aumentará para o produtor. Não. O produtor não sofrerá impacto, porque continuará a ter PIS-COFINS. O impacto maior será na distribuição e nas revendas, devido à clandestinidade. Há aí toda uma lógica que procura mostrar que esse efeito será tremendamente benéfico para a arrecadação do ICMS.

Quem ganha com o decreto é a sociedade. O Governo Federal mostra que houve redução de tributação e, por outro lado, aumento de renda e eliminação da clandestinidade. Mostra ainda que se trata de um passo decisivo para atingirmos um desenvolvimento sustentável. Não se justificam os receios. Os estudos da Receita Federal mostram que não teremos impacto negativo.

O estoque de passagem é outra barreira fundamental. A dúvida se haverá estoque de passagem a cada ano traz volatilidade nos preços. Estamos trabalhando isso na BM&F, criando mecanismo para, no início da safra, termos um volume de álcool que não será físico na venda e será entregue na entressafra, reduzindo, assim, a volatilidade.

Outro aspecto importante é que o álcool ainda não é uma "commodity" na real concepção da palavra. Somente o será a partir do momento em que tiver mercado forte em todos os lugares.

O que é a volatilidade do álcool a cada safra? Entre o preço de safra e o pico de entressafra, temos 800%, 500%, 600%, 700% de diferencial, o que, obviamente, traz problemas nas relações comerciais. As exportações ainda representam de 10% a 11% do volume total produzido. Nisso, o mercado interno é fundamental, e os impostos e os tributos, somados à questão dos estoques, pesam muito.

Começa-se a safra do álcool, e os preços caem até a sustentação que o mercado externo dá. O mercado funciona. O preço do mercado externo dá sustentação para a queda do mercado interno, que volta a crescer e, depois, bate no teto do preço da gasolina. O álcool convive com a gasolina; portanto, a gasolina é o teto, e o mercado externo é a base. Assim sendo, o preço gira conforme a lógica de mercado.

Esta transparência mostra a casa de uma família de classe média americana. Tiraram de dentro tudo o que é derivado do petróleo. O que sobrou foi pouca coisa em madeira e algodão. Isso prova que petróleo é um produto fundamental para a nossa qualidade de vida, mas não o é para a nossa mobilidade, porque temos combustíveis líquidos derivados da agricultura, que fazem o mesmo papel do petróleo.

É fundamental mantermos o petróleo, reconhecendo sua importância para os produtos que são essenciais para nós, mas aceleradamente devemos substituir os produtos que não apenas trazem para a agricultura o retorno de uma situação sustentável e muito importante, do ponto de vista da economia, mas também trazem para a sociedade maior segurança na transição, com o uso do petróleo para coisas mais nobres.

Obrigado e me desculpem de me ter alongado.

- No decorrer do discurso foram exibidas transparências.

#### Palavras do Sr. Luís Custódio Cotta Martins

Bom-dia. Na pessoa do Deputado Paulo Piau, coordenador deste seminário, aqui representando o Presidente da Assembléia, cumprimento os Deputados presentes, os demais membros da Mesa e a todos os presentes: professores, produtores, pessoal da EMATER, da EPAMIG, da CEMIG e de todos os órgãos do Estado.

Em minha palestra de hoje vou enfocar o setor sucroalcooleiro em Minas Gerais. Luiz Carlos Correia, que me antecedeu, deu um panorama geral desse setor; agora, vamos ver como está a situação em Minas Gerais e quais são as barreiras que nos atrapalham.

Neste quadro, vemos a localização das unidades produtoras de Minas Gerais, que são 21, ao todo. Dessas, 12 produzem açúcar e álcool, 7 produzem apenas álcool, e 2, apenas açúcar.

Se antigamente a Zona da Mata era a maior produtora do Estado, vemos, neste quadro sobre a produção por região, que o Triângulo, tendo em vista as facilidades topográficas e de terreno, é hoje responsável pela maior produção, com 68% da cana, 78% do açúcar e 59% do álcool de Minas Gerais. Depois, temos o Sul, com a produção de 12% do açúcar, 13% da cana e 11% do álcool. Em seguida, vem a zona Oeste, com 7% da cana, 5% do açúcar e 6% do álcool. Vemos também que a produção da Zona da Mata está atualmente reduzida a 5% da cana, 3% do açúcar e 4% do álcool. Na região do Jequitinhonha, a produção é de 0% do açúcar, 9% do álcool e 4% da cana. Os lugares em branco referem-se a regiões onde não ainda não há destilarias ou usinas.

Neste quadro, que mostra a evolução da produção da cana em Minas Gerais, vemos que, nos últimos dez anos, partimos de uma produção de 8.900.000t, praticamente 9.000.000t, para 21.500.000t de cana, como se viu na última safra. Para a próxima safra, que se inicia agora, a perspectiva é de 24.500.000t de cana. Ou seja, a produção em Minas está crescendo praticamente em 3.000.000t de cana por ano, o que representa que o setor está proporcionando uma agregação de 4.500 empregos anuais.

Comparando a produção de Minas com a do Brasil e das Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste nos últimos dez anos, vemos que, enquanto a produção do Brasil cresceu 5,19%; a do Norte-Nordeste 3%; e a do Centro-Sul 5,86%, a produção de cana em Minas teve um crescimento de 9,58%. Ou seja, em relação à produção de cana no País, Minas deu o maior salto nesses dez anos.

No "ranking" de produção, o Estado de São Paulo ocupa o primeiro lugar, com 229.000.000t, ou seja, 60% da cana-de-açúcar do País. Em segundo lugar está o Estado do Paraná, com 29.000.000t. Alagoas está em terceiro lugar, com 26.000.000t. Minas Gerais ocupa o quarto lugar, com 21.649.744t.

Como foi a evolução da produção de açúcar em Minas Gerais? De 438.000t subiu para 1.658.000t. Hoje, a nossa produção é o consumo do Estado. Apesar de termos um programa de auto-suficiência, não conseguimos vender dentro do Estado. Exportamos praticamente 68% da nossa produção.

Como foi a exportação de açúcar? No Brasil, cresceu 9%; no Nordeste, 5%; no Centro-Sul, 11%; em Minas, 15,61%. Também estamos despontando nesse setor.

Minas Gerais continua em quarto lugar na produção de açúcar. São Paulo está em primeiro lugar, com 16.420.000t. Alagoas, em segundo lugar, com 2.392.000t; Paraná, 1.814.000t. Minas Gerais produz 1.668.479t.

No que diz respeito ao álcool, crescemos de 418.000m<sup>3</sup> para 803.000m<sup>3</sup>. Estabilizamos nos dois últimos anos. O consumo do Estado é de 1.200.000m<sup>3</sup>, mas não estamos conseguindo fazer com que a nossa produção cresça. Ficamos parados em 803.000m<sup>3</sup>. A partir de 2003, a produção ficou estabilizada.

A taxa de crescimento média da produção de álcool em nosso Estado está acima da das outras regiões. Enquanto o Brasil cresceu 2,52%, Minas cresceu 6,89%, até 2002. A partir daí, a produção foi paralisada.

O nosso Estado continua em quarto lugar na produção de álcool. Acreditamos que, nessa safra, subiremos para o terceiro lugar, superando Mato Grosso. A produção maior é a de São Paulo, com 9.000.000m<sup>3</sup>.

Entregamos ao Governador Aécio Neves, assim que assumiu o Governo, um projeto, cujo objetivo é dobrar a produção de álcool no Estado, de 2002 a 2007. Em 2002, tínhamos 15.000.000t. Pretendemos chegar em 2007 com 30.000.000t. Sabendo das dificuldades financeiras por que passava o Estado, a única coisa que dissemos ao Governo foi que não queríamos incentivos fiscais como os de Goiás. Pedimos que, dali para a frente, fizessemos parceria com as diversas secretarias do Governo, a fim de que os nossos objetivos fossem alcançados, e que fosse acompanhada qualquer mudança tributária, para que o nosso Estado tivesse competitividade. Além disso, solicitamos a criação da câmara setorial, que faria debates com as câmaras produtivas para facilitar a consecução dos nossos objetivos.

Conforme o nosso projeto, no período de 2003 a 2007, os investimentos serão de US\$700.000.000,00. Serão gerados 30 mil empregos e US\$160.000.000,00 de impostos.

Esse foi o projeto a que nos propusemos e que estamos cumprindo fielmente. A cada ano cumprimos tudo o que foi programado, estamos atingindo nossos objetivos.

Aqui temos os novos empreendimentos até 2008. Vocês podem perceber que continua no Triângulo, na parte de União de Minas e Limeira do Oeste. No próximo ano entrará Itapajipe e Santa Juliana. Neste ano entrará Ibiá. Haverá uma na região de João Pinheiro, e está funcionando em Santo Hipólito. Esses são os investimentos das que já estão definidas para entrar até 2008.

Relação de parceria com o Governo: fizemos um convênio com o IEF para a solução de todas as pendências da área agrícola. Fizemos um grupo de trabalho, discutimos com os produtores e com o pessoal do IEF. A intenção é promover uma grande recuperação de matas ciliares e veredas e a regularização das APPs e reservas legais, que seriam aqueles 25% obrigatórios. Elaboramos as metas a serem atingidas a cada ano. Estamos trabalhando muito bem, o IEF junto com o setor.

Depois daquele problema em Cataguases, a área ambiental de Minas concluiu que o setor do álcool era o maior do Estado em termos de risco ambiental. Fizemos uma parceria com a FEAM, contratamos professores universitários, realizamos estudos e vimos que em Minas Gerais nenhuma destilaria apresentava problema de risco ambiental. Mesmo assim, sabemos que não é só entregar o projeto ao organismo. Fizemos um grupo de trabalho com a participação da FEAM e estamos fazendo a gestão de risco. Se, por exemplo, estourar um tanque de álcool, que problemas poderão ocorrer? Que medidas tomaremos? Se estourar uma caldeira, o que vamos fazer? Essa é uma gestão ambiental que será acompanhada anualmente. Estamos indo muito bem.

Um dos primeiros projetos desta Assembléia Legislativa foi a PPP, hoje tão falada no Governo Federal, tendo sido aprovada uma nova legislação pelo Governo Estadual. Na época, a Assembléia aprovou projeto do Deputado Anderson Aduato dando-nos condições para iniciarmos as parcerias que o setor faria. Mas investir em quê? Em estradas. Sabíamos que o Governo não tinha dinheiro para construir novas estradas, mas o setor precisava abrir novas fronteiras para trazer a cana, principalmente para a região do Triângulo Mineiro. Com essa legislação e por meio dos mecanismos de concorrência do Estado e do DER, propusemo-nos a construir inicialmente 300km de estradas; 100km já estão construídos. De que maneira isso é feito? Supondo que uma empresa recolhesse R\$100.000.000,00 de ICMS, abríamos não uma estrada de canavial, mas uma que ligasse uma cidade a outra, beneficiando não somente o transporte da cana, mas também de outros produtos da região, como soja e milho, e ainda o transporte coletivo de passageiros, sobretudo naquelas cidades que não são ligadas por asfalto. Tudo aquilo que for acrescentado a essa matéria-prima gerará mais impostos, mais de 100 milhões. A partir daí é que o Estado começará a repor ao empresário o investimento que fez. O Estado não perde arrecadação e fará a devolução ao empresário a partir daquele algo a mais. Estamos abrindo novas fronteiras, então.

Em Minas Gerais, como disse o meu antecessor, um dos entraves é o ICMS: enquanto em São Paulo é 12%, em Minas é 25%, em Rondônia é 17% e, no Paraná, 18%. Na maioria dos Estados o ICMS é 25%, mas há Estado em que ele chega a 30%, 31%. Nesses Estados, o ICMS é alto porque não produzem álcool; então o álcool que vem de outros Estados paga a diferença. Por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, o ICMS era 31% e agora abaixou para 24%. Mas tudo aquilo que passar de 12% é obrigado a recolher. Então, há a receita. Para eles interessa. Agora, para os Estados produtores de álcool, é interessante que haja unificação geral. Temos Goiás, que está com 26%. Mas, em compensação, lá o produtor só paga 30% dos 26%. São esses os incentivos, e Minas está sendo prejudicada. Vou mostrar isso nos gráficos.

Para o carro usar álcool tem de haver uma diferença de 70%, ou seja, tem de custar 30% menos que a gasolina. Enquanto em São Paulo a diferença é de 53%, no Paraná é de 63%, e em Minas é de 71%. Quem comprar o carro bicombustível em Minas Gerais e fizer o cálculo, usará a gasolina. Não temos condições de crescer em Minas em termos de mercado. Se perdurar essa política tributária em Minas Gerais, a tendência é diminuir a cada ano o consumo de álcool hidratado. Só usará álcool quem tiver carro a álcool, que, logicamente, está velho, na periferia, só sai nos finais de semana e está sendo sucateado em 30%.

Estagnação de álcool hidratado em Minas Gerais. Enquanto paralisamos nos 400.000.000m<sup>3</sup>, vemos o Paraná crescendo até os 533.000.000m<sup>3</sup>. São Paulo teve uma queda aqui e depois cresceu tremendamente. Quando abaixou o ICMS para 12%, olhem como o consumo cresceu. Em Minas, o consumo do álcool está estagnado. A produção de carro bicombustível aumentou de 38% para 45% no mês de abril. Em Minas Gerais, só há 12 milhões. Quando vêm os carros bicombustível para as vendas de Minas Gerais, eles são repassados para o Paraná e para São Paulo.

Outro problema em Minas Gerais é a logística. A situação das estradas é precária. Para vocês terem uma idéia, o metro cúbico do álcool que vem do Triângulo Mineiro até a REGAP, que é transportado por caminhão, custa R\$50,00, enquanto que o que vem de Ribeirão Preto, que é transportado por trem, custa R\$35,00. Esse álcool, principalmente o que é misturado à gasolina, vem quase todo de São Paulo. Apesar de produzir álcool e açúcar, Minas Gerais é abastecida por São Paulo. Qual a solução, principalmente para o Triângulo Mineiro? Na semana passada, estivemos com o Prefeito de Uberaba na TRANSPETRO. Já há um alcooduto de Paulínia até o Rio de Janeiro - antigamente, a matriz da PETROBRAS misturava álcool na gasolina, agora são as distribuidoras - que está sendo recuperado. Em São Paulo, será feito um alcooduto em Ribeirão Preto.

Minas, hoje, apesar de produzir o suficiente para atender à necessidade do Estado, conforme mostrarei nos quadros seguintes, é abastecida por São Paulo, tanto em termos de açúcar como de álcool. Qual a solução que podemos dar a isso, principalmente no Triângulo Mineiro? Semana passada, estivemos com o Prefeito de Uberaba, na TRANSPETRO. Está sendo recuperado um alcooduto que vai de Paulínia ao Rio de Janeiro.

Antigamente a PETROBRAS misturava o álcool à gasolina; agora, são as distribuidoras. Em São Paulo, Ribeirão Preto será ligado a um alcooduto, para se recolher o álcool da região de São Paulo. Minas Gerais está pleiteando que esse alcooduto se estenda até Uberaba, passando paralelamente ao gasoduto, para que o álcool do Triângulo Mineiro seja transportado ao Rio de Janeiro e, daí, exportado. O Rio tem condições de dispor de navios de grande calado, de transportar grandes quantidades e abastecer sobretudo a Ásia, a China e outros países. A nossa saída para o problema logístico é esse alcooduto, senão não teremos condições de competitividade, de exportação, porque não teremos como transportar o álcool com diesel até o porto.

Hoje existe também vagão indo até Vitória, onde está sendo feito um depósito. O álcool pode vir de Uberlândia, passando por Belo Horizonte, com problemas de contorno da cidade, na serra, de controle de velocidade. Mas temos condição de transportar tanto o açúcar como o álcool por Vitória.

Por incrível que pareça, há concorrência predatória do GNV em Minas Gerais. Podem ser observados no Estado o investimento de US\$700.000.000,00 e o nível de emprego. Não somos contrários ao gás. Achamos que o gás deve destinar-se a indústrias, termelétricas e transportes de massa, como ônibus, para se melhorar o problema ambiental das grandes cidades. É um absurdo incentivar o uso de gás veicular. O Governo acabou de tirar o "tapete", porque o gás da Bolívia subirá. Todas as pessoas que investiram nisso, como motoristas de táxi, que pagaram mais de R\$4.000,00 pela conversão, ficarão na mão.

Se analisarmos um carro a álcool, um a gasolina e outro a gás e, durante o ano, andarmos 50.000km, veremos que, na cadeia produtiva, desde os trabalhadores que estão no campo, na indústria, na produção, na saída, para cada carro a álcool convertido a gás, têm-se 100 empregos a menos, e para cada carro a gasolina, 30 empregos.

O "mix" da mudança em Minas Gerais, o aumento da produção de cana-de-açúcar. Hoje, 55% da cana destinam-se à produção de açúcar e 45%, à produção de álcool. No Brasil, essa relação é de 50% e 50%. Por quê? Por falta de mercado. Apesar de produzirmos o suficiente para atender à demanda do Estado, não temos mercado, devido a problemas de transporte e de logística.

A cana-de-açúcar, o "mix" no Triângulo Mineiro. Por exemplo, nessa região, 62% da cana destinam-se à produção de açúcar, apenas 32% ao álcool, porque não há logística. Quer dizer, o açúcar de São Paulo chega mais fácil ao CEASA do que o de lá.

Aumento das exportações e perda de arrecadação do Governo. É função da Secretaria de Fazenda preocupar-se com caixa. Isso é um problema. É preferível vender gasolina a álcool porque se arrecada mais com a venda de gasolina. O que está acontecendo? Para atendermos ao mercado, ao produtor, estamos desviando matéria-prima. Ao invés de produzirmos álcool, produzimos açúcar. Em Minas Gerais, 68% da produção são exportados. De acordo com a Lei Kandir, o Estado não recebe nada. O certo seria vender álcool e açúcar em Minas Gerais, porque a produção de álcool ainda é pequena para atender à necessidade do Estado, o que será demonstrado em um gráfico à frente. Ano passado, a nossa exportação de álcool foi de 1%. Já estamos exportando 14%.

Vejam bem a dificuldade de se vender álcool produzido pelo próprio Estado. A demanda de Minas Gerais em relação ao álcool hidratado carburante foi de 26% em 2003. Em 2002, só vendemos 26% de álcool hidratado e 33% de álcool anidro fabricados em Minas, todo o resto foi para outro Estado ou para fora do País. Em 2003, o álcool hidratado passou de 33% para 45% e, no último ano, estamos vendendo praticamente em torno de 37% do álcool em Minas Gerais. Quer dizer, apesar de produzirmos 60% da necessidade do Estado, só estamos vendendo 37% aqui dentro.

As medidas necessárias são a equalização do ICMS do álcool hidratado com o Estado de São Paulo. O combustível tem de ter a mesma tributação. Melhoria das estradas é um problema de logística. Acesso às ferrovias, para melhorá-las, e a viabilização do alcooduto. Tentamos resolver esse problema na Secretaria de Fazenda, não conseguimos. Procuramos o Sr. Governador, que se comprometeu a sentar conosco e resolver esse problema, se dentro de 30 dias não sair na Câmara a reforma tributária apregoada pelo Governo Federal nivelando o ICMS no Brasil todo. Acreditamos que o Governador verá a situação como um todo, analisando emprego, investimento, não olhando só o caixa do Estado. Confiamos nisso e esperamos que a Assembléia Legislativa nos dê apoio nessas medidas. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Gilman Viana Rodrigues

Bom-dia, senhoras e senhores; caro Deputado Paulo Piau, nossos cumprimentos por mais esta iniciativa; demais companheiros da mesa, ao me levantar da mesa, falei que iria dizer "e tenho dito", porque os temas do setor privado foram brilhantemente abordados pelos dois antecessores. O tema do setor público também foi abordado com excelência, e me parece que o assunto está esgotado.

Mesmo sem ser bom expositor, não poderia deixar de comentar duas coisas a que assisti aqui, e que certamente precisam ser abordadas. Primeiro foi a exposição do Dr. Arnaldo sobre o MDA de que o industrial tem de comprar 30% da produção da agricultura familiar para receber crédito oficial. E fala que isso é mercado. Não sei em que escola isso é mercado. Mercado é confronto de preço e oferta. Sou obrigado a comprar e, quando o produto baixar de preço, não posso escolher o mais barato? Assim não quero esse incentivo do Estado. Montarei minha empresa independentemente do Estado. Isso é mercado.

É mais uma história de centralismo impositivo na economia. Certamente isso causa distorções no mercado. A garantia de preço é ditada pela política agrícola. O Governo garante um preço mínimo. Se o mercado não estiver pagando aquele preço, ele garante o preço comprando o produto, fazendo seu estoque estratégico. Devolve ao mercado quando esse produto fica escasso. Isso é muito simples. Quando se impõe a compra, a adesão do processador de óleo fica diminuída. Em vez de atingir os 800 milhões de litros por ano, certamente sofrerá rateamento.

Ação social não é preço; começa com educação e capacitação das pessoas, fazendo com que fiquem mais preparadas, eficientes e, sobretudo, tornando-as mais alegres porque têm conhecimento.

A FAEMG tem o programa Cidadão Rural, que, nos núcleos mais remotos das comunidades, presta um atendimento público, social, com fornecimento de carteira de identidade, certidão de nascimento, casamento, separação, ensina a cortar o cabelo das pessoas. De 5 mil a 6 mil pessoas são atendidas em um dia por um grupo de pessoas.

Estivemos em um assentamento emancipado do INCRA em Unaí, em que havia 17 ou 22 pessoas adultas que não tinham certidão de nascimento. Temos de estimular o instrumento recurso humano para fazer as coisas, e não apenas oferecer renda para a pessoa que não está estimulada a fazê-las.

Nesse ambiente, certamente teremos uma velocidade diferente da desejada e anunciada. Se não oferecermos, além da educação, a oportunidade de lazer, segurança e saúde, teremos de estar sempre substituindo a pessoa. E o que desejamos é trazer mais pessoas para a sociedade produtiva. É errado dizer: "Coitado do pequeno!". O pequeno não é coitado por ser pequeno. O pequeno, no Brasil, é despreparado porque a política pública de educação não o atingiu, não o contemplou. O pequeno pode ser eficiente ou não, isso pode ocorrer ao grande. Não é carimbo do pequeno ser um despreparado. Despreparado é o cidadão que não recebeu educação fundamental, o que ocorre hoje no Brasil. A educação fundamental no Brasil é uma lástima. Não reprovar o aluno que não sabe está levando a educação ao caos. Devemos dar oportunidade às pessoas de se transformarem em cidadãos por meio de sua realização pessoal, e não por meio de um carimbo.

Falarei sobre o problema da logística. É impossível pensar em crescer, aumentar o fluxo de mercadorias sem local adequado para o seu escoamento. Há seis ou sete anos falamos em estradas ruins, e nada mudou. Apenas promessas foram feitas. Sem infra-estrutura adequada, os preços dos produtos não se tornam competitivos. O preço da tonelada de mamona ficará mais caro, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, sem uma estrada adequada. Também ficará mais caro o preço de um produto para exportação sem um porto adequado. Hoje pagam-se 88% a mais de frete do que se pagava há três anos para se fazer o mesmo percurso na mesma estrada. Isso porque o desgaste do caminhão e o tempo de demora da viagem obrigam o caminhoneiro a cobrar mais caro. Esse fato implica baixa renda do produtor, tanto do pequeno quanto do grande. Visto que o navio, em vez de embarcar uma carga em 24 horas, demora 72 horas para fazê-lo, cobra uma taxa de espera que repercute no preço do produto industrializado e no preço da produção; portanto, não se pode dizer que o preço é fixo.

Outro ponto a considerar é a negociação internacional. Abrir mercado é negociar, e, uma vez que se quer vender, têm-se de dar sinais de que se quer comprar. Há que se pesquisar um produto que seja competitivo na venda e estratégico na compra. Deve-se estimular o comércio de mão dupla. Não é muito competente o país que só exporta. É mais competente o país que exporta mais do que importa, porém importa sempre para agregar insumos modernos a sua produção. Na negociação internacional, temos de ter a visão do futuro.

Falarei sobre o problema da evolução da produção de álcool no Brasil. Por meio desta transparência, vocês podem ver a situação do Brasil. A curva amarela, que representa o Brasil, sobe paralela à que representa o Centro-Sul, enquanto a vermelha se encontra horizontal, demonstrando que o Nordeste não cresceu. Alguém proibiu o Nordeste de crescer? Foram as condições de produção que inviabilizaram o crescimento do Nordeste.

Quanto ao mercado exportador, 3,8 bilhões de litros em 2003, o Brasil exportou cerca de 20%. É o maior "player" do mercado mundial. Nenhum país tem a extensão territorial explorável do Brasil. Explorar corretamente, explorar de forma sustentável ambientalmente é obrigação nossa. A oportunidade está no colo do Brasil, mas temos de preparar as pessoas.

Se a nossa conversa tiver um sentido histórico, o que deverá ocorrer? Se aprovadas determinadas legislações, o mundo vai caminhar nessa direção. Se o Japão implantar a mistura de 3% de álcool na gasolina; se os Estados Unidos aprovarem uma lei que está em discussão, determinando a mistura de até 5,7%; se a China introduzir o uso de 10%, se a União Européia adotar 5,75%, se a Índia adotar 5% e a

Tailândia 5%, teremos uma demanda internacional de 3,1 bilhões de litros. É uma cifra fantástica e viável. O Brasil, nessa conjuntura, é o mais competitivo, desde que o Governo não atrapalhe e cumpra a política pública que interessa ao País, ou seja, a viabilização da educação, da infra-estrutura, da logística, da segurança, do lazer e da saúde. O pequeno produtor rural familiar tem menos acesso à saúde do que o empresarial. Ele poderia ter mais, pois há contribuição da sociedade para tal. As pessoas da cidade também contribuem para isso. A educação hoje é uma lástima. O que existe hoje de transporte escolar no interior é uma degradação. O nível de diálogo das crianças nos ônibus é horrível. Acabei de conferir isso agora no interior. Há degradação moral, agressão às crianças, namoros despidorados nos ônibus. O Governo tirou as escolas do meio rural, criando o transporte escolar para viabilizar o deslocamento para a nucleação, mas esse transporte não é só escolar: vai quem quer. A Prefeitura faz política, usando o transporte escolar para carregar qualquer pessoa.

É preciso, ao falar em alguns projetos - isso serve para qualquer um -, o mínimo de responsabilidade e o máximo de controle na aplicação dos recursos, senão ficaremos numa velocidade muito baixa, crescendo muito menos do que os países concorrentes. Todos os países em desenvolvimento estão crescendo mais do que o Brasil, todos têm uma taxa de juros menor do que a do Brasil, uma taxa de juros real menor. Não estou falando somente deste Governo. Estamos falando da obrigação do poder público. O poder público tem de falar do que é dele. A dificuldade que temos hoje de fazer as coisas é enorme. O Dr. Adolfo falou da EMATER. No passado, ela tinha dinheiro e recursos humanos, por isso fez uma bela assistência técnica. Se a pessoa que recebia a assistência técnica não sabia absorvê-la, então era substituída. Quando a EMATER ficou sem recursos, o homem do meio rural ficou sem saber nada. Poucos mudaram de "status". Hoje a assistência técnica está voltando, mas é preciso dar capacidade para que a pessoa receba isso. Caso contrário, não faremos mudanças, só substituição. É preciso criar um universo de produtores brasileiros que sejam alegres porque sabem, e não porque são protegidos. Muito obrigado.

- No decorrer do discurso foram exibidas transparências.

#### Palavras do Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans

Bom-dia. Neste final de manhã, cumprimento toda a Mesa, na pessoa da figura amiga e querida do Deputado Paulo Piau, que preside esta reunião. Cumprimento também todos os Deputados e Deputadas presentes, meus companheiros, empresários, trabalhadores e meus amigos. Falarei sobre a Delegacia Regional do Trabalho e o Ministério do Trabalho, contribuindo um pouco para esse debate, essa discussão. Por trás de toda a produção, industrialização e crescimento em que vivemos, há milhares de trabalhadores, e falarei um pouco sobre eles. Também tecerei comentários sobre a nossa Câmara Rural, em Minas, e algumas questões mencionadas aqui. Preparei uma exposição, mas, pelo tempo e pelo muito que já foi dito, darei apenas algumas contribuições.

Em primeiro lugar, quero dizer, em nome do Governo Federal, que nenhuma discussão sobre as perspectivas de combustíveis no Brasil, o biodiesel e o álcool, em 2005, teria um significado importante para a Nação, os empresários, a FAEMG e os vários produtores rurais, se não estivéssemos vivendo em um ambiente de crescimento econômico. Este é muito pouco valorizado e muito relativizado no Brasil em todas as plenárias a que tenho ido. Em um País que passou anos e anos estagnado ou caminhando para trás, temos um bom mérito, ao debatermos vários itens e questões importantes para a economia, os trabalhadores, os empresários, a produção, a exportação e a importação, pois vivemos um ano e meio ininterruptos de crescimento econômico em um ambiente positivo. Não há como contestar isso, apesar dos gargalos, das dificuldades e dos grandes problemas enfrentados pelo País, e isso não é de hoje e deste Governo, mas de uma tradição logística de concepção de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Quando nossa sociedade discutiu um projeto industrial de qualidade para fazer frente aos problemas sociais que geraram desemprego e dificuldades sociais no País nos últimos 10, 20 ou 30 anos? Nunca. Então, é importante valorizar esse item porque construímos um País, e espero que isso tenha ocorrido porque moramos nele e desejamos o melhor para ele. Todos nós devemos trabalhar com essa mentalidade.

Vivemos em um ambiente de crescimento econômico. No ano passado, foram 5,4%, e, este ano, já acumulamos 4%, e todos nós trabalhamos para chegar ao final do ano com um crescimento de 5%. Isso gerará emprego, dividendo e lucro para todos, desde um simples e pequeno produtor na sua economia familiar que produz para ganhar a vida e ter renda até os grandes exportadores do agronegócio brasileiro: da cadeia do feijão, da soja, do algodão, do açúcar etc.

Assim, penso ser muito importante o anúncio vinculado na "Folha de S. Paulo" de hoje e na "Veja" da semana, de que o País caminha para uma auto-suficiência de petróleo no ano que vem. Essa não é uma coisa qualquer, e é importante qualificarmos algumas coisas ditas aqui. Ou seja, não queremos, na discussão da produção do álcool e do biodiesel, fazer um contraponto nem discutir o que é melhor ou pior. Tenho a certeza de que toda a cadeia produtiva de combustíveis tem fatores importantes para a nossa vida e o conforto da sociedade moderna, principalmente no século XXI.

Assim, sobretudo num cenário internacional hegemônico, autoritário, em função das guerras, de disputas dos combustíveis fósseis, nosso País tem uma empresa como a PETROBRAS entre as oito maiores do mundo no setor, anunciando que, no ano que vem, poderá atingir auto-suficiência na produção de petróleo. Essa é uma conquista importante do povo brasileiro, principalmente se levarmos em conta que essa grande empresa chegou, por causa da precariedade a que foi conduzida, a integrar a pauta de venda de empresas. E sabemos que grandes indústrias internacionais do setor de petróleo adorariam comprá-la para hegemonizar esse mercado fechado e importante de disputas que, muitas vezes, são fruto do sangue de povos no mundo inteiro.

O segundo ponto que quero ressaltar é a diversidade. Foi mencionada pelo amigo Gilman e por outros colegas que estão representando os ministérios do Governo Lula a diversidade que o nosso País encontrou. Não é à toa que o Presidente Lula, em dezembro, anunciou o biodiesel como busca permanente desse combustível alternativo, que é muito importante para a nossa vida e para a nossa saúde. Como fazer com que o biodiesel, o petróleo e o álcool dialoguem, para que a sociedade moderna tenha mais saúde? Então, é muito importante que toda a cadeia produtiva do biodiesel, considerando-se as novas tecnologias, a modernidade, as pesquisas, encontre um mercado altamente produtivo em todos os setores do País.

Não é por nada que esse assunto foi debatido durante um simpósio realizado no mês passado na Universidade de Harvard, onde os focos das palestras dos cientistas, principalmente da Ásia e da Europa, voltaram-se para a diversidade de combustíveis no Brasil, a ponto de se publicar um grande documentário no "New York Times" e na revista "Newsweek" sobre a biodiversidade brasileira em termos de combustíveis, pensando no século XXI.

Esse é um fator importante, já que há uma atenção voltada para as pesquisas, para o desenvolvimento científico e para os combustíveis que o País está desenvolvendo, principalmente no que se refere às matrizes alternativas e ao biodiesel. Não é à toa que houve esse debate internacional sobre o que o nosso País está desenvolvendo. Às vezes damos pouco valor ao que estamos fazendo aqui, enquanto lá fora as pessoas sabem e têm noção exata da importância do que estamos desenvolvendo.

Entrando na discussão do álcool, quero lembrar que é muito importante a viagem do Presidente ao Oriente. Evidentemente, a sua produção está na pauta. Por isso dezenas de empresários do setor agrícola, incluindo mineiros, estão acompanhando Lula, que tão bem tem dialogado com o mundo inteiro, principalmente no que diz respeito à produção agrícola do País. Um dos principais pontos a ser tratado tanto na capital japonesa, Tóquio, quanto na Coreia é a produção de álcool e a sua venda para exportação àquele continente. Uma das garantias que querem os japoneses e os coreanos - e estamos dialogando também com os chineses - é a capacidade de o País fornecer, a longo prazo, o que precisam

em termos de combustível, já que foi dito quanto de álcool está sendo agregado aos nossos combustíveis, a nossa fonte energética alternativa e os combustíveis tradicionais produzidos na Europa, na Ásia e nos Estados Unidos.

Qual é a nossa capacidade de efetivar uma política econômica energética perene, que não sofra solavancos, como sofreu no passado? Essa garantia todos devemos buscar de forma conjunta, sem que um pense em puxar o tapete do outro; sem pensarmos num governo que se vai sucedendo. É isso que tem atrapalhado, e muito, o nosso desenvolvimento: define-se uma política de longo prazo que, a médio prazo, pelas intempéries da política e pelas dificuldades sociais, econômicas e políticas do País, logo se desfaz. Constrói-se um projeto e, anos ou, às vezes, meses depois, ele se desfaz.

Não se consegue construir uma política perene de responsabilidade, de acompanhamento e de crescimento para dar sustentação ao desenvolvimento do País. Tenho a certeza de que é isso o que o Ministro Furlan e o Presidente Lula buscam em nossa economia de forma geral.

Não tenho tanta preocupação com o gás. Se devemos agregar esses valores e manter um diálogo nessas fontes de energia, o gás também é muito positivo para nossa indústria. Não se trata de subvalorizar um produto que temos e desvalorizar outro, porque há espaço em nosso País para toda a nossa produção, para todas as nossas fontes energéticas, sobretudo porque nosso País é grande. Talvez o mais importante para dialogarmos seja nossa capacidade de agregar toda a dinamização de nossas energias para discutir mundo afora, sem a necessidade de travarmos uma disputa interna entre nossos produtos, porque acredito que mais importante deve ser nosso esforço para recuperarmos milhões de brasileiros que estão fora do consumo. Talvez tenha sido um foco de nossa economia industrial, em vez de pensarmos na exportação do álcool, de levarmos o carro "flex" para fora do País. Como fazer para nosso povo comprar mais álcool, ter nosso carro "flex"? Como podemos entrar na economia com mais de 50 milhões de pessoas? Aí, sim, acredito que haverá dinamização, e tudo o que for produzido no País poderá ser consumido por nosso povo. Mas se o mercado interno é restrito e se a disputa internacional é fratricida, claro que haverá gargalos de dificuldades permanentes e muito importantes.

Recentemente, houve uma migração importante do setor sucroalcooleiro de Alagoas para Minas Gerais. As grandes indústrias, principalmente uma das maiores indústrias de álcool e de açúcar do País situada em Alagoas, veio para o Triângulo Mineiro, evidentemente agregando recursos e trazendo empregos para nosso Estado, além de bastante desenvolvimento. Diz-se que estamos em quarto lugar; a expectativa é ocuparmos o terceiro lugar. Isso gerou no País cerca de 5 mil empregos. Hoje estamos com números não conflitantes, mas, acertando, estamos agregando em torno de 50 mil pessoas à cadeia produtiva do álcool e do açúcar em Minas Gerais, o que é muito importante.

Falou-se sobre a guerra fiscal dos Governos passados. Tentamos dialogar com o Presidente Lula sobre isso. Estamos tentando discutir uma emenda na reforma tributária e acabar com essa guerra fiscal, que tem desagregado valores no nosso País e que Minas Gerais tem enfrentado, porque muito da economia mineira gira em torno disso. Se penalizo setores industriais mineiros com ICMS mais alto e gasto determinadas fontes de arrecadação e realoco recursos, evidentemente com o sacrifício pago pela sociedade mineira, posso equilibrar bem as finanças. Essa discussão tem sido importante para nosso Estado porque estamos enfrentando grandes dificuldades, o que não significa, nem para o Governo Federal, nem para o Ministério do Trabalho, nem para o Ministério de Minas e Energia etc., travar uma guerra com o Governo de Minas do ponto de vista de dados, de pesquisa, de levantamentos, etc.

Sabemos da importância do Governo, mas os dados da economia devem ser partilhados com todos e a melhoria da economia não deve ser atribuída ao esforço e à penalização da nossa economia. Queremos e devemos trabalhar em parceria e em colaboração. Assim, é óbvio. Minas Gerais tem reclamado muito da nossa logística. A logística industrial mineira, que não é de hoje, foi concebida para o setor de mineração e aço. O setor agrícola não foi considerado num planejamento estratégico de desenvolvimento do Estado. Por que reclamamos de logística se temos uma das maiores empresas de logística do mundo? Das 500 maiores empresas divulgadas na Europa, o Brasil tem duas únicas empresas. Uma figura no 243º lugar, que é a PETROBRAS, e a Vale do Rio Doce, que está em 395º lugar. São as duas únicas empresas brasileiras num complexo de 500. Temos uma das maiores empresas de logística do mundo por causa do foco de desenvolvimento que Minas Gerais teve. Então, se o setor sucroalcooleiro, o setor agrícola e outros setores quiserem discutir essa logística, temos que discutir o desenvolvimento do Estado, pois aqui temos um dos maiores complexos industriais do País, a terceira maior indústria siderúrgica do mundo e o grande complexo que envolve tanto a logística do complexo como a produção do aço. Essa foi uma lógica de desenvolvimento concebida no Estado. Se vamos manter esse centro e agregar valores, agregar projetos de logística de estrada, de transporte, de porto, de importação, de exportação, temos que ter todo o nosso complexo de ferrovias para essa produção. Isso tem que ser uma coisa muito consistente, muito presente e muito permanente.

E a indústria mineira faz muito pouco em termos de projetos com essa envergadura. Não se trata só de apoiar uma duplicação da Fernão Dias. Quais produtos serão deslocados e transportados por aquela rodovia? A duplicação da BR-040, de Belo Horizonte ao Rio e até o porto do Rio, o transporte ferroviário numa das maiores ferrovias que temos, que é a Vitória-Minas, o que eles transportam e o que eles agregam de valores? Isso é muito pouco discutido. Só que as empresas que lá transportam, pela logística de transporte, continuam produzindo um dos maiores lucros brasileiros em termos reais.

É óbvio que toda a agricultura é relegada pelo transporte. Há uma enorme perda de grãos até chegar-se a um porto. É um dado impressionante que faz com que todo o País se preocupe com essa questão.

Do ponto de vista da Delegacia Regional do Trabalho, essa questão da indústria sucroalcooleira de São Paulo foi muito importante. Poucos sabem que Minas Gerais tem a maior migração do País em termos reais de números de trabalhadores; é uma das maiores da América Latina. Do vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas saem, anualmente, 65 mil trabalhadores para trabalhar nas indústrias fora de Minas e dentro do Estado. Cidades inteiras ficam vazias, homens e mulheres viajam principalmente para o corte da cana em São Paulo. E percebemos que não era apenas o ICMS que dava vantagem aos paulistas na hora da competitividade: era também a mão-de-obra precária, feita por grandes indústrias de exportação e, sobretudo, empresas que tinham dividendos e financiamentos pelo Governo. Fizemos um mapeamento de todas essas indústrias açucareiras, dos usineiros em São Paulo. Estive em vários municípios discutindo essa questão e decidimos fazer interrupção dessas ações. Passamos 15 dias no vale do Jequitinhonha mapeando cada cidade e quantos trabalhadores migraram para o corte de cana no Sul e no Norte de São Paulo, no Mato Grosso, em Goiás e em Minas Gerais.

Pela primeira vez, conseguimos fazer um acordo com os usineiros, que modificou a relação capital-trabalho e interferirá no preço da safra este ano.

Fizemos com que os produtores assinassem a carteira de nada mais, nada menos que 20 mil trabalhadores, que migravam para trabalhar em condições precárias, alojando-se mal, sem carteira assinada e recebendo salários inferiores a R\$100,00 por mês. Será que um empresário, um industrial, está querendo, dessa forma, fazer uma competitividade honesta no setor sucroalcooleiro mineiro? Não.

Fizemos, pela primeira vez, um trabalho para antecipar a fiscalização e a vistoria nas fazendas e nos ônibus que transportam os trabalhadores e para exigir alojamento, alimentação decente e carteiras assinadas antes da partida. Levamos para o campo nossa logística de trabalho.

Atualmente, temos 1.200.000 trabalhadores no auge de três grandes safras agrícolas. Cinquenta e três fiscais nossos e suas equipes estão no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro, trabalhando em parceria com São Paulo e Mato Grosso, para fiscalizar as fazendas e saber se os acordos feitos conosco estão sendo cumpridos. Exigimos trabalho decente, salário decente e convivência digna para os trabalhadores. Esse foi o projeto

que fizemos para o Norte e para o vale do Jequitinhonha, com grande impacto positivo na produção.

E isso significa que estamos aumentando o custo da produção e da mão-de-obra? Não, porque, paralelamente a isso, a câmara rural que criamos no Estado de Minas Gerais - e da qual, aliás, participam os companheiros da mesa - teve uma grande idéia, que ajudou a melhorar o custo da mão-de-obra e da produção para o setor de álcool e açúcar. Evidentemente, a produção de cana e a concepção do álcool enfrenta gargalos e dificuldades, mas não descereamos a esses detalhes agora.

Sobretudo no mês de dezembro, o comércio das cidades oferece milhares de trabalhos temporários. Pensamos em levar a idéia para o campo, já que dezenas de empresas e proprietários rurais precisam contratar trabalhadores por um período de curta duração. Para uma atividade de 30 ou 60 dias, tinham de fazer todo o projeto trabalhista para um rápido resultado e ficavam com dificuldade na contratação. Muitos desses setores partiam para o trabalho informal, principalmente as grandes empresas exportadoras de álcool e açúcar de São Paulo, do Mato Grosso e do Paraná, que tinham milhares de trabalhadores sem carteira assinada.

Este ano, Minas Gerais está com 35 mil novos trabalhadores com carteira assinada, pelo simples fato de termos levado o trabalho temporário para o campo. Um produtor rural que quer contratar um trabalhador por período de curta duração o faz por contrato de safra. O trabalhador trabalha 30 dias com carteira assinada. Ao final do período, recebe o acerto do período em que trabalhou - que é o resíduo do salário -, 1/12 do 13º salário, 1/12 de férias e sai da empresa. Tem seu trabalho legalizado, mas não agrega toda a cadeia do contrato de trabalho comum e normal.

Evidentemente, não permitiremos que o sujeito faça desse contrato de safra algo permanente, ou seja, contrata um conjunto de trabalhadores temporariamente, dispensa, contrata de novo, dispensa. Para os períodos eventuais do feijão, da cana-de-açúcar e da batata, nossa medida ajudou a legalizar a situação de 132 mil trabalhadores no Estado, para fins de previdência e aposentadoria.

De janeiro a abril, conseguimos destrinchar os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego - CAGED - no Brasil.

Para terminar, um dado positivo é que Minas Gerais gerou, de janeiro a abril, vários novos empregos. Pela primeira vez, Sr. Presidente, conseguimos destrinchar os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados no Brasil - CAGED - por setor da economia e por cidade. Assim, podemos ter uma radiografia da economia mineira e saber para onde estão indo os empregos. Com isso, conseguimos saber, entre todos os municípios mineiros, quais estão tendo mais desemprego e mais empregos e qual o setor que mais cresce.

É importante dizer que, por esses dados, no setor sucroalcooleiro houve uma contratação real, acumulada nos quatro primeiros meses de 2005, de 7.100 trabalhadores. No mês de abril, período da safra, tivemos 8 mil novas contratações no setor em todo o Estado. Esse é um dado muito positivo, pois, só no mês de abril, tivemos um crescimento de 31.825 carteiras assinadas. Todo mundo que desemprega ou contrata tem de registrar isso no CAGED. Assim, é só pegar os dados do CAGED e destrinchá-los por município. Ao fazer isso, ficamos sabendo que todas as cidades do Triângulo Mineiro tiveram um crescimento de emprego, sendo que o destaque ficou para Uberlândia, com 1.400 novas vagas criadas. No Sul de Minas, o destaque foi a cidade de Passos, com 1.210 novas vagas. Em Timóteo, tivemos um destaque negativo, com 110 trabalhadores demitidos. Isso permite que, tanto para o setor sucroalcooleiro quanto para os demais setores da agricultura e da indústria, possamos acompanhar o desenvolvimento do Estado, tendo dados em que nos pautar para dizer onde podemos intervir para melhorar a nossa economia.

Quero terminar dizendo que o mais importante deste debate sobre a questão do biodiesel, de novos combustíveis e novas fontes energéticas, sobretudo o álcool, é que saibamos que Minas Gerais tem muito a crescer. Todos nós podemos crescer muito, gerando emprego e desenvolvimento, mas só vamos fazer isso se tivermos uma parceria, uma colaboração entre todos os setores, todos os agentes públicos, atuando desde a produção por agricultura familiar. Vejam que há muito agricultor familiar produzindo cana e vendendo-a para as indústrias. Recentemente, fui ao Triângulo Mineiro e ao Sul de Minas, onde encontrei várias pessoas, em agricultura familiar, produzindo e vendendo cana. E essas pessoas não querem ser tratadas como coitadinhas, como gente de segundo ou terceiro escalão; querem ser tratadas com o devido respeito pelo Governo. E, na verdade, devemos tratar a agricultura familiar como uma grande empresa, com um olhar no futuro, para desenvolver o País. Acredito que todos os setores de produção estão dialogando entre si e com os setores relacionados aos combustíveis. Não é à toa que isso foi tema de seminário pelo mundo afora, nas universidades. Haveremos de sinalizar um bom futuro para a humanidade, criando combustíveis e fontes renováveis desses combustíveis. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas. Sei que os próprios expositores gostariam de debater, mas, para que ganhem tempo, peço que façam suas intervenções à medida que forem acionados, ou em suas considerações finais.

#### Debates

O Sr. Presidente - O Sr. Antônio Figueiredo Xavier, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, indaga-nos se será distribuído algum material, quero dizer que, na parte da tarde, todo o material apresentado estará disponível no "site" da Assembléia Legislativa - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

O Deputado Jésus Lima - Boa tarde. Este debate é muito rico e importante para o futuro do nosso Estado. Parabênizos as falas dos Srs. Ricardo e Arnoldo, representantes dos Ministérios de Minas e Energia e de Desenvolvimento Agrário, respectivamente. O Governo Lula está fazendo sua parte nessa questão do biodiesel.

Estive em Cássia, na inauguração da primeira usina de biodiesel do Brasil, evento rico, importante e promissor. Minas Gerais precisa fazer sua parte. Este seminário é fundamental para a divulgação de um tema tão importante, mas é necessário que apresente resultados. Precisamos sair daqui com alguma proposta concreta, senão ficaremos apenas nas discussões e não conseguiremos avançar realmente. Os Deputados não têm competência para legislar sobre matérias financeiras, não podem apresentar nenhum projeto de lei que verse sobre essa matéria. A quem cabe propor alguma legislação que incentive a produção de biodiesel?

Proponho que criemos uma comissão, possibilitando que os produtores ajudem na elaboração de uma proposta tributária semelhante à que foi apresentada pelo Presidente Lula. Sugiro que essa comissão seja formada por um representante da FAEMG, um representante da FETAEMG, dois Deputados da Assembléia Legislativa - um da ala governista e outro da Oposição -, um representante das distribuidoras do Estado, um representante das empresas autônomas - o Artur Alves, pioneiro no Sul de Minas, poderá ser um candidato -, um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF - e um representante das universidades. Se outra entidade desejar participar, será importante. Devemos sair deste seminário com alguma coisa concreta, porque o Governo do Estado não está fazendo essa discussão. Sem incentivos fiscais, os produtores não terão condições de produzir. Essa é a minha sugestão para que tenhamos uma proposta concreta de

trabalho, para que o nosso Estado seja um pólo gerador de biodiesel, contribuindo para o aumento de empregos e de riquezas para o nosso Estado e para o nosso País. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Jésus Lima. Há uma pergunta do Prof. Luciano Baião Vieira, da Universidade Federal de Viçosa, para o Dr. Luiz Carlos Correia: "A tecnologia não compromete o futuro dos veículos "flex"? Como é a queda da eficiência dos motores "flex" devido à taxa de compressão em relação aos dois combustíveis e às misturas?".

O Sr. Luiz Carlos Correia - Obrigado pela pergunta. É interessante observar a lógica do processo de desenvolvimento tecnológico no caso de motores. Se analisarmos os que começaram, a General Motors, a Ford e a FIAT estão utilizando uma taxa de compressão híbrida entre a taxa de compressão da gasolina e a do álcool. Já a produção atual da Peugeot e da Citroën - e sabemos que está em desenvolvimento também pela Honda e pela Toyota - envolve taxas de compressão muito mais próximas à do álcool. A tendência desses motores, na medida em que se clareia nitidamente o caminho dos biocombustíveis, é, de alguma forma, penalizarem mais o combustível fóssil que o renovável. Os motores que estão aí hoje apresentam um pouco de aumento no consumo do álcool quando se utiliza esse combustível, um pouco de aumento de consumo da gasolina quando se utiliza só ela e, quando se utiliza uma proporção variada, obviamente os impactos se relativizam. Assim como o carro a álcool tem um consumo levemente maior que o a gasolina, esse carro bicombustível flexível tem um consumo um pouco maior. A nosso ver, a tendência é que ele se aproxime cada vez mais do carro que utiliza energia renovável.

A Deputada Elisa Costa - Bom dia a todos os participantes deste Ciclo de Debates. Na pessoa do Deputado Paulo Piau, que coordena este debate, cumprimento todos os debatedores e expositores da parte da manhã, ressaltando a importância da discussão sobre os biocombustíveis, especialmente o biodiesel e o álcool. Nossa contribuição, neste momento importante de crescimento e evolução por que passam o Brasil e Minas Gerais, é criar o ambiente e a logística necessários para que Minas também se integre nesse processo.

A reforma tributária está em discussão no plano nacional. Em Minas Gerais, precisamos pensar com mais dedicação numa política tributária que atenda aos setores produtivos, aos trabalhadores da agricultura familiar, enfim, a todos os que pensam o crescimento do Estado.

Está aprovada na Assembléia uma série de regimes especiais de urgência ligados aos tributos, como, por exemplo, o da indústria de plásticos, a TAM, a VARIG. Existe uma política de tributação em Minas Gerais que precisa ser mais bem avaliada, porque alguns grupos econômicos estão sendo escolhidos, em detrimento de outros setores. Devemos incentivar o Governador de Minas e sua equipe a fazerem um estudo mais aprofundado da política tributária de Minas Gerais.

Como parte dessa contribuição, já tramita na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei nº 1.408/2004, que dispõe sobre a política estadual de apoio às ações federais voltadas para a produção e o uso do óleo vegetal, o biodiesel, como fonte alternativa de energia.

Estamos apresentando um substitutivo a esse projeto acrescentando, dentro da política estadual, uma proposta para o financiamento de recursos para a captação de investimentos provenientes de empresas signatárias do Protocolo de Kyoto que necessitem adquirir créditos de carbono. Esses investimentos deveriam ser destinados a projetos de apoio à agricultura familiar, especialmente no Norte de Minas, nos vales do Mucuri, do Jequitinhonha e do rio Doce, e em outras regiões do Estado, com vistas à produção de matéria-prima necessária à produção do biodiesel e a projetos que visem a instalação de usinas de biodiesel nas regiões. Esse é um projeto que vem fazer avançar o debate que já está acontecendo na Assembléia Legislativa como forma de contribuir com a implementação de empresas, de usinas, resgatando essa visão da inclusão social e o desenvolvimento ambientalmente saudável em Minas Gerais. Agradeço a oportunidade ao Deputado Paulo Piau.

O Sr. Presidente - Pergunta de Milton Nogueira, do CREA-MG, dirigida ao Sr. Arnaldo Campos: "Quantas famílias poderão beneficiar-se do programa de biodiesel?".

O Sr. Arnaldo Campos - Estamos falando de um mercado que será estabelecido a partir de 2008, em que haverá uma mistura de 2%. Calcula-se que será necessário produzir 1 bilhão de litros de biodiesel. Acredita-se que serão envolvidas aproximadamente 250 mil famílias em todo o País na produção de oleaginosas para o biodiesel, sem contar os outros 50 mil produtores. É um número bastante significativo, e isso exigirá aproximadamente 1.500.000.000ha para essa produção.

Quero fazer um esclarecimento ao Dr. Gilman sobre a questão da obrigatoriedade. Temos que deixar claro que não há obrigatoriedade, e sim um estímulo. O produtor de biodiesel pode adquirir a matéria-prima de quem quiser, não há compulsoriedade alguma. O Governo Federal diminui a sua carga tributária em troca da inclusão social. Se ele quiser trabalhar à vontade, pagará "x" de imposto, que é a regra geral. Se quiser trabalhar com a agricultura familiar, terá uma redução tributária. Para isso, terá de cumprir algumas obrigações em relação ao acesso, ao benefício fiscal. Para nós, é importante trabalharmos de forma equilibrada com o mercado, dando competitividade ao pequeno produtor. Ao lado das políticas sociais que estamos desenvolvendo no Estado de Minas, como o Bolsa-Família, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, queremos para esses assentamentos, para essas comunidades rurais, uma agenda de produção. O que emancipa essas famílias é a sua inserção econômica, e o programa do biodiesel tem uma contribuição a dar nesse sentido. O que fazemos é dar um estímulo concreto para que o produtor de biodiesel busque o agricultor familiar. Se ele quiser fazer isso, reduzimos a carga tributária.

O Deputado Padre João - Saúdo a todos os participantes do debate. A nossa preocupação é que esse incentivo fiscal não se restrinja ao setor como um todo, mas a uma só empresa. Se queremos avançar, todo o setor tem de ser abrangido.

O Dr. Arnaldo Campos fez referência à não-existência de microdestilarias. Hoje não há um projeto, mas uma lei estadual, de nossa autoria, de nº 15.456, de incentivo às microdestilarias de álcool e outros derivados da cana-de-açúcar. Porém, é necessária a regulamentação dessa lei. Devemos contar com o apoio de todos, pois o álcool é importante para a produção de biodiesel.

Gostaria que fosse reconsiderada, Dr. Arnaldo, a industrialização. A agricultura familiar pode beneficiar as oleaginosas. Há como produzi-las. O senhor disse que não há microdestilarias. Infelizmente, elas existem em Minas Gerais, mas não estão legalizadas, não têm abertura para comercializar, talvez pela ausência do Estado, por falta de apoio. Podemos dizer que a mesma coisa ocorreu em relação às rádios comunitárias, regulamentadas após estarem espalhadas por todo o Estado, por todo o País. Talvez estejamos vendo um caminho para as microdestilarias. O Dr. Luís Custódio, nosso contemporâneo, sabe que existem microdestilarias na região de Guaraciaba e Ponte Nova.

A nossa lei abrange até a produção de 5 mil litros de álcool por dia. Há teses bem fundamentadas que garantem a qualidade desse álcool. É possível haver controle de qualidade. Entretanto, há discriminação financeira, uma questão de mercado, e falta compromisso social.

O Dr. Marcelo afirmou que há controle na produção do combustível alimentício, sobretudo dos derivados do leite destinados ao consumo humano. Por que não haver esse tipo de controle? O próprio alcoômetro é um dos instrumentos que garantem a qualidade do álcool produzido pelos agricultores familiares. Essa deve ser a atenção do Ministério de Minas e Energia.

A Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Casa apresentou requerimento em que solicita ao Ministério de Minas e Energia a revisão disso. Estamos esperando um convite para a comissão se fazer presente no Ministério. Muito obrigado.

O Sr. Arnaldo Campos - É importante esclarecer que, em razão do tempo, não conseguimos detalhar todas as medidas. O programa prevê o estímulo à agregação de valor junto à agricultura familiar. Isso é importante, porque ela poderá ser fornecedora de matéria-prima, que poderá ser tanto o grão como o óleo. Quer dizer, a usina poderá adquirir o óleo, o que gerará benefício fiscal, da mesma forma. Portanto, é possível um grupo de agricultores familiares se organizar em cooperativas para a produção de óleo e fornecimento desse óleo a uma usina de biodiesel.

Em termos de usinas de biodiesel, as cooperativas também podem se organizar para serem donas de usinas. Como seriam de agricultores familiares, teriam benefícios em sua plenitude. As linhas de financiamento para as cooperativas são as que têm as menores taxas, tanto no BNDES como no PRONAF. O PRONAF financia usina de biodiesel com taxa de juros de 3% ao ano. São fixos, não há TJLP nem correção alguma. Então, é possível o agricultor familiar, junto com o seu grupo, sua comunidade, sua região, entrar no processo de agregação de valor. Mas entendemos que há o desafio da capacidade de gestão, de alavancar investimentos, de lidar com o próprio negócio, o que exige cuidados especiais.

Não jogaremos todas as nossas fichas apenas nesse desenho. Os dois desenhos são importantes. Agregando valor ou produzindo matéria-prima, é possível o programa beneficiar. É importante o agricultor familiar poder trabalhar onde está mais organizado.

A partir do MDA e com o PRONAF, apoiamos, financiamos, ajudamos o pequeno produtor a organizar inúmeras destilarias de cachaça. Mas nunca recebemos do produtor de álcool demanda de acompanhamento, de apoio, de capacitação, de investimento, de formalização. Gostaríamos muito de conhecer essas minidestilarias de álcool que estão em funcionamento, porque poderão ser referência muito importante, além de poder participar da produção de álcool de forma mais qualificada.

O Sr. Presidente - Não havendo mais perguntas, passo a palavra aos apresentadores e debatedores para tecerem suas considerações finais.

O Sr. Luís Custódio Cotta Martins - Primeiramente, esclareço ao Dr. Calazans que em nenhum momento falei contra o gás, que é um produto ligado à indústria, à área termelétrica e também ao transporte coletivo. Para concorrer com o carro a álcool, ele deve ter pelo menos a mesma carga tributária. Não podemos ter em Minas Gerais o álcool taxado a 25% e o gás a 18%. É um tratamento totalmente diferenciado. Não sei como a Secretaria de Fazenda vê um setor que não tem investimento no Estado ter esse tipo de tratamento. Gostaríamos que fosse igual, tanto é que nossa emenda na reforma tributária diz que os biocombustíveis não poderão ter taxa superior ao combustível fóssil, para se obter equidade. Queremos competitividade.

Temos de desenvolver um trabalho para resolver o problema da mão-de-obra. Por causa da lei da mecanização hoje existente, há a obrigação de se mecanizar tantos por cento ao ano. Cada máquina no setor sucroalcooleiro substitui oito homens. Um trabalho intermediário seria o de colocar a máquina à medida que faltar mão-de-obra.

Precisa-se de gente na safra e na entressafra. Para acabar com a necessidade de mão-de-obra na entressafra, pode-se usar a máquina. Pode-se manter tanto o pessoal quanto o uso de máquinas na safra e na entressafra. É um trabalho a mais para se fazer.

Agradeço ao Deputado Paulo Piau pela iniciativa deste ciclo de debates. Acho que deverá sair uma proposta da Assembléia Legislativa para resolvermos tanto o problema tributário como também o de logística e trabalharmos em parceria com todos os setores. Muito obrigado.

O Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans - Reforço o que o Luís Custódio disse, conte com todo o meu apoio. O trabalho da Delegacia Regional do Trabalho no Estado é arrumar emprego. No primeiro ponto, acho que ele está correto. Falei que todos os setores têm de dialogar entre si, mas concordo com o seu raciocínio, com a interpretação e com a idéia do setor sucroalcooleiro, aqui representado pelo Luís Custódio. Conte conosco.

Acho que você pode apresentar uma resolução à Câmara Estadual sobre a questão rural. Aqui está o Gilman, representando a FAEMG, também estão presentes representantes da FETAEMG e da Secretaria de Agricultura. Conte conosco nessa questão do emprego, do maquinário, e da introdução de novos equipamentos para a indústria do álcool e do açúcar. Conte com o nosso apoio.

Nosso trabalho no Estado é o de arrumar emprego, vaga, incluir as pessoas no mercado de trabalho. Todo o espaço que tivermos, todas as condições que tivermos de arrumar um, mil, o número que for de empregos, é nossa função, e para isso conte comigo.

Agradeço a esta Casa e ao Deputado Paulo Piau pela oportunidade. O Ministério do Trabalho, por intermédio da Delegacia Regional do Trabalho, pretende efetuar mais parcerias para encontrar alternativas de combustível, como o álcool e o biodiesel, melhorando a presença do nosso Estado no cenário nacional quanto à produção de combustível, gerando emprego, valor e desenvolvimento. Muito obrigado.

O Sr. Gilman Viana Rodrigues - Não há como um Estado cobrar 25% de ICMS de um produto enquanto de outro cobra 12%. Que País é este? Que conflito interno é este? Onde está nossa inteligência política para mudar essa situação? Como conduzir um País ao futuro com essas intrigas domésticas? Não é possível.

O problema do emprego será tão menor quanto mais preparado estiver o empregado. Pergunta-se: a pessoa que se encontra num emprego braçal irá para onde? Poderá ir para outro emprego braçal se não souber fazer outra coisa, mas, caso tenha condições, poderá assumir um outro posto, melhorando seu "status". Essa massa pobre é consequência do mau projeto de educação fundamental no Brasil. O SENAR-MG trabalha com preparação de mão-de-obra e formação profissional. Mas, como uma pessoa vai aprender a trabalhar com o trator se nem sabe escrever? Então, passamos a fazer alfabetização de adultos no campo. E é impressionante quando pessoas lêem bulas de remédios e dizem que não sabiam o que estavam tomando e que, por intermédio do SENAR, conseguem lê-las e me agradecem. Fico sem saber se choro ou sorrio. Há motivo para sorrir porque estou contribuindo um pouquinho para a melhoria da situação. Mas há motivo para chorar porque o Brasil já devia ter superado essa deficiência por meio de políticas públicas na educação básica. O projeto Brasil tem de ser agregado, envolvente, e não só setorial. Obrigado.

O Sr. Luiz Carlos Correia - Obrigado a todos por me ouvirem. Não poderia deixar de ressaltar uma questão-chave na qual o Estado de Minas Gerais se insere, que é a lógica segundo a qual, no século XXI, o Brasil tenderá a ser a grande liderança mundial de biocombustíveis. E para fazê-lo, as políticas públicas têm de ter bom-senso. Esse nível de tributação para um produto renovável dessa qualidade, agregando valor desse modo... O biodiesel pode ser considerado um diesel Premium, que é um diesel que o Brasil não tem e, portanto, tem um valor muito maior. Como agregar valor a ele, essa é a discussão que aqui se faz. Isso depende de política pública e é complexo. Por vezes, é uma questão tributária; por vezes, é uma questão de estímulo, até mesmo de valor do produto. Do mesmo modo é o álcool, com relação não apenas à questão ambiental global e local como também à geração de empregos. Para seguirmos em frente, com um projeto dessa envergadura, cuja importância tem sido proclamada pelo Presidente Lula - hoje nos assentamos à mesa com Estados Unidos, Suécia, Japão, e damos aula sobre o tema -, necessitamos de políticas públicas que obedeçam ao bom-senso. E uma política pública que leva a um tributo de 25% em um produto renovável obviamente não é uma política de bom-senso, e mudá-la é um fator fundamental para viabilizar a expansão. Vejam os investimentos que estão sendo feitos, e isso foi dito pelo nosso Ministro da Agricultura ao Governador de Minas Gerais. Vejam a quantidade de investimentos, em relação ao álcool, que se está fazendo em São Paulo em comparação a Minas Gerais. Essa é uma mensagem que gostaria de deixar aqui. Obrigado.

O Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles - Ressalto a importância desse tema. Estamos tratando de álcool e biodiesel, dois biocombustíveis que se encontram em estágios muito diferenciados. Mas ambos têm um papel relevante para a economia do nosso País.

Muito se falou sobre a questão tributária, que necessita ser encarada e usada como instrumento de política para se viabilizar a penetração, cada vez maior, desse combustível no mercado. O projeto de biocombustíveis é um projeto do País, que se coloca na vanguarda do mundo no que tange à matriz energética renovável. Esta tem sido a preocupação do Governo, que tenta trazer ao País um incremento, cada vez maior, de energia renovável, especificamente o biodiesel, que não será a solução dos problemas, mas poderá reduzi-los e amainá-los. O biodiesel tem, no âmbito do Governo Federal, um foco importante, que é gerar empregos, fixar o homem no campo, melhorar a renda, a capacidade e a assistência técnica ao agricultor. Sob esse aspecto, o Governo está apostando muita coisa. Sob esse enfoque, acho que a integração dos diversos Poderes é preponderante para esse programa do nosso País. Esse não é um programa do governo A ou B nem de algum ministério. Então, ele merece o melhor. Devemos fazer disso um exemplo para o mundo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Gostaríamos de avisar que o seminário continuará na parte da tarde, com a participação da BIOBRAS, da PETROBRAS, do CREA, da CONTAG e da EMATER, que relatará os trabalhos do primeiro seminário mineiro de biodiesel.

Gostaríamos ainda de esclarecer a presença dos convidados e de todos que permaneceram aqui. A Assembléia fica com a responsabilidade de fazer sua parte, que é provocar o Executivo dentro do ajuste tributário. Em que pese a essa balbúrdia tributária nacional, temos de "proteger", entre aspas, nossos produtos. O álcool, já consolidado, e o biodiesel como uma promessa, deverão receber o tratamento tributário do Governo do Estado para sua produção.

Quanto ao aspecto tecnológico, Minas já contribui bastante, sobretudo com os trabalhos realizados pela EPAMIG. Vamos retomar esses aspectos, os problemas de logística e os de recursos financeiros. Em relação aos recursos financeiros, apelamos ao Governo Federal que libere os recursos do BNDES, já contratados. Foram suspensos em diversas atividades. Não podemos admitir coisas dessa natureza, porque afetam o setor de produção. Estamos recebendo várias reclamações em relação a essa linha agropecuária que foi cortada de última hora. Às vezes, o Governo investe na Venezuela, mas precisamos reservar os recursos para serem investidos no Brasil.

Mas quero dizer que temos uma grande responsabilidade em relação à organização dos produtores. Admiramos muito o sindicalismo patronal, mas também o cooperativismo, que foi aqui citado.

Para finalizar, o Dr. Gilman tocou num aspecto importante. Pedimos que as pessoas não se angustiem porque estamos vivendo uma transição. Creio nisso. Estamos vivendo uma transição democrática, de um regime fechado para um aberto. Estamos perdidos, sem saber lidar com essa liberdade. Vinte anos de democracia ininterrupta, mas estamos aceitando a indisciplina. Não podemos aceitá-la. Não podemos aceitar a desobediência civil, o descumprimento da lei, apesar de termos feito leis incumpríveis. É uma transição. O País vive um momento de crise. Aproveitando as manchetes do último final de semana, desejamos pedir investigações, e a Assembléia Legislativa tem uma responsabilidade muito grande nas que dizem respeito ao Governo do Estado. Enfim, queremos que o Governo Federal e os Governos Estaduais e municipais primeiro combatam o crime em casa, para, depois, fazê-lo fora de casa. O mau exemplo é a pior coisa que pode acontecer para este País, e esses crimes ocorrem em todas as instâncias do Brasil. Se não nos indignarmos com essa vergonha nacional - sermos um dos países mais corruptos do mundo -, evidentemente, o rato que já come milho, arroz e feijão no paiol, e papel, também comerá consciências e, com certeza, o álcool e o biodiesel. Até a parte da tarde. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 24ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 23/5/2005

#### Presidência do Deputado Márcio Kangussu

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da Reunião - Palavras do Sr. José Silva Soares - Palavras do Sr. Wilson Luís da Silva - Palavras do Sr. Milton Nogueira da Silva - Palavras do Sr. José Carlos Gameiro Miragaya - Palavras do Sr. Artur Augusto Alves - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Antônio Andrade - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Elisa Costa - Gustavo Valadares - Jésus Lima - Márcio Kangussu - Maria Tereza Lara - Padre João - Paulo Piau - Sebastião Helvécio.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Kangussu) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Jésus Lima, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. José Silva Soares, Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG -; Wilson Luís da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG -; Milton Nogueira da Silva, Consultor Internacional do CREA-MG; José Carlos Gameiro Miragaya, Gerente de Energia Renovável e Desenvolvimento Energético da PETROBRÁS; Artur Augusto Alves, Presidente da BIOBRÁS e Diretor da Soyminas Biodiesel; Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates; Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, representando a Ministra Dilma Rousseff; e Arnoldo Campos, Coordenador-Geral de Agregação de Valor e Renda da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário,

representando o Ministro Miguel Rossetto.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates Biocombustíveis - Álcool e Biodiesel, com a apresentação dos temas "O Biodiesel em Minas Gerais e no Brasil: Perspectivas e Entraves"; e "Conclusões do I Seminário Mineiro de Biodiesel".

#### Palavras do Sr. José Silva Soares

Boa-tarde. Em nome da EMATER, dos seus técnicos e do Secretário Portugal, que aqui esteve, cumprimento o Deputado Márcio Kangussu, representando o Presidente desta Casa, como também os componentes da Mesa.

É um prazer, em nome do Governo de Minas, realizarmos no Estado o I Seminário Mineiro de Biodiesel, por meio da parceria entre os Governos Federal e Estadual, principalmente por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Agricultura Familiar.

Esse primeiro seminário, proveniente do requerimento do Deputado Paulo Piau, divide-se em dois segmentos. O primeiro apresenta uma visão mais técnica. Reunimos todas as regiões do Estado com o objetivo de elaborar em Minas uma política consolidada para o biodiesel, em sintonia com a política nacional. Aproveito para cumprimentar o Dr. Arnoldo, que representa o Secretário Bianchini.

O primeiro seminário ocorreu nos dois últimos dias do mês de março, em Belo Horizonte. O principal objetivo era o nivelamento conceitual sobre o programa, porque nossa grande preocupação é no sentido de termos políticas públicas sintonizadas com a realidade do campo. Como a EMATER está presente em 710 municípios de Minas Gerais, nossos escritórios locais recebem o retorno dos agricultores e de suas famílias, em se tratando de algumas experiências em Minas Gerais com políticas públicas, nem sempre são muito bem-fundamentadas.

Outro ponto fundamental é buscar uma política que beneficie a sociedade e todos os componentes dos Governos Municipais, Estadual e Federal.

Esse primeiro seminário, mais técnico, depois de captar a participação da sociedade, dos componentes e dos atores sociais, objetivou estratégias de ação para implementação, com sucesso, do programa mineiro de biodiesel.

Fundamental também foi ampliar a matriz energética do Estado. Sabemos que um grande dilema vivido pelo Brasil e pelo mundo é fazer com que as energias sejam socialmente justas e sustentáveis.

O primeiro tema foi exposto pelo Dr. Arnoldo, que representa a parte de inclusão social das políticas públicas no comitê interministerial. O Dr. Levi Soares, da EMBRAPA, falou sobre as culturas oleaginosas. Uma grande preocupação nossa é o modismo. Já houve vários modismos em diversas áreas da agricultura. De futebol e agricultura todos entendem um pouco, mas não podemos deixar que a agricultura seja um modismo. Essa é uma responsabilidade dos governos. O agricultor não pode fazer testes; tem que aplicar o que a tecnologia e a ciência lhe dão como oportunidade e possibilidade.

Destacamos também a participação da iniciativa privada. Tivemos a participação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, representada pela Dra. Ângela, que falou da proposta do programa mineiro de biodiesel. Houve uma explanação de experiências da TECBIO, como a exitosa experiência do Município de Varginha. A participação da representação dos trabalhadores e da pesquisa da PETROBRÁS foi importante.

Como resultado e perspectiva para Minas Gerais, temos o pressuposto de adicionar 2% ou 5%. Segundo dados do IBGE, nossa área de mamona, uma das plantas que possibilita a produção de biodiesel, é muito pequena, 3.226ha. Só a fábrica de Cássia precisaria aproximadamente de 20.000ha.

Algumas perspectivas em Minas Gerais: uma fábrica em Varginha; a Universidade de Viçosa, por intermédio da Fundação Arthur Bernardes, desenvolve pesquisas; São Francisco, com a adaptação de uma indústria de óleo da BIOBRÁS; Barbacena e Uberaba, com a implantação de indústrias da BIOBRÁS; e Cássia, a primeira em funcionamento, precisaria aproximadamente de 20.000ha de matéria-prima, que já está numa parceria relativamente adiantada.

Na semana passada, no dia 10, estivemos reunidos no gabinete do Ministro Rosseto, e a EMATER representou o Governo de Minas, como a empresa responsável pela assistência técnica aos produtores.

Um outro trabalho muito interessante, que também destacarei aqui, é o realizado pela EPAMIG, por meio da parceria com o MDA, desenvolvendo as culturas que estão mais adaptadas ao semi-árido.

Este quadro aqui mostra a quantidade de pessoas que participaram do evento. Foram formados os grupos para discutir os temas propostos; nos quais pudemos tirar os principais desafios. O primeiro deles é fazer os arranjos produtivos em cada região, desenvolvendo tecnologias e disseminando essas informações para a melhoria da produtividade das oleaginosas, que são matéria para a produção do biodiesel; estabelecer a logística para os arranjos produtivos do biodiesel; definir a tributação estadual para o biodiesel, principalmente o ICMS - esse será um dos temas mais polêmicos; viabilizar economicamente a produção de biodiesel no Estado, ou seja, conciliar o custo-benefício; garantir a qualidade do combustível de acordo com as normas da ANP; dar continuidade ao programa, dadas as mudanças de Governo. Com a alternância no poder, o nosso grande desafio é fazer com que as políticas públicas tenham continuidade. Daí, a importância da participação da sociedade, dos atores sociais e dos membros das cadeias produtivas; credenciar laboratórios; instalar indústrias para a produção de biodiesel, que viabilizem a inclusão social. Esse será um desafio muito importante, principalmente porque as culturas são a matéria-prima para a produção de biodiesel nas regiões semi-áridas de Minas Gerais, com mais de 168 municípios; definir a participação da agricultura familiar no arranjo produtivo do biodiesel. Nas regiões mais pobres do Estado é onde a agricultura familiar necessita de maior apoio do Governo, em suas três esferas; disponibilizar estrutura física e adequada para os processos de produção de biodiesel, que atendam às necessidades da agricultura familiar; garantir preço competitivo do produto nos mercados interno e externo; geração de emprego e renda; inclusão social e desconcentração de renda; redução de custo de importação de combustível mineral; melhoria do aproveitamento do potencial agrícola brasileiro. Uma região como a do semi-árido possibilita a verticalização da produção e a rotatividade de culturas, com a utilização de subprodutos, como a glicerina. A pesquisa precisa aprofundar-se na utilização desse subproduto; para isso, é importantíssima a participação da iniciativa privada. O desafio do Governo é ser um pouco mais provocativo e inovador, conforme o Governador Aécio Neves tem sempre ressaltado; consolidação da parceria público-privada; contribuição no equilíbrio da matriz energética, o que está relacionado com um dos temas discutidos; e contribuição para a produção do biodiesel, enquanto energia limpa e sustentável, para melhoria do meio ambiente, principalmente no que se refere à emissão de gás carbônico e enxofre na atmosfera. Sabemos que esse público é muito seletivo e que não precisamos aprofundar, mas lembro que, só de ser uma energia renovável e um combustível não fóssil, isso já justifica.

Como oportunidades, cito ainda: utilização da produção do biodiesel para alavancar recursos no mercado de seqüestro de carbono, tendo-se

em vista o Protocolo de Kyoto; atendimento do consumo previsto com produto de qualidade e em quantidade satisfatória; efetivação do programa mineiro de biodiesel, dentro da linha de orientação, para que esteja em sintonia com a representação dos agricultores, atores sociais, das cadeias produtivas e dos Governos Federal e Municipais; utilização da infra-estrutura qualificada existente - centros de pesquisa e universidades -, com a preocupação de que as pesquisas sejam o mais aplicadas possível; maiores oportunidades de renda para os agricultores familiares - um dos grandes desafios para os governos -; aproveitamento de áreas improdutivas e degradadas; e geração descentralizada de energia elétrica.

Há algumas ações. Precisamos aprofundar para definirmos as atribuições de cada um. A nossa expectativa, depois deste seminário e das discussões nas audiências públicas, é elaborar um programa mineiro, em sintonia com o Governo Federal e os municipais, e estabelecer a responsabilidade de cada um dos envolvidos.

Teremos ainda as seguintes ações: incentivar o associativismo e o cooperativismo - ponto fundamental discutido pela EMATER e pela iniciativa privada, pois a única maneira de os agricultores familiares serem grandes é associarem-se, gerarem escala de produção e aumentarem o poder de barganha tanto antes como depois da porteira; instituir comissão multissetorial para condução do programa mineiro de biodiesel - depois deste seminário, esperamos que essa comissão seja institucionalizada -, incluir o programa como projeto estruturador do Estado - temos 31 projetos em Minas Gerais e esperamos que esse seja um deles, pois estaremos encaminhando essa proposta junto com a Secretaria de Agricultura e as demais Secretarias; criar a câmara setorial do biodiesel junto ao Conselho Estadual de Política Agrícola; estabelecer zoneamento agrícola para oleaginosas no Estado de Minas; implantar o selo social, pois essa é uma boa oportunidade para buscar parceria, tendo em vista que as empresas atualmente desenvolvem muito o trabalho de responsabilidade social; financiar pesquisa com o objetivo de melhorar a produtividade e garantir a viabilidade econômica, como já ressaltai na questão das universidades e das instituições de pesquisa estaduais e federais; desenvolver e utilizar tecnologias apropriadas para produção de oleaginosas no semi-árido; implantar o seguro safra na produção de matéria-prima para o biodiesel - esse é um bom debate para fazermos, pois é fundamental, não apenas para Minas, mas também para toda a região do semi-árido; estabelecer um sistema de tributação específica para o biodiesel no Estado; e fazer cumprir a obrigatoriedade da mistura de biodiesel no óleo diesel.

É muito importante criar o serviço de extensão rural, pois essa é uma maneira de construir junto com os agricultores e levar até eles a tecnologia para garantir que tenham sucesso no empreendimento. A extensão rural e a pesquisa precisam ser colocadas como prioridade nesse programa. Também é preciso: dar seqüência às políticas de incentivo do programa; financiar a implantação de plantas para produção de biodiesel, área em que é necessário conciliar a participação dos Governos Federal, Estadual e Municipal; possibilitar que o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável assuma o processo de implantação do programa mineiro de biodiesel na perspectiva da agricultura familiar em Minas Gerais - de acordo com o meu ponto de vista, o órgão responsável seria o Conselho Estadual de Política Agrícola; incentivar o associativismo e o cooperativismo como estratégia de inserção da agricultura familiar nos arranjos produtivos; e exigir manejo ambiental adequado para obtenção do selo social do programa.

Essas foram as decisões do primeiro seminário. Como disse, a nossa expectativa é de que, depois do segundo seminário, seja criado o grupo interinstitucional, para que dê encaminhamento a esse programa tão importante.

Em Minas Gerais, principalmente para a região do semi-árido, já houve outras iniciativas, como as culturas de convivência com a seca. Por não ser uma política pública muito consolidada e bem negociada, os agricultores ficaram frustrados. Essa é uma preocupação muito grande, principalmente em relação à região de Almenara e de Araçuaí, e os nossos colegas da EMATER fizeram questão de destacá-la. Em todos os lugares que temos visitado, os agricultores, com as suas organizações, inclusive o Vilson, têm essa preocupação.

Agradeço a oportunidade, em nome da EMATER e do Governo de Minas. Temos a convicção de que, no Estado, desenvolveremos uma parceria com muito êxito. Com certeza, será uma política pública muito importante para Minas Gerais e para o Brasil. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Vilson Luís da Silva

Sr. Presidente, Deputado Márcio Kangussu, Deputado Paulo Piau, demais membros da Mesa e participantes no Plenário. Imagino que tenham comparecido técnicos, professores e produtores. Cumprimento todos os presentes.

A FETAEMG está representando a nossa confederação, a CONTAG, devido a agendamento do seu Presidente com o Ministério, em virtude de estarmos negociando a pauta do Grito da Terra 2005.

Registro a nossa preocupação, pois é de grande importância a participação de todos na construção de qualquer projeto que insira o pequeno produtor e o nosso agricultor familiar.

Quando o nosso assessor nos comunicou sobre o evento, já tínhamos acertado a data e agendado toda a programação. Assim que recebemos o "folder", não vimos que a Federação estava inserida no processo. Como a CONTAG não pôde comparecer, solicitou-nos que a substituíssemos. Não sei se farei isso à altura, mas tecerei alguns comentários sobre esse projeto.

Consideramos empresário tanto o agricultor familiar tradicional, que comprou a sua terra ou herdou-a, quanto o que foi assentado por meio da reforma agrária, pois ele não carrega esse rótulo.

Cumprimento o Deputado Padre João, que pode ser pequeno em sua área, mas a nossa concepção de trabalho é de tornar esse público um grande produtor.

A agricultura familiar no Brasil tem prestado um serviço muito grande na cadeia produtiva de alimentos para o nosso País.

Minas Gerais tem dado sua contribuição. Apoiaremos qualquer projeto a ser apresentado para governos ou empresas que nos beneficie. Caso a comissão seja criada, a Federação deseja participar. Deputados Paulo Piau, Márcio Kangussu e Padre João, hoje realizamos um intenso trabalho, participando de eventos municipais e regionais, para discutir o biodiesel e a cultura da mamona, mas ainda temos muitas dúvidas.

O programa é importante, e entendemos que o agricultor deve organizar-se por meio do cooperativismo de crédito e de organização da produção. Precisamos de mais abertura para a agricultura familiar. Muitos não acreditam, mas as estatísticas comprovam a expressiva participação do segmento na produção nacional das culturas do café - responde por quase 40% do produzido -, do milho, do arroz e da soja. Agora, é a vez da mamona. Sua cultura será importante para o produtor, para o Brasil ou para o programa?

Em alguns Estados, há experiências que não foram boas. O agricultor familiar não é capitalizado, não pode perder recursos, logo, precisa de garantias sob o risco de quebrar. No Norte de Minas, há agricultores cujas terras não cobrem o valor das dívidas contraídas nos Bancos do Nordeste e do Brasil. O programa é ótimo para o agricultor, para o Brasil e para o meio ambiente. Sabemos que não haverá petróleo para sempre, logo, é necessário combustível renovável. Não sou técnico, sou do campo, mas temos de entrar no programa sabendo onde pisamos.

Ao casar, quero conhecer a minha companheira. Temos dúvidas. Hoje, discutimos com as esferas federal e municipal sobre a falta de assistência técnica. Não é possível inserir um agricultor familiar no projeto sem esse suporte qualitativo e quantitativo. Seria suicídio.

Algumas associações de Prefeitos de Minas Gerais trouxeram o Banco da Terra para o Estado. Na época, o Governo do Estado não concordou. Nós fomos contra. Hoje, os trabalhadores estão lá. O Deputado Paulo Piau sabe que estamos trabalhando com os Governos Estadual e Federal em busca de uma saída para eles.

Somente quem vendeu a terra ganhou, pois quem comprou está enclacrado, não conseguiu produzir nada, nem um pé de alface.

O empresariado rural e o grande produtor têm condições de bancar sua própria assistência técnica. No dia em que o agricultor familiar tiver a mesma condição, não será mais preciso EMATER nem órgãos públicos estaduais ou federais para atendê-lo. Não estou descartando, pois sabemos da importância da EMATER para nossa parceria.

Na audiência que tive com o Governador, disse que os técnicos da EMATER no Estado e nos municípios não são suficientes para atender a todos os projetos e a todos os agricultores. Não podemos atender por amostragem, não podemos atender bem a um e deixar dezenas de outros descobertos. Não estou dizendo que a FETAEMG e a CONTAG são contra esse programa. Estamos participando desde o início, do encontro no Recife, desse encontro promovido pela EMATER, etc. Os sindicatos e as microrregionais estão puxando. Ontem, eu estava no vale do Mucuri, em Machacalis, onde já estão discutindo a questão do biodiesel e da plantação de mamona.

Algumas coisas devem ficar amarradas. Não queremos ver mais um agricultor falido com a corda no pescoço no Banco do Nordeste ou no Banco do Brasil. Não queremos garantia apenas de assistência técnica, mas de escoamento de produto. No Norte de Minas, vivemos um período de angústia quando a SICAL foi implantada. Saímos em defesa e vários agricultores ficaram endividados, sem ter onde colocar sua produção. Precisamos ter cuidado. Não estou dizendo que o programa é ruim.

Precisamos trabalhar a questão de certificação de sementes, precisamos de Bancos e que nossos agricultores familiares participem e dêem sua opinião. Eles devem se envolver e ser atores co-responsáveis para se inteirar do processo. Não podemos lhes dar tudo de mão beijada, pois devem ser participantes desse programa.

Não podemos nos iludir, pensando que a mamona é a solução para o Brasil. Não podemos acabar com as lavouras de café, trigo, etc., pensando que a salvação é a mamona, pois não é. O Brasil já fracassou diversas vezes por achar que essa seria a solução. Preocupa-nos a escala de monocultura da mamona, pois pode ser tecnicamente boa para o solo, mas não há estudos suficientes a respeito das consequências para o solo.

Precisamos buscar alternativas para nossos agricultores e assentados da reforma agrária. Não podemos mais ver um agricultor familiar ou um pequeno produtor rural sem perspectivas de vida. Esse programa, se bem pensado e bem estudado, contando com uma equipe responsável, dará certo.

Nossa Federação conta com 1.200.000 associados em Minas Gerais, e nossa Confederação representa mais de 15 milhões de agricultores, incluindo assalariados, assentados e agricultores familiares. Temos contribuído muito neste Brasil. Estamos participando e não podemos fazer críticas por fora. Toda crítica deve ser feita democraticamente dentro do processo. Quem sabe aparece uma proposta melhor. Quem sabe a Comissão acate nossa proposta.

O José Silva sabe que sou defensor da instituição. No passado, o Governo tentou sucatear e acabar com a EMATER. A FETAEMG foi a única entidade que peitou o Governo e disse-lhe que, se acabasse com a EMATER, seria a morte dos nossos agricultores. Portanto ajudamos a construir essa história. Não carregamos grandes tijolos, mas carregamos tijolinhos, suficientes para construir e mudar a história do Brasil. O Brasil só será de todos se for para todos. Deve-se implementar um programa visando ao favorecimento de todos. Não adianta criarmos programas e projetos que beneficiarão apenas meia dúzia de iluminados. Não sou contra ninguém, mas o Governo deve ter política para todos. Tem de haver tranquilidade e transparência nas ações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros da mesa, estamos acompanhando esse projeto. Trabalharemos para buscar a articulação da nossa agricultura familiar, mobilizaremos os agricultores, aos quais mostraremos o programa, mas é fundamental que a comunidade técnica se posicionem. Não podemos dizer que a mamona será a solução e repetir o que aconteceu no Paraná e em Minas Gerais, onde se derrubaram todas as lavouras de café e, depois de certo período, o preço do produto subiu, não havendo o que oferecer. Temos de ter equilíbrio. Trabalhamos a agricultura familiar para que o agricultor plante milho, feijão e café, e, por que não mamona, para o nosso biodiesel. Obrigado.

Palavras do Sr. Milton Nogueira da Silva

Agradeço ao Deputado Márcio Kangussu o convite e a excelente reunião realizada pela manhã, que muito enriqueceu o tema. A minha contribuição é pequena, pois vários pontos importantes - institucionais, legais e econômicos - já foram tratados.

Salientarei a parte internacional do biocombustível, que não se trata de um "commodity", como a soja, o açúcar e o algodão, pois é um combustível fluido; não é líquido nem gasoso. Como tal, ele é uma das mercadorias estratégicas dos séculos XX e XXI. Aconteceram várias guerras no século XX em razão de combustíveis líquidos, petróleo e gás natural. O biodiesel e o álcool devem ser vistos como uma mercadoria internacional, de interesse estratégico, ou seja, vai além das questões de preço, legislação e de cota de mercado.

Em matéria de combustível líquido, os principais blocos econômicos do mundo funcionam fechados. Essa é uma lição que não podemos esquecer ao cuidar de biodiesel, seja em Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, seja no restante do Brasil. É uma mercadoria de valor estratégico em todo o planeta.

Um dos aspectos do biocombustível de interesse de vários países é a possibilidade de captação do CO<sub>2</sub>. Qualquer uma das plantas halógenas, como a cana-de-açúcar, captam o gás carbônico da atmosfera e o fixa. Surge assim uma grande contribuição, já mencionada: a possibilidade de o biodiesel ser objeto de negociação internacional e, a partir de agora, da ratificação do Protocolo de Kyoto.

Ou seja, ele já tem uma cota de contribuição. Há a possibilidade de todo produtor e consumidor negociar cotas de redução de gás carbônico. Como isso funciona? A partir da ratificação do Protocolo de Kyoto, foram criadas três ou quatro fórmulas de negociação. Uma delas, que provavelmente será a mais influente no caso do biocombustível, é o chamado mecanismo de desenvolvimento limpo. O que significa isso? Uma espécie de câmara de compensação de créditos. Se um país industrializado possui débitos de gás carbônico enquanto outro em desenvolvimento possui créditos, faz-se uma compensação de toneladas. Essa compensação é chamada de mecanismo de desenvolvimento limpo. Funciona segundo a fórmula de determinação de um fluxo produtivo, de um ciclo de produção, por exemplo, do álcool ou do biodiesel.

Há a determinação do volume de gás carbônico a ser captado em longo prazo, 20, 30 ou 50 anos. Uma vez determinado esse volume, a tonelagem física - não me refiro ao valor econômico - é negociada com o país signatário do Protocolo de Kyoto, que faz uma compensação do volume, da tonelagem. Essa fórmula de negociação exige a confecção de alguns projetos. Assim sendo, surge uma dificuldade, pois essa fórmula de negociação ainda constitui uma novidade em escala mundial. Há menos de dez anos, está sendo feita; portanto, os métodos, apesar de existirem, ainda não estão estabelecidos.

Em primeiro lugar, o detentor do crédito de carbono - a empresa, a região, a cooperativa - deve possuir fórmulas institucionais, legais e técnicas para garantir que a captação ocorra em longo prazo. Em segundo lugar, a negociação deve ser avaliada por um preço, pois é objeto de negociação entre o país que tem débito de carbono e o que tem crédito. Em terceiro lugar, é preciso que essa negociação seja supervisionada durante a negociação em si e, depois, em longo prazo, promovendo-se um acompanhamento para que todas as promessas de captação sejam executadas. Ou seja, existe uma certificação.

Vale lembrar às universidades, aos centros de tecnologias e às empresas líderes em tecnologia que não é qualquer tecnologia que é elegível para esse crédito de carbono, mas apenas as tecnologias já certificadas. Ou seja, os desenvolvedores de tecnologias, os pesquisadores precisam se preocupar, desde o início, com a preparação de formulários e com as demonstrações para que essa tecnologia venha a ser certificada.

O mecanismo de desenvolvimento limpo, além de aplicar-se ao biodiesel e ao álcool, aplica-se a muitos outros setores da sociedade. Ou seja, aplica-se às florestas, ao metrô, entre outros. Todavia, vou me concentrar no caso do álcool e do biodiesel. A fórmula é de fácil execução. A empresa ou entidade que detém o crédito formula e descreve sua tecnologia, seu ciclo de vida, bem como a maneira que será implantada. Feito isso, a proposta de projeto de crédito é certificada primeiro pelo Governo brasileiro. Há uma Comissão Interministerial de Mudança Climática, que conferirá, por meio de um balanço, se a tecnologia é realmente captadora de gás carbônico. Depois, ela emite um certificado.

Feito isso, ela é submetida à convenção. Há um pequeno departamento, em Bonn, na Alemanha, onde há uma certificação final para que essa tecnologia seja objeto de crédito por um país da lista 1 do Protocolo.

São duas formas de certificação. Uma vez obtida essa carta de emissão certificada, as duas partes estão em condições de iniciar a negociação. Ou seja, vai-se estabelecer preço, quantidade de gás carbônico que será absorvido num certo período, quantidade de combustível fóssil que será deslocada pelo uso de biodiesel ou de álcool. Tudo isso entra nesse mesmo balanço. As duas partes, aquela que tem débito de carbono e a que tem crédito, negociam o preço e a forma. No final, essa negociação resulta em um contrato internacional, que passa a vigorar.

No Brasil, existem muitas informações sobre o Protocolo de Kyoto, citando as razões por que foi criado e os motivos pelos quais certos países não aderiram a ele. Existem também muitas informações sobre quais os setores da sociedade, da economia e da agricultura são passíveis de negociação de crédito de carbono. Parece que chegou a hora de esse método de preparação de projetos de cálculo do balanço de gás carbônico e de energia serem ampliados.

O CREA de Minas Gerais organizará, em agosto, um curso de preparação de projetos para as entidades e empresas que queiram formular seus próprios projetos. Muitas vezes a empresa ou entidade quer, com a ajuda de consultores, deter o controle da evolução do projeto e de todos os cálculos.

Em todas as discussões, seja no laboratório, seja na agricultura, seja na fábrica, não podemos nos esquecer de um aspecto fundamental: o combustível líquido é mercadoria muito especial e estratégica no mundo de hoje. Já o era no passado, mas, a cada dia, torna-se mais estratégico. Esse combustível não está baseado apenas em preços e cotas, mas na geopolítica que vai muito além disso, influenciando na hegemonia e no controle de poder mundial. Temos, no Brasil, uma Arábia Saudita: o biodiesel e o álcool. Quanto a essa importância estratégica, chamo a atenção para o papel desta ilustre Casa, que habilmente tem acompanhado várias outras situações.

O CREA de Minas Gerais coloca-se à disposição para tomar parte dos trabalhos dessa Comissão e trazer suas contribuições, como sempre fez no Estado. Agradeço a qualidade das apresentações e dos temas aqui abordados, assim como a profundidade com que foram tratados. Muito obrigado.

Palavras do Sr. José Carlos Gameiro Miragaya

Na hora do almoço, foi-me perguntado por que não se usa diesel nos automóveis. A explicação é simples: já consumimos, devido à nossa matriz de transporte, muito baseada... Os "slides" estão aí. Podem passar.

É visível que o consumo de diesel é bem maior do que o de gasolina, que já está misturada com álcool em 25%, ou seja, 8,8. O consumo de diesel já é bastante significativo no Brasil, principalmente devido à crise do transporte. Se você colocar também o automóvel, foge a qualquer expectativa da produção de petróleo.

Quando se produz, há faixas de destilação em que se tiram os derivados. A PETROBRAS já aumentou bastante essa faixa para retirar o diesel e atender a esse consumo. Se aumentar o consumo, fica impossível.

Nota-se que como o consumo de diesel é alto, a possibilidade de melhoria da qualidade do diesel utilizando-se o biodiesel também é bastante significativa.

Esta foto está um pouco turva, mas é em função das condições climáticas de uma grande cidade. Com o diesel pode-se melhorar ambientalmente. Não significa que vai sair disso para um campo arborizado. Não é isso. A quantidade de biodiesel é pequena. As emissões também continuarão a acontecer na cidade. Você praticamente isenta a relação de CO<sub>2</sub>, mas tira da plantação de oleaginosa. Não se aumenta em grande número o percentual de CO<sub>2</sub> no planeta, mas nas grandes cidades, como se vai queimar esse combustível, haverá sempre uma diferença do campo para a cidade.

Quanto ao enxofre, como o biodiesel não o tem, haverá uma melhoria ambiental significativa nas grandes cidades, o mesmo acontecendo em relação a outros contaminantes. O óxido de nitrogênio aumenta, mas mesmo com 100% de biodiesel, aumenta no máximo 10%. O óxido de nitrogênio afeta algumas gaxetas e componentes do motor, mas é pouco.

Quanto à motivação para o seu uso, o biodiesel é uma fonte renovável. Traz economia de petróleo. Para atender ao consumo de diesel, a gente importa uma parte de diesel e de petróleo. Temos excesso de gasolina e a exportamos. Há substituição de importação. É um combustível mais limpo do que o diesel. Pode-se gerar crédito de carbono na substituição do combustível ou até na agricultura. Se se tratar de uma agricultura perene, como o dendê, pode-se obter crédito do carbono com o replantio no reflorestamento.

O principal ponto é a geração de emprego e renda. O Presidente Lula está trabalhando com o biodiesel para a geração de emprego e renda. Há melhoria ambiental, conforme o Protocolo de Kyoto, mas visa-se também à geração de emprego naquelas regiões, em determinado período do ano. Mesmo na Europa.

Este "poster" mostra o teor de óleo de várias oleoginosas e a produtividade em Kg/ha/ano de cada oleaginosa e a produção de óleo. Se multiplicarmos uma pela outra, chega-se à produção de óleo. Nota-se que o dendê apresenta uma boa produção de óleo. O dendê não é uma agricultura anual, é perene, demanda tempo e tem outros problemas, como a degradação rápida. O algodão tem um pequeno teor de óleo, mas quando se tira o algodão há a fibra, que tem um maior valor de revenda. O próprio farelo de diversas oleoginosas tem um valor agregado maior por causa da ração animal. Deve-se considerar toda a cadeia, porque não dá para considerar apenas a produtividade do óleo, do farelo ou outras.

Temos os aspectos sociais, com todo o desenvolvimento regional. Há a geração de emprego e a inclusão social, os principais pontos apresentados no programa do biodiesel.

Por que se fala tanto em mamona, uma vez que não possui óleo suficiente? Seu farelo, ou seja, o produto do seu esmagamento, não pode ser transformado em ração animal, pois possui uma toxina. A toxina existente na mamona combate os nematóides existentes na terra, servindo como fertilizante. Porém o valor de ração, bem como o seu consumo, é maior que o de fertilizante. A toxina pode servir de fertilizante, mas é preciso que haja um trabalho para aumentar seu valor e diminuir o custo da desintoxicação da torta da manona.

Por que foi citada a mamona, se tem tantos problemas? Ela possui uma dihidroxila livre, que atrapalha a produção de biodiesel; porém, é uma das poucas oleaginosas que nascem na região do semi-árido. Se o objetivo é a inclusão social, a geração de emprego, a fixação do homem no campo, não adianta plantar uma oleaginosa que não nasce nessa região. O semi-árido possui índice pluviométrico muito baixo, o que impede o desenvolvimento de muitas oleaginosas, sendo a mamona uma delas. Em algumas partes, pode-se desenvolver algodão; em outras, pinhão-manso. Não significa que plantaremos mamona em todo o Brasil, pois se houver índice pluviométrico melhor, plantaremos outra oleaginosa, cujo valor agregado seja maior.

O biodiesel apresenta boa lubrificidade. A PETROBRAS está realizando um trabalho de remoção de enxofre do diesel, que possui 3.500ppm de enxofre, ou seja, partes por milhão. O diesel metropolitano tem 2.000ppm de enxofre. A PETROBRAS está lançando um diesel com teor de enxofre menor, utilizado nas grandes regiões metropolitanas. Belo Horizonte está aí incluída, com 500ppm de enxofre. Essa é a escala para se conseguir um percentual de enxofre ainda menor, ou seja, 50ppms, como é praticado na Europa.

Há um grande trabalho na parte de refino, mas, quando se reduz o teor de enxofre, tira-se a lubrificidade do diesel. Apesar de isso ser bom para o meio ambiente, tira-se a lubrificidade. O biodiesel, com o percentual de 5% de aditivação ao diesel, recupera toda a lubrificidade perdida. Na Europa, usa-se o biodiesel para manter o homem no campo, gera empregos, para exportação e como aditivo para melhorar a lubrificidade do diesel. Além de melhorar o número de cetano, que é a mesma coisa comparada ao número de octano no ciclo Otto, há ausência de enxofre, neutro em relação ao CO<sub>2</sub>.

Há vários requisitos ambientais, sociais e técnicos, pois o biodiesel promove a lubrificidade e aumenta o número de cetano, além de apresentar outras vantagens. Entretanto, não há apenas vantagem, pois, para substituir um percentual, precisa-se de uma área muito grande.

O processo de desenvolvimento precisa suprir etapas: primeiro, uma planta de laboratório; posteriormente, uma planta protótipo e, em seguida, uma planta industrial. Essa é a escala natural. Há uma planta industrial funcionando. A PETROBRAS já passou para a fase de laboratório, já construiu a planta em Guimarães, podendo ser inaugurada. É uma planta protótipo. Em seguida, passará à escala industrial. Para isso, é importante que haja produção de oleaginosa nessa região. Assinaremos, talvez na semana que vem, o protocolo de intenção para estudar a oleaginosa que se adapte à região, ou seja, a que gera maior remuneração ao trabalhador. Não plantaremos qualquer oleaginosa, mas escolheremos a melhor, a melhor área a ser trabalhada e que gere melhor remuneração ao trabalhador. Essa é a função do biodiesel. Nos três primeiros anos, não será obrigatório e, portanto, não se sabe quanto produzirá.

Esses são os valores mínimos. Como serão obrigatórios 2% no ano de 2008, serão necessárias quase 900.000t de biodiesel. Esse é o volume mínimo necessário para se atingirem os 2%. Temos a demanda de diesel no Brasil até 2013, o percentual mínimo de 2%, estabelecido pela lei, em 2008, e de 5% em 2013. Assim, em 2013 serão necessárias 2.644.000t de biodiesel.

Quanto à mamona, para se atingirem essas 2.644.000t, serão necessários 3.500.000ha de área plantada. É lógico que há outras oleaginosas e outras variações que não serão (- Inaudível.) ou até maior. Se você pensar em oleaginosa com um teor menor de óleo, precisará plantar numa área maior.

Aqui estão apresentadas as produções e o comércio exterior. Para atender o (- Inaudível.) de que já falei, seriam necessários 2.600.000m<sup>3</sup>. Hoje, se fossem colocados 5% de biodiesel ou diesel, seríamos auto-suficientes no consumo. A gasolina sobra, no caso, porque a demanda é bem menor. A gasolina A corresponde a menos da metade da quantidade do diesel utilizado na nossa matriz energética.

Aqui você vê um número muito grande de gás natural, que não pode ser comparado com o líquido. O volume é mil vezes mil, ou seja, milhões de metros cúbicos por dia, mas o gás ocupa um espaço maior, que não dá para ser comparado com os combustíveis líquidos.

Aqui, vemos a produção total de álcool no Brasil, que não inclui somente a parte consumida. Também há a parte de exportação e de produção.

O representante do Governo Federal deve ter abordado hoje pela manhã o trabalho que foi feito para isentar de impostos a cadeia. No caso da agricultura familiar no Norte, no Nordeste e no semi-árido, com o palmo e o dendê, a redução é de 100%. Como incentivo, o Governo isentou quase tudo, e o principal ponto é a agricultura familiar, com quase 70%. É importante trabalhar com a isenção no Estado também. O Governo de Minas tem um grande trabalho para diminuir essa isenção, porque esse é um combustível caro.

Aqui estão os processos de produção nas rotas esmagamento e direta, com a transverificação da semente. O programa de biodiesel no mundo também trabalha o aspecto social, não somente o ambiental, apesar da necessidade estabelecida no Protocolo de Kyoto.

Esta foi a cerimônia de assinatura do Programa Nacional de Combustível, que contou com a presença dos Presidentes da Câmara e do Senado, do Vice-Presidente, do Presidente da República e da Ministra, além do Manoel, da CONTAG.

Quanto às lições do biodiesel no mercado, é importante que o produto seja de qualidade. Isso tem de ser frisado, porque não dá para abrir mão da qualidade. Caso contrário, teremos um problema sério. Então, é fundamental que essas plantas tenham um laboratório funcionando ao lado, sejam analisadas e trabalhadas de maneira adequada.

Portanto, a PETROBRAS está tentando fazer o máximo possível para desenvolver esse grande programa, que está sendo compartilhado. É importante que ele seja bem feito, não basta fazer. É preciso fazer, e fazer bem feito. Obrigado.

- No decorrer do pronunciamento foram exibidos slides.

#### Palavras do Sr. Artur Augusto Alves

Boa-tarde a todos e aos membros da Mesa. É um prazer e uma honra estar em Minas Gerais para colaborar com esse programa, já que a maioria das empresas que montamos se encontra neste Estado. Aliás, participamos de vários eventos no Brasil, pois possuímos empresas em outros Estados.

O que mostraremos aqui vai ao encontro da preocupação desta Casa e do que todos têm dito. Coincidentemente preparei um trabalho para colaborar com isso e com a maioria dos palestrantes. A preocupação de montar um projeto consistente em cima do biodiesel é muito importante. Como disseram, é preciso ficar com o pé no chão. Nesse projeto, não pode haver sonhos. Este País cansou disso. Precisamos de realidade.

Falaremos sobre o potencial brasileiro de produção de biodiesel. As nossas características territoriais nos levam a um caminho. O Brasil será o país com maior capacidade de produção de energia renovável do planeta, pois possui a única fonte de energia inesgotável em cima das nossas cabeças: o sol. Além disso, possui água, extensão territorial e povo trabalhador. Somente ocorre por meio da folha, que é uma máquina perfeita, fantástica e maravilhosa, é a melhor célula de hidrogênio já produzida. A folha consegue converter a energia solar em energia química aproveitável.

Essa cópula fantástica entre o sol e a água ocorre somente no Brasil. Há outros países de clima tropical, como a África e a Austrália, onde, apesar de haver muito sol, não há água suficiente para plantar nem terra agricultável. Somente no Brasil isso ocorre em larga escala. O sol que fica nas nossas cabeças durante 5.600 horas por ano é um patrimônio do povo brasileiro. O País é o único do Planeta onde isso ocorre. Primeiramente, o sol deve ser utilizado em benefício do povo, promovendo desenvolvimento social e econômico; porém a adoção sistemática de tecnologias alienígenas nos trópicos, ou seja, a importação de tecnologias, traz a submissão do povo e altos índices de degradação ambiental, desviando, principalmente, o País da sua rota e da verdadeira vocação de ser a maior potência energética do Planeta.

Esse quadro mostra muito bem o grande potencial brasileiro e a questão energética na qual o País está inserido. Esse gráfico foi elaborado pelo departamento de energia dos EUA em 1994 e foi apresentado pelo Connemamm, cidadão que detém tecnologia de biodiesel na Austrália; aliás, ele perdeu tudo o que tinha. A tradição da sua família era produzir óleos vegetais desde 1750. Um grande grupo internacional, que atualmente domina a soja no Brasil, tomou praticamente tudo o que tinha. Hoje a tecnologia patenteada de biodiesel é a única coisa que possui.

Quando veio ao Brasil, em 1998, apresentou esse quadro, trabalhado pelo departamento de energia americano, que faz uma projeção dos combustíveis líquidos no Planeta até o ano 2050. Essa primeira linha de baixo, a vermelha, mostra as fontes de extração de combustíveis líquidos de fontes fósseis. Se conseguíssemos descobrir outras reservas que equivalessem a 50% das reservas atuais, teríamos essa linha vermelha superior. A linha azul, acima de todas, é o consumo mundial de combustíveis líquidos, ano a ano.

Podemos ver aqui, por meio desse trabalho feito em 1994, que não foi por coincidência, em 2001, a guerra do Iraque. Coincidiu com o decréscimo da produção mundial de petróleo. A partir daí, por força de guerras e conflitos, a produção e a extração de petróleo vêm aumentando. Quanto à previsão, que até 2050 já era longa, como não se descobriram novas jazidas de petróleo significativas em termos de tempo e quantidade, a extração de petróleo para cobrir essa deficiência da demanda de combustíveis líquidos vem aumentando. Infelizmente, isso vai encurtar ainda mais a quantidade e o tempo de utilização e extração do petróleo.

Nesse gráfico podemos observar também que, já em 2005, a demanda por combustível líquido é maior que a quantidade de combustível líquido produzido, mesmo que tivessem descoberto outras fontes.

Essa faixa mais escura é o grande potencial de produção de combustíveis renováveis que temos. O Brasil pode dominar grande parte desse mercado de combustíveis líquidos. Esse é o mercado do biodiesel. Portanto, quando falarmos em projetos de implantação de um novo combustível, temos de ter os pés muito no chão. O projeto tem de ser consistente, a fim de trazer desenvolvimento para o nosso povo.

O Brasil, após a década de 60, adotou um modelo de desenvolvimento agrícola e rural caracterizado pela modernização de grandes fazendas, levando grande parte da força de trabalho rural a favelizar as periferias das cidades, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade. Isso, segundo José Eli Veiga.

Para Veiga, a agricultura bem-sucedida é caracterizada por sociedades que valorizam a agricultura e o espaço rural, preferindo haver muitos agricultores familiares e poucos bóias-frias a ter muitas favelas e uns poucos reis da soja, da cana, da laranja, da mamona ou do biodiesel.

O meio rural já não pode ser encarado apenas como um produtor de bens primários, tem de ser encarado como um gerador de energia. Hoje o Brasil paga para que nossas terras sejam exploradas pelas multinacionais.

O meio rural deve obedecer à premissa básica de balanço energético. Não posso disponibilizar mais energia que a tirada do processo, a fim de que ele tenha viabilidades econômica, social e ambiental.

Quando se fala em montar um programa de biodiesel estadual ou federal, ele deve obedecer primeiramente a algumas premissas. Um dos principais fatores na preparação desse programa é saber qual será a matéria-prima a ser utilizada no processo. Esse é o primeiro passo. O segundo passo, também muito importante, é estabelecer a localização da área industrial. Muito se fala em biodiesel no Brasil, sem mencionar o uso de álcool no processo, mas ele é usado, e muito. Não posso pensar num programa de biodiesel num local onde não exista álcool, ou onde essa logística seja extremamente complicada, ou seja, em locais em que se gasta muito diesel para levar o álcool. Então a localização dessa indústria de biodiesel é fundamental, principalmente por causa da logística do álcool, do grão e do programa de implantação que irei fazer.

A implantação de uma cadeia produtiva. De agora em diante, passaremos a uma nova era. O Planeta está mudando - podem ter certeza disso -, e a mudança é tão rápida que não podemos esperar o fim das discussões para a implantação desse programa. Antigamente, gastava-se muito dinheiro para se perfurar um poço de petróleo e para explorá-lo até o seu esgotamento. Daqui para frente, isso será diferente, pois cada agricultor é um pequeno poço de petróleo, por isso ele tem de se sentir bem no campo. É preciso dignidade no campo. Não pode haver projetos em que isso não ocorra, caso contrário, ele não plantará no ano seguinte, a cadeia será cortada, e o projeto deixará de ter sustentabilidade.

Um outro aspecto diz respeito à tecnologia a ser empregada. Se é uma tecnologia importada, o tipo de álcool usado, a sua eficiência e o seu balanço energético. O balanço energético deve começar no campo e atingir a distribuição, para que haja um combustível economicamente

viável.

Apresentarei agora um pequeno estudo, não muito detalhado, devido ao pouco tempo disponível para isso. Trata-se de uma comparação entre algumas oleaginosas que foram trabalhadas com a tecnologia de extração mecânica a quente e outras tecnologias de obtenção de óleo, chamadas de processo de extração por solvente.

Grandes fábricas de óleo que processam grande capacidade de grãos obtêm o óleo por um processo de extração por solvente. Esse processo, chamado CPT, tem um custo de processamento por tonelada de R\$230,00. Um custo de processamento de tonelada num processo de esmagamento, de prensagem, a quente, fica em torno de R\$15,56. Nesse CPT, ou seja, nesse custo de processamento por tonelada, está incluída toda a energia elétrica, o encargo social com os funcionários, toda a despesa fixa, como o cafezinho, as flores que mando para a minha esposa de vez em quando, e assim por diante. Está tudo incluído.

Esse dado é muito importante na hora de elaborar e estudar o custo.

Esse estudo foi baseado no processo de esmagamento a quente. Temos aí a soja, de que obterei 850kg de torta. Do nabo, terei 700kg; e, da mamona, 620kg. Da soja, obterei 164 litros de óleo; do nabo, 328 litros; e, da mamona, 400 litros. Produzirei em biodiesel: 155, na soja; 310, no nabo forrageiro; e 380, na mamona. Na reação química, será consumida certa quantidade de álcool.

Os custos que aparecem na tela, apesar de parecerem um pouco complicados, são os reais de produção das nossas plantas. A tabela nos mostra quanto custa um litro de biodiesel sem a incidência do PIS-COFINS e do marcador, que é um fato crítico na história.

O biodiesel precisa ter altíssima qualidade, principalmente se pensarmos em exportação. O mercado externo é um franco comprador desse produto por causa da demora do nosso programa. Talvez os europeus obtenham o biodiesel mais rapidamente do que nós, caso a situação continue assim.

Agora temos os custos totais e o faturamento total com os co-produtos originários de cada uma das tecnologias. Na primeira linha em vermelho, temos a diferença de faturamento com os produtos. Na segunda linha em vermelho, o custo do biodiesel. Na soja, temos R\$0,424; no nabo forrageiro, R\$0,793; e, na mamona, R\$2,10. Colocando-se o PIS-COFINS e o marcador, que infelizmente é produzido na Inglaterra - não sabemos o porquê de empresas brasileiras não poderem fabricá-lo, já que somos obrigados a usá-lo para marcar o biodiesel - e vendido a R\$300,00 o litro, o custo total é bem maior. Na mamona, coloquei zero de imposto e, apenas com o custo do marcador, o valor foi para R\$2,13. No nabo forrageiro, chegamos ao valor de R\$1,04, com o PIS-COFINS cheio, como se não estivéssemos trabalhando com agricultura familiar. O mesmo ocorreu no caso da soja.

No primeiro momento, parece-nos que a soja seria o grão mais viável para a produção de biodiesel, mas isso não é verdade, pois o capital de giro necessário para se processar a mesma quantidade de grãos de nabo forrageiro é quase o dobro. Assim, a lucratividade em uma fábrica de biodiesel giraria em torno de 24%. Se vendesse o biodiesel a R\$1,90, pagando o ICMS, a produtividade do nabo forrageiro, devido ao fato de o capital de giro ser menor, giraria em torno de 26%. No caso da mamona, não há como vendê-la a R\$1,90, a não ser que a PETROBRÁS resolva pagar toda a diferença.

Essa planilha foi montada para mostrar a inviabilidade quando falamos em mamona.

A única forma de se baixar o custo do biodiesel produzido com mamona, já que a torta desse vegetal não vale praticamente nada, seria reduzir o preço da mamona, que é de R\$870,00 a tonelada, para R\$460,00. Isso não paga os custos do produtor. Não me venham falar que a mamona proporciona alta produtividade no chamado semi-árido. Como o semi-árido é também semi-úmido, deveriam ser observadas essas características. Se pretendem cultivar bioplantas de biodiesel no semi-árido do Nordeste, deveriam fazer isso a partir de culturas mais apropriadas, como o pinhão-manso, por exemplo. Trata-se de uma cultura fantástica. Um grupo francês está vindo para cá plantar grande quantidade dessa espécie. Um grupo de japoneses já plantou mais de 800 milhões de pés no Norte de Minas.

Conforme disse o nosso consultor do CREA, o biodiesel não pode ser encarado apenas como mais uma fonte de energia alternativa, pois a sua produção em larga escala passa a ser vital para o País, que deseja a independência energética. A sua rápida implementação na matriz energética depende de políticas públicas, como a isenção ou a redução de impostos, para que haja viabilidade econômica. Porém a sua viabilidade social, ambiental e estratégica passa pela observância das premissas básicas de um projeto bem sucedido, a fim de que tenha sustentabilidade. Uma dessas formas seria a isenção do ICMS ou uma redução ou equiparação ao diesel, por parte do Governo Estadual, já que o Federal fez a sua parte. Esse seria um grande passo para que os produtores do biodiesel passassem a ter o incentivo necessário para montar plantas, senão, em 2008, não haverá planta de biodiesel. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento são exibidos slides.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. Informo ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando-se as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

A ata deste Ciclo de Debates, contendo a transcrição completa das exposições, será publicada no jornal "Minas Gerais", no caderno "Diário do Legislativo", na edição de 31/5/2005. Não serão fornecidas cópias das gravações do evento. Os interessados em gravar em vídeo poderão fazê-lo nas reprises do programa, as quais serão exibidas pela TV Assembléia no dia 4/6/2005, sábado, às 8 horas, e 5/6/2005, domingo, às 8 horas.

#### Debates

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida ao Dr. Miragaya, formulada pelo Sr. Júlio Bedê, da Consultoria da Assembléia Legislativa. "A PETROBRÁS vê o biodiesel como um simples aditivo para o diesel ou contempla, em seu planejamento estratégico, a expansão do uso até a possibilidade de comercialização livre do biodiesel 100%?"

O Sr. José Carlos Gameiro Miragaya - Ela não o vê como aditivo. Ele é também um aditivo. Quando falei em aditivo, quis dizer que o vê como implantação de um combustível. Não vai colocar 100%, porque é permitido hoje apenas a adição de 2%. Daqui a 7 anos e meio, será permitido adicionar 5%. Ela trabalhará conforme foi estipulado, pois não está liberada uma mistura maior do que esses percentuais. Não temos biodiesel nem oleaginosas plantadas para fornecê-lo em percentuais maiores. A PETROBRÁS pretende fazer essas misturas, como é praticada na maioria

dos países. A mistura de combustível puro não é muito praticada. Na França, é misturado o biodiesel ao diesel em percentuais. Na Alemanha, onde é permitido comercializá-lo puro, o grande consumo é o da mistura do biodiesel ao diesel, como no Brasil. A PETROBRAS pretende construir plantas de biodiesel para atender a uma parcela do mercado.

Ela não pretende monopolizar a produção de biodiesel, mas atender a uma parcela do mercado.

O Sr. Presidente - No planejamento estratégico da PETROBRAS, há a possibilidade de, após determinado período, haver comercialização de 100% do biodiesel?

O Sr. José Carlos Gameiro Miragaya - Está previsto 0,5% de energia renovável. Para maior utilização do biodiesel, esperamos extrapolar esse percentual, o que será proposto à diretoria. A PETROBRAS não pretende monopolizar o mercado de biodiesel, mas atenderá a uma significativa parcela do mercado. Se não houver produção, terá de trabalhar para atingir os 2% previstos em lei. Ressalto que nunca se pensou em monopólio. Há outros fabricantes, entre eles o Sr. Artur, que já trabalham adequadamente.

O Sr. Aurineide Rodrigues Pereira - Na região de Manhuaçu, Leste de Minas, chegaram pessoas doando sementes e fazendo um contrato de compra com os produtores. Elas argumentaram, inclusive, que a mamona fixa nitrogênio e tira nematóide da lavoura de café. Como os produtores irão pulverizar suas lavouras com aquele monte de mamona no meio? Como ficarão os lucros, levando-se em conta que a mamona fica no ponto de colher no momento da safra do café? Este já tem deficiência de mão-de-obra. Alguns trabalhadores rurais chegam a ganhar R\$40,00 por dia. Disseram que o SEBRAE tem parceria nesse projeto. Os contratos prevêem a doação das sementes e garantem a compra e assistência técnica. As propagandas informam que o quilo da mamona chegará a R\$1,00. Se a extração é de apenas 58% de óleo, qual será o preço do litro do produto? Sou Diretor da FETAEMG e tememos que os produtores seja lesados. Quem poderá esclarecer os fatos?

O Sr. Artur Augusto Alves - Não sei que projeto é esse. Esclareço que não somos contra a mamona, mas contra seu uso como combustível. O óleo de mamona é extremamente nobre e tem vasta aplicação no mercado internacional. Nos EUA é considerado matéria-prima estratégica.

Para fazer biodiesel e ser competitivo com o diesel, é preciso baixar o preço da matéria-prima. Se forem montados projetos para inclusão social, com base na mamona como óleo vegetal, apoiaremos. Mas, para biodiesel, não.

O que pouca gente sabe é que a torta da mamona é extremamente tóxica, além de não valer nada. Demora 60 dias para fermentar e perder a toxicidade. Em processos industriais, esse tempo é reduzido para 40 dias. Quando se usa torta como adubo, sem fazer a desintoxicação, ela até combate a nematóide, mas mata todas as bactérias e fungos responsáveis pelo equilíbrio da fertilidade do solo. A mamona mata tudo no solo.

O Sr. José Carlos Gameiro Miragaya - O preço do café varia muito. O Prefeito de Varginha me disse que, há três anos, a saca do café chegou a um preço muito baixo. Não estamos dizendo que uma planta de oleaginosa substituirá outras plantações. Devemos trabalhar consorciados, como existe mamona com feijão (...), café com outra oleaginosa. O importante é plantar oleaginosa para produzir biodiesel. Não vamos fixar em uma determinada oleaginosa, pois o melhor biodiesel é de um "blend" de várias oleaginosas. Uma tem viscosidade melhor, outra tem um ponto de fulgor melhor, etc.

Quanto à entrega da semente, não sei como foi feita a distribuição, mas é preciso plantar a oleaginosa sem desviar nenhuma cultura, trabalhando em consórcio, nunca em substituição de determinada cultura. Penso que todos pensam assim, trabalhar em conjunto aumentando a rentabilidade do agricultor.

O Sr. Aurineide Rodrigues Pereira - Estão consorciando a mamona com o café, dizendo que não são concorrentes e que a mamona fixa nitrogênio no solo. Mas se esquecem de dizer que, quando ela vinga o grão, tira de novo. Não podemos justificar o erro do Governo de não fixar um preço mínimo para o café, plantando outra cultura dizendo que trará benefícios. O uso da mamona nas lavouras de café impossibilitará o produtor de dar ao café o trato necessário, caindo a produção. A mamona, mesmo que seja um pouco rentável, não substituirá o café. Na região, há basicamente monocultura, mas que tem dado resultado. Quando o preço do café está coerente, os produtores têm grande lucratividade. Quando o preço baixa muito, ocorrem perdas.

A empresa Prest-Ação Agro, localizada em Divino, próximo a Carangola, em vez de pedir aos produtores para usarem as famosas palhadas, incentiva-os incorretamente. Os técnicos não conhecem nada de café. Eles mesmos dizem que nada conhecem de café, e sim de mamona. Parece-me que não conhecem de planta de mamona, pois foram lá apenas para entregar o produto e não voltaram para prestar assistência técnica. Quando chega o mofo branco ou outro tipo de doença na região, eles pedem para falarmos na rádio os procedimentos que o produtor deve tomar. Isso não faremos.

O Sr. José Carlos Gameiro Miragaya - Entendi a pergunta. O consórcio café com mamona está sendo praticado em Varginha, com o auxílio da Universidade Federal de Viçosa. Não sou técnico no assunto, não sou engenheiro agrônomo, nem trabalho com terra, portanto, não sei o suficiente. Acredito que o pessoal de Viçosa já estuda o assunto, não em grandes plantios, mas sabem desse consórcio. Eles não reduzem a planta de café, e sim aumentam. Não posso me referir a esse fato específico ocorrido em Divino, mas o pessoal da UFV pode ajudá-los.

O Sr. Wilson Luiz da Silva - Com base na intervenção do Sr. Aurineide, sugiro a criação de uma comissão. A nossa federação se propõe a participar e puxar a discussão na base da organização, porque, de agora para frente, acontecerá muita coisa em prol do desenvolvimento e da geração do emprego. Amanhã, quando o produtor enfrentar algum problema, pulará fora do barco.

Lembro-me da época de Serra Pelada, da redenção do ouro no Brasil, todos queriam ir para lá tirar um pedaço de ouro. E o que virou Serra Pelada? Acredito que temos de achar um meio termo, ter muito cuidado. Acrescento que a EMATER deve participar dessa comissão, pois ela está organizada em todo o Estado. Precisamos realizar essas discussões nas diversas regiões, porque pessoas que não participam de fóruns como este podem querer tirar proveito da situação.

Preocupou-me particularmente o que disse o Sr. Artur, Presidente da BIOBRÁS, que o agricultor tem um pocinho de petróleo no seu quintal. Temos de ter cuidado, porque o agricultor pode derrubar o café, acabar com tudo, por considerar que a mamona será a salvação da sua lavoura; não é bem assim. A agricultura cresce por meio da diversidade, pelo conjunto do que produz. Tem de haver equilíbrio. Pode-se plantar mamona onde não há café, feijão ou arroz, mas não se pode tirar o espaço de outra planta. Não podemos substituir um produto por outro.

Sr. Presidente, reforço a importância da criação de uma comissão para discutirmos esse assunto com as pessoas interessadas.

O Sr. José Silva Soares - Sr. Aurineide, entendo sua preocupação. Disse que temos de evitar os modismos na agricultura. Concordo com a participação do Governo do Estado, por intermédio da EMATER, na comissão.

Solicito ao MDA - depois o Dr. Arnaldo pode se pronunciar - que a Delegacia da Agricultura Familiar de Minas Gerais conte com um

representante nessa comissão. Espero que a criação da comissão interinstitucional saia deste seminário, para darmos seqüência às resoluções dos dois seminários realizados, senão ficaremos apenas na discussão do assunto. O Governo de Minas, além de sugerir a entrada do MDA, participará dessa comissão, por meio da EMATER. Ressalto que essa comissão tomará conhecimento dos problemas das regiões do Estado e dará os encaminhamentos necessários.

O Sr. Presidente - Dr. José Silva, com certeza, esta Casa dará continuação a este seminário. Promoverá outras ações por intermédio de suas comissões permanentes, dentre as quais a Comissão de Política Agropecuária, de que é membro o Deputado Padre João, que está aqui presente. Participaremos das discussões de temas tão relevantes, como foi falado agora. Oportunamente, Deputado Padre João, iremos conversar para saber como agir rapidamente. Com a palavra, o Deputado Padre João, que é um batalhador pelas causas da agricultura, sobretudo da agricultura familiar. Há bastante tempo, trata, nesta Casa, do tema do biodiesel.

O Deputado Padre João - Obrigado, Deputado Márcio Kangussu. Fico preocupado com o fato de haver alguns desencontros. A própria Mesa nos deu a entender isso. Quanto a essa política, não há clareza. Não será por meio do ciclo de debates que resolveremos essa questão. Esta Casa poderá oferecer outras possibilidades por meio das comissões permanentes ou até de uma Comissão Especial, que terá 60 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, para realizar determinado trabalho. Assim, teremos condições de elaborar uma proposta capaz de abranger a situação não só em nível de Estado, mas também em nível de País.

O Estado de Minas Gerais, em razão das diversidades - temos as regiões do semi-árido, do Sul de Minas e da Zona da Mata -, exige um trabalho detalhado. Fiquei em dúvida. O Artur trouxe dados sobre diversas oleaginosas. Durante sua fala, fez referências ao pinhão-manso, que é nativo da Zona da Mata. Não possuímos dados com relação aos custos. Preocupamo-nos com essa questão. Será que o pessoal do Norte de Minas não ficará frustrado com a mamona?

Preocupamo-nos com o custo, em virtude dos próprios dados que a Mesa expôs. Tememos ter de pagar para produzir o biodiesel oriundo da mamona. Essa questão merece um estudo aprofundado. Por isso, pretendo apresentar um requerimento. Qual é a composição desse grupo de trabalho? Não seria mais eficiente formarmos uma Comissão Especial para debater o assunto? Há, em tramitação nesta Casa, um projeto de lei do Deputado Gustavo Valadares, que recebeu um substitutivo do Deputado Márcio Kangussu. Há também um substitutivo de minha autoria, que está na Mesa desde maio do ano passado. Está parado, ainda não veio a Plenário.

A consultoria poderia nos ajudar. Precisamos saber se não seria melhor formarmos uma Comissão Especial para debatermos a instalação dessa política no Estado. Obrigado.

O Sr. Presidente - Informo que a Câmara Municipal de Joáima, por meio da TV Assembléia, está participando deste ciclo de debates. O Presidente da Câmara, Vereador Joselito Andrade Nunes, alguns Vereadores e vários pequenos produtores rurais encaminharam a pergunta ao Dr. José Silva: "Com a descoberta de alguns produtos característicos de cada região que servem à produção do biodiesel, gostaríamos de saber do ilustre Presidente se está nos planos do Governo do Estado conceder estímulos, por meio de subsídios, ao agricultor para o cultivo da mamona, uma vez que se trata de uma planta nativa, característica da nossa região e adequada à produção do biodiesel".

O Sr. José Silva Soares - Caro Presidente Joselito, o Governo de Minas, em parceria com os Governos Federal e Municipais, está, sim, cumprindo o seu papel. É preciso nos lembrarmos de dois aspectos.

Primeiro, como o Deputado Padre João falou, o agricultor não pode fazer testes. Eu também disse isso na minha apresentação. A pesquisa que a EPAMIG está desenvolvendo do pinhão-manso, na região de Janaúba, com parceria do MBA, indicará ao agricultor qual a melhor tecnologia e melhor fonte. Isso foi dito também pelo representante da PETROBRAS.

Segundo ponto: o Governo está revitalizando a EMATER, possibilitando, inclusive em Joáima, alguns programas interessantes, para que possamos apoiar melhor o agricultor, levando informação até ele, incentivando-o para que se organize. Não adianta lhe oferecermos qualquer programa, se ele não estiver organizado, sob risco de ocorrer o que aconteceu na região da Zona da Mata, aqui relatado por nosso colega.

O Governo de Minas preocupou-se em fazer um primeiro seminário com todas as instituições do Estado, com os Governos Estadual e Municipal, para que o programa de biodiesel não fosse um modismo, mas uma realidade. Trata-se de compromisso e responsabilidade do Executivo e do Legislativo fazer com que as políticas públicas sejam sustentáveis e não deixem os agricultores, como em épocas passadas - no semi-árido ou semi-úmido, depende da língua portuguesa -, com muita mamona debaixo da cama. Todos sabem que isso ocorre no Norte de Minas. Nosso Governo, em parceria com os Governos Federal e Municipal, tem ação responsável.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Quero entregar ao Presidente da Mesa, que, neste ato, representa o Presidente da Assembléia Legislativa, o resultado do primeiro seminário, com todo o conteúdo das palestras, assim como ao Dr. Arnoldo, uma das pessoas que mais conhece o valor do biodiesel como política pública de inclusão social no Brasil, que, neste ato, representa o Governo Federal. O Dr. Arnoldo tem viajado por todo este País. Em seu nome, quero cumprimentar todos os membros do Governo Federal, cuja parceria agradeço. Também entrego cópia ao Dr. Vilson Luiz da Silva, que representa a FETAEMG, falando em nome da agricultura familiar no Brasil. Trata-se de um segmento muito importante. Realmente, é necessária a nossa união em prol dessa política pública extremamente importante para a agricultura familiar.

O Sr. Presidente - Dr. Miragaya, há perguntas sobre algumas questões já abordadas por V. Exa., mas, se existem indagações, é porque ainda pairam dúvidas sobre o assunto. Lerei cada uma para que V. Exa. possa escolher a melhor forma de responder a elas.

De Antônio Eustáquio Rios dos Santos: "Qual a perspectiva de volume de produção e data de entrada em operação efetiva da planta da PETROBRAS na cidade de Araçuaí?".

Nesse mesmo teor, existe uma pergunta do Vereador Roberto Gonçalves, da Câmara Municipal de Joáima: "Qual o andamento dos estudos para instalação de unidades de produção do biodiesel no vale do Jequitinhonha?".

Pergunta de Cássio Fonseca: "Baseado na afirmação de que a PETROBRAS irá produzir biodiesel, a fonte de matéria-prima será a agricultura familiar? Qual o percentual da agricultura familiar no processo da PETROBRAS? Existe alguma planta produtora da PETROBRAS que utiliza etanol ou metanol no processo?"

Pergunta de Márcio Cerqueira, representante da Prefeitura de Belo Horizonte: "Dr. José Miragaya, o senhor citou um tipo de diesel com 500ppm de enxofre. Pergunto que tipo é esse e se ele se dirige a uma fatia específica do mercado, por exemplo, o transporte coletivo?"

O Sr. José Carlos Gameiro Miragaya - Obrigado pelas perguntas. Com relação à planta de biodiesel da PETROBRAS, ainda não foi à diretoria. A planta não gera muito emprego. A geração de emprego é no campo. É importante que haja uma planta próxima para o agricultor produzir. Não dá para atender a todas as cidades do Brasil. Espero que as plantas atendam a algumas regiões. Não está ainda definida uma planta em

determinada cidade.

Antes, é preciso estudar a logística de escoamento, de produção, de transporte, etc., para se colocar a planta em determinada região para atender ao maior número de municípios possível. O vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas são regiões prioritárias para a geração de emprego. O Presidente Lula tem falado muito nessa região. A PETROBRAS está estudando essa região, mas não especificamente determinadas cidades. É preciso ver como se pode abranger o maior número de cidades para gerar o maior número de empregos no campo.

Se a PETROBRAS está trabalhando para a geração de emprego no campo, tentaremos trabalhar, o máximo possível, na agricultura familiar. O Arnaldo e o Jorge estão aqui e estamos trabalhando juntos. Trabalharemos preferencialmente na aquisição das sementes para determinadas plantas que serão produzidas pela PETROBRAS, mas de comum acordo com a MDA para atender prioritariamente à agricultura familiar.

Será apenas a agricultura familiar? Na medida do possível, atenderemos a toda a agricultura familiar. Com relação à oleaginosa, trabalharemos a melhor oleaginosa para aquela região. No protocolo que assinaremos com o Governo de Minas, a EMATER, os órgãos de pesquisa, a EMBRAPA e a Secretaria estudarão a melhor oleaginosa para determinada região. O Estado de Minas será mapeado para atender à produção. É preciso saber qual tem maior produtividade para determinada região. Isso localmente.

Não se pode comparar a produtividade de uma região semi-árida com a de uma região que tem índice pluviométrico maior e condições climáticas melhores. É preciso saber qual a melhor oleaginosa para cada região. O pinhão-mansão, como dizem, uma agricultura perene, e o algodão têm de ser estudados para a região que tem índice pluviométrico menor. Os órgãos técnicos que trabalham com a agricultura estudarão as condições.

Não há limitação. Não será apenas a mamona, o pinhão-mansão ou o algodão. Será a planta que gerar maior produtividade e remuneração para o trabalhador. Para isso, é preciso um biodiesel o mais em conta possível na hora da venda, no mercado, que é de responsabilidade da BR.

Como fonte de matéria-prima, é melhor a agricultura e será preferencialmente a agricultura familiar. O percentual será determinado, dependerá de onde será a planta e se tentará trabalhar com o máximo possível de agricultura familiar. Se atingirmos toda a agricultura familiar e ainda houver necessidade de comprar fora, isso terá de ser feito. Compram-se 100% de produto oriundo da produção familiar e o que faltar deverá ser comprado dos grandes produtores, mas deve-se dar preferência à agricultura familiar.

Pergunta-se qual é o andamento dos estudos para a instalação de uma unidade de produção no vale do Jequitinhonha. O Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri são uma região prioritária, e estamos estudando onde será melhor. A PETROBRAS está analisando a situação, mas a diretoria executiva deve aprovar as plantas.

Como existe o diesel metropolitano com 2.000ppms, está-se realizando um trabalho. Não sei se algumas cidades estão utilizando esse diesel, que polui menos. Talvez Belo Horizonte tenha sido contemplada com esse diesel. Creio que o Dornelles possa responder a essa questão. A finalidade é diminuir as emissões de enxofre num determinado grande centro.

O Sr. Ricardo Gusmão Dornelles - O Diesel S-500 foi homologado pela Agência Nacional do Petróleo há um mês e meio, atendendo às resoluções do CONAMA. Foram traçadas as regiões metropolitanas onde o Diesel S-500, que contém menor teor de enxofre, será utilizado. As grandes metrópoles, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, estão utilizando esse diesel, que visa à melhoria da qualidade de combustível no País.

Atualmente, há um trabalho coordenado entre os Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia, a Agência Nacional do Petróleo e as entidades fabricantes de veículos automotores, cuja finalidade é trazer a especificação do combustível brasileiro aos âmbitos internacionais de emissão de enxofre, que são muito mais restritivos na Europa que no Brasil.

O Diesel S-500 é um passo que está sendo dado para se trazer esse combustível de melhor índice de enxofre, antecipando o cronograma inicialmente estabelecido.

O Sr. Arnaldo Campos - Serei breve, pois já me manifestei. É importante a iniciativa do Presidente do EMATER e dos companheiros da FETAEMG de formar grupos de trabalho no Estado. Esses grupos devem trabalhar duas funções importantes que envolvem diretamente a Assembléia, uma delas o (...) regulatório programa estadual. A Assembléia não deixará de discutir isso. A política tributária estadual, os mecanismos de fomento e as políticas públicas necessariamente passam por esta Casa, onde devem ser tratados.

Do ponto de vista do Executivo, é importante que se organize um grupo de trabalho que envolva os Governos Federal, Estadual e Municipais, na medida do possível, para tratarmos das situações abordadas. O agricultor, quando recebe um sindicato dos trabalhadores rurais, uma cooperativa, uma associação, não recebe o empresário para negociar o contrato. Como toda categoria, há empresários sérios e os que não são. O empresário não vem com um crachá que diz que é "picareta".

É importante que haja esse grupo de trabalho no Poder Executivo para acompanhar essas situações e fazer o levantamento de informações a respeito da empresa, seu histórico e o lastro que possui para cumprir o contrato; porque é um papel assinado e, mesmo em cartório, pode não significar nada, porque depois, se você tentar resgatá-lo e o sujeito não tiver patrimônios em seu nome, não será possível fazê-lo honrar aquele contrato. Isso é muito importante, porque indica um momento de transição para uma política que visa à obrigatoriedade do uso desse combustível. Durante essa etapa de transição, o mercado é relativamente pequeno, portanto, não há espaço para todos. Não adianta sair plantando por aí. Infelizmente, alguns políticos estão articulando-se e distribuindo sementes. Alguns Governos Municipais e Estaduais se preparam para distribuir sementes às vésperas de um ano eleitoral. Fazer essa distribuição sem um arranjo produtivo constitui crime contra o agricultor, porque ele plantará sem assistência técnica e sem comprador e depois baterá na porta dos Governos Estadual e Federal pedindo-lhes para comprar essa mamona. Portanto, em nome do Governo Federal, damos o alerta: não plante sem ter um comprador, que deve ser sólido, ter lastro e nome limpo na praça. Caso contrário, serão repetidas algumas situações como as ocorridas aqui mesmo, em Minas Gerais, e em várias regiões do País.

Quanto às oleaginosas, temos acompanhado o trabalho do Sr. Artur, que está na linha de frente desse processo tecnológico de produção de biodiesel. Cada região tem uma vocação. Então, não adianta levar em consideração o custo do óleo da mamona no exterior e calcular o preço do biodiesel, senão teremos de fazer o mesmo com o girassol e a soja, cujos óleos também possuem preço elevado. É preciso colocar tudo numa planilha e verificar quais são as oleaginosas mais adequadas para cada região. O Governo Federal considera a mamona um potencial importante, porque é uma planta que tem custo de produção relativamente baixo e, se for produzida em pequena quantidade, pode agregar valor à renda da família, assim como o girassol, o dendê e o pinhão-mansão, que está sendo pesquisado; por isso é necessário considerarmos dados legitimados, testados e verificados, para que possamos tomar as decisões corretas.

Mantemos várias parcerias com a EMATER e faremos outra na área do biodiesel, para que haja um serviço de assistência técnica e um acompanhamento adequado para o produtor; assim como com a EPAMIG, que também está desenvolvendo trabalho de levantamento técnico

de cada oleaginosa. Para se ter idéia, essa empresa, com o Governo Federal, está testando 15 variedades de mamona, além do pinhão-mansão em diferentes regiões, com o objetivo de concluir esse levantamento técnico, que é fundamental. Precisamos de dados transparentes e confiáveis, para que futuramente não sejam tomadas decisões equivocadas que prejudiquem o agricultor ou que gerem combustível sem viabilidade no mercado. A EMBRAPA está fazendo a mesma coisa, ao testar diferentes variedades de dendê, girassol ou mamona. Isso está sendo feito de maneira intensiva, para que possamos tirar o atraso em termos tecnológicos e oferecer opções ao agricultor, permitindo-lhe agregar valor.

O Governo Federal, seus técnicos e a nossa delegacia se colocam à disposição deste Poder Legislativo para somar esforços e monitorar a implantação do programa.

O Sr. Presidente - Pergunta do Fernando Sávio ao Sr. Artur: "Uma indústria só processa um tipo de oleaginosa?"

O Sr. Artur Augusto Alves - Como dissemos anteriormente, isso depende da tecnologia aplicada. A nossa tecnologia, que, aliás, é patenteada e está cadastrada no FINAME, processa qualquer oleaginosa. Então, a fábrica tem de ser assim, para que funcione o ano inteiro e processe o que chegar.

Farei uma referência ao que o Arnaldo disse anteriormente, porque aquele preço não foi calculado pelo preço internacional do óleo de mamona. Na verdade, foi calculado o preço por tonelada da baga de mamona, que é o preço de mercado da baga.

O Sr. Arnaldo Campos - Sr. Artur, onde?

O Sr. Artur Augusto Alves - Na planilha, há o preço da baga de mamona, e não o preço internacional do óleo de mamona. O custo de biodiesel é baseado no preço atual de mercado da mamona. A única maneira de abaixar o custo do biodiesel de mamona é pagar mais barato ao agricultor.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Lucas Carneiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA-MG, para questionamento oral.

O Sr. Lucas Carneiro - Há aproximadamente nove meses acompanhamos o biodiesel e sempre observamos as apresentações do cenário do dia. Indago do Sr. Artur, da PETROBRAS e do MDA se já não há perspectiva para 2007, 2009, 2011 e 2013 do valor do barril de petróleo e do próprio grão. Há a perspectiva do aumento da produção da área e do volume da produção. A diminuição do custo de produção por área, o aumento da produtividade... É preciso analisarmos essa relação de oferta, de equilíbrio e de potencial econômico para sabermos se realmente a mamona será viável hoje ou daqui três anos. Da forma como está, o primeiro plantio iniciar-se-á com as águas. Certamente isso será mais sólido na safra dos próximos anos: 2006 e 2007; portanto seria importante mostrar essa perspectiva para termos noção de como isso caminhará.

O Sr. Artur Augusto Alves - O biodiesel foi lançado com extrema competência pelo Governo Federal; porém, ainda faltam os arranjos produtivos. Atualmente, não há um mercado comprador de biodiesel. Uma indústria que fabricará biodiesel não tem para quem vendê-lo. Infelizmente, as distribuidoras ainda não o compram devido aos impostos e aos problemas de custo do biodiesel. Todo início de tecnologia é muito caro. Por exemplo, ninguém compra uma TV digital no seu lançamento, pois o custo de R\$10.000,00 é alto. Isso ocorre também com o biodiesel. Inicialmente, o seu preço é caro devido ao custo de implantação da fábrica; portanto as distribuidoras não desejam comprá-lo. Aliás, ele ainda não é obrigatório. Como montar programas, garantindo compra e preço, se não há quem compre o produto final? Essa cadeia produtiva deve ser montada com competência, promovendo-se incentivos.

A melhor matéria-prima é a que agrega valor ao agricultor, que deve ser bem-remunerado. Por exemplo, acreditamos extremamente no pinhão-mansão. Temos projetos irrigados que produzem 12t por hectare. Essa cultura é perene e própria para o pequeno produtor.

É muito difícil dizer se a mamona será viável justamente porque ainda não há uma cadeia produtiva montada. As distribuidoras não estão comprando. Hoje o nosso caminho é a exportação. Não sei se retornaremos ao mercado interno. Há impostos, mas não exportação. A mamona pode ser viável, desde que agregue valor ao agricultor. Ninguém pode deixar de plantar alimento para plantar combustível. Qualquer planta é viável quando agrega valor ao pequeno agricultor. Corremos o risco de não ter B2 em 2008 para promover a entrega devido à demora da montagem dessa cadeia. Como as distribuidoras não compram biodiesel, os empresários não montam fábrica.

O Sr. Ricardo Gusmão Dornelles - De fato, ninguém tem uma bola de cristal para acertar aonde chegará o preço do petróleo. A perspectiva do preço de petróleo talvez seja uma das coisas mais difíceis de planejar. O que se pode dizer com alguma chance de acertar é que o preço do petróleo mudou de patamar; ultrapassou a barreira dos US\$50,00, deve baixar, mas mudou de patamar. Não voltará para baixo dos US\$20,00 nem chegará aos US\$8,00, como há pouco tempo. Há menos de cinco anos, o preço do barril de petróleo estava abaixo dos US\$10,00. É certo que mudou de patamar. O patamar em que ele pode ficar, em torno de US\$28,00 e US\$35,00, mais baixo, já acarreta alguma viabilidade para o biodiesel.

Estamos falando de um produto que está começando, mas as culturas agrícolas já se fazem há algum tempo. A queda do preço do álcool, comparando-se o preço do início do PROALCOOL com o de agora, não será na mesma proporção com o que ocorrerá com os preços agrícolas, se for comparado, por exemplo, com o que ocorreu com a soja. Não sou agricultor, não sou agrônomo, mas o que tenho visto nas exposições é que a diferença tecnológica agrícola de hoje é muito menor que a do ano passado. Certamente conseguiremos ganhos expressivos em termos de produtividade agrícola. Algumas culturas que hoje não têm um desenvolvimento maior, até porque ficou parado em algum centro de pesquisa, como é o caso do pinhão, com a retomada da pesquisa, devem-se conseguir ganhos maiores.

Quanto ao preço do biodiesel, posso relatar o depoimento de um trabalho que foi contratado a pedido do Ministério de Minas e Energia, especificamente para a mamona, no semi-árido nordestino, o que levou a custos de produção de biodiesel da ordem de R\$1,25, R\$1,27 por litro, sem impostos. Por mais que esses números sejam contestados, que as planilhas tenham mudado alguma coisa, são custos sem tributos que dariam uma certa competitividade com o preço do diesel com tributos. Estamos falando de diesel, um combustível derivado de petróleo, que já tem um mercado estruturado, tem uma cadeia de tributos, é uma importante fonte de receita para os governos. Portanto, não se vai tirar tributo de diesel. O biodiesel, sem tributos, pode estar próximo do preço do diesel. Os números que o Sr. Artur apresentou mostram alguma coisa de R\$1,00, salvo engano, de custo, sem nenhum ganho. Se esses números são dessa forma, podemos prever que, à medida em que esse mercado começar a fluir mais facilmente, com essas negociações, com o entendimento dessas formações de preços, o entendimento de formação dos arranjos produtivos, o Governo Federal entende que estamos muito próximos de um preço competitivo.

Quando se mostrou o preço do biodiesel na Europa, 89 centavos de euro, ou seja, quase R\$4,00 por litro, penso que é um exemplo totalmente distante da nossa realidade. Se o preço do diesel no Brasil fosse R\$4,00, todos os produtores de biodiesel estavam mais satisfeitos, mas a economia do País certamente estaria um caos.

Quando o Governo lançou o programa, focou um incentivo na mamona e na palma porque são matérias-primas de utilização de mão-de-obra intensiva que certamente faltarão a promoção de novos postos de trabalho. Ninguém está querendo deixar de produzir gêneros alimentícios para competir com a produção de biodiesel. Uma característica da agricultura familiar que aprendi com o Arnoldo é exatamente a diversidade da produção. O agricultor familiar não vai colocar toda sua produção em um único produto, numa única cesta.

Em todo trabalho do Governo focando a agricultura familiar, exatamente nessa linha, haverá uma diversidade, uma garantia de renda ao agricultor naquilo em que ele é especialista, ou seja, ele terá suas produções ajustadas dentro dos respectivos mercados.

No que toca à questão do preço, sobretudo à falta de mercado, de fato, o mercado combustível no País não tem preço tabelado mais. Todos os preços da cadeia de produção e distribuição de combustíveis são livres. Não há nenhum tipo de preço controlado, assim como não há nenhum tipo de subsídio a qualquer combustível neste País. Esse é o mercado em que o biodiesel entrará, e o Governo acredita que ele pode entrar de forma competitiva e sustentável.

A política de desoneração tributária veio em busca de uma agricultura familiar como forma de viabilizar condições mais econômicas para a produção do biodiesel. Não se trata simplesmente de haver uma desoneração ampla, total e irrestrita de tributos, mesmo que, do ponto de vista do combustível, isso seja mais fácil de ser feito. Havendo uma desoneração, comercialmente falando, todos os grandes grupos empresariais teriam mais facilidade com o combustível, sem precisar buscar a parceria com a agricultura familiar. Mas essa não foi a decisão do Governo Federal, que criou um modelo para se buscar a agricultura familiar. Segundo os estudos que temos, acreditamos que esse modelo terá condições de ser competitivo nesse curto espaço de tempo.

A primeira produção comercial foi a do Sr. Artur há um mês e meio. As negociações estão acontecendo, mas precisamos, sem sombra de dúvida, fazer um arranjo produtivo completo, da produção ao consumo. Foi falado hoje de manhã sobre a possibilidade de se estruturarem as frotas cativas, as frotas metropolitanas de ônibus das grandes empresas e, eventualmente, algum tipo de transporte ferroviário, além da cotização de tudo isso para o início de uma produção mais efetiva.

Reafirmo que, do ponto de vista do Governo Federal, acreditamos plenamente que a mamona é uma alternativa importante para o País, principalmente nas regiões onde outras culturas sofrem uma dificuldade no que tange ao potencial agrícola. Não se trata de substituir a mamona por alguma outra coisa, e sim de levar alguma coisa aonde se tem muito pouco ou quase nada hoje.

O Sr. Presidente - Obrigado. A seguir, lerei duas perguntas encaminhadas ao Sr. Vilson.

A primeira é da Adriana, do Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva: "Como assegurar a participação da agricultura familiar para além da posição subordinada de produção de matéria-prima, garantindo o apoio à comercialização?"

A segunda é do nosso consultor Júlio Bedê: "A FETAEMG possui um posicionamento claro sobre o papel do trabalhador rural no processo de construção de uma cadeia produtiva do biodiesel? O senhor julga viável que o agricultor seja fornecedor de grãos?"

O Sr. Vilson Luiz da Silva - Em primeiro lugar, é preciso acreditar e confiar no nosso taco. Qualquer projeto a ser implementado, se não julgarmos estar participando dele, jamais faremos parte dele.

É preciso dizer que, neste País, o agricultor familiar é um trabalhador e precisa produzir com sua esposa, filhos, nora e genro. Ele não é um empresário, que pode pagar e não precisa pegar no batente.

O papel da Federação e do movimento sindical é outro. Hoje temos que sair de trás do balcão e parar de fazer discurso. Precisamos buscar a organização da categoria. Não podemos ficar a vida inteira apenas produzindo alimentos, pois será necessário escoar e exportar. Mudaremos esse conceito apenas com uma organização maciça. A Federação está investindo em assessorias técnicas, específicas e qualificadas para ajudar no processo. O dirigente sindical tido como atuante, há alguns anos, era aquele que subia no banquinho, fazia um grande discurso e recebia muitas palmas, mas, hoje, a nossa Federação tem que ser uma grande prestadora de serviços para a categoria que representamos no município, no Estado e na União. Não tenho dúvidas de que temos de estar inseridos no processo.

O Sr. Júlio pergunta: "A Federação possui um posicionamento claro sobre o papel do trabalhador rural no processo de construção da cadeia produtiva?". É claro que sim. Não podemos julgar, como sempre aconteceu, o trabalhador como um cidadão de segunda ou terceira categoria. Ele é um cidadão de bem, e queremos torná-lo um grande empresário amanhã, mesmo que seu estabelecimento seja pequeno, respeitando toda a diversidade da agricultura familiar. Minas Gerais, Arnoldo, é um Brasil. Aqui temos o Rio Grande do Sul, o Nordeste, Mato Grosso, enfim, tudo. Precisamos aprender a trabalhar com toda essa diversidade, pois não é possível engessar políticas para o nosso trabalhador e "enfiá-las goela abaixo".

Esse é um posicionamento claro. Por que o agricultor familiar não pode ser um produtor de grãos? É algum crime ele ser um produtor ou exportador de grãos? Assim estará contribuindo para o nosso Brasil: além de gerar alimentos, gerará divisas e emprego e mudará nossa história. O Brasil pagou muito caro acreditando que o trabalhador não tinha capacidade, e o nosso papel, como entidade de classe, é criar esse estímulo. Se o biodiesel é um projeto bom, se a produção da mamona, do girassol, do dendê, etc. é viável, por que não trabalhar neles?

Esse é o nosso papel. A era do palanque acabou. Precisamos ter projetos e ser capazes de fazer essa grande transformação dos nossos trabalhadores e agricultores. É preciso engajá-los nesse programa, para que amanhã exportem os seus produtos. Não podemos ter a visão de que a agricultura familiar deve produzir apenas para a sua subsistência. Sou agricultor familiar e fui criado ouvindo o seguinte: você tem que produzir feijão, mandioca e milho para comer. E as outras coisas, como ficam? Precisamos mudar esse conceito. Sem perder a concepção do agricultor familiar, precisamos transformá-lo no pequeno grande empresário rural.

O Sr. Presidente - Temos agora questões dirigidas ao Dr. Milton Nogueira. A primeira é do Sr. Baquez Vladimir, da Ação Natureza - Brasil: "A produção de biodiesel permite simultaneamente captar CO<sub>2</sub> na produção agrícola e evitar a emissão de CO<sub>2</sub> no consumo do diesel equivalente? Favor explicar melhor a dupla vantagem".

A outra pergunta foi encaminhada pelo Júlio Bedê, da nossa Consultoria: "O senhor poderia comentar a estratégia para a produção em alta escala do biodiesel, sem que se faça concorrência com a produção de alimentos, como, por exemplo, no caso da madeira?"

O Sr. Milton Nogueira da Silva - Obrigado pelas perguntas. Em primeiro lugar, a dupla contagem entre a captação de gás carbônico no crescimento da planta e, depois, a substituição de fósseis ocorre de duas formas: quando está crescendo, a planta capta CO<sub>2</sub>, seja para produzir biodiesel, seja para produzir álcool, seja em uma floresta. Portanto, qualifica-se para o crédito de carbono. Por outro lado, todo processo, sistema ou qualquer forma de funcionamento da sociedade que diminua o consumo de combustíveis fósseis, por exemplo, a gasolina, também se qualifica. O biodiesel qualifica-se dos dois modos: no crescimento da planta, que capta CO<sub>2</sub>, e na substituição do combustível fóssil,

o diesel.

A segunda pergunta é a seguinte: quais as formas de se trabalhar na agricultura evitando-se a competição entre alimentos e energia? Não sou o mais qualificado para respondê-la, mas já existem experiências de consorciamento de cultivos; por exemplo, planta-se floresta e, enquanto está crescendo, planta-se algo para produzir energia.

Como ocorre na Europa, a política de incentivos agrícolas qualifica cada uma das plantas, e há cotas por região e por tipo de agricultura, de maneira a impedir essa competição ou deslocamento da produção de alimentos. A questão é resolvida tanto pela viabilidade econômica de formas modernas de gestão da terra quanto pela política agrícola de cada região.

Os meus colegas da Mesa estão muito mais qualificados para responder a essa questão, que parece crítica em se tratando de Brasil, que tem potencial para produzir alimentos e combustíveis líquidos.

O Sr. Presidente - Obrigado. Esta é a última pergunta dirigida ao Dr. Dornelles: "Qual o órgão que está coordenando a implantação desse projeto de produção de biodiesel? Esse órgão possui informações técnicas sobre a produção da planta oleaginosa e a construção e operação da usina para o seu processamento?"

O Sr. Ricardo Gusmão Dornelles - O órgão que coordena a implantação do projeto é o Ministério de Minas e Energia, que coordena o grupo gestor. Pela manhã, disse que o Presidente Lula baixou um decreto em 23/12/2003, recomendando a adoção das providências necessárias para a produção e uso do biodiesel, depois que um grupo de trabalho procedeu ao estudo de sua viabilidade por seis meses. A partir desse decreto, criou-se uma Comissão Executiva Interministerial, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, e um grupo gestor, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e responsável pela operacionalização das diretrizes da Comissão Interministerial. Esse grupo gestor é composto por 14 ministérios e 4 empresas - a PETROBRAS, a BR Distribuidora, a EMBRAPA e a Agência Nacional do Petróleo, que é uma autarquia - e pelo BNDES. Obviamente não é o Ministério de Minas e Energia que detém o conhecimento sobre toda essa gama de informações, senão seríamos quase deuses.

O grupo é integrado por representantes de todos os Ministérios envolvidos: Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Fazenda, Ciência e Tecnologia, Planejamento e Meio Ambiente; portanto, congrega o conhecimento do Governo em todas as áreas necessárias para a implementação do projeto.

O Sr. Presidente - Há uma última pergunta da Sra. Valéria de Cássia Sílvia Guimarães, do BDMG, dirigida ao Sr. Miragaya. O que a PETROBRAS pensa do uso da mamona para produzir biodiesel? Qual o álcool utilizado na tecnologia de produção de biodiesel desenvolvida pela PETROBRAS?

O Sr. José Carlos Gameiro Miragaya - Tentaremos trabalhar com multioleaginosas e multiálcool - metanol e etanol. As plantas protótipos são desenvolvidas para se trabalhar com etanol, que apresenta mais dificuldades técnicas, e poder-se-á trabalhar com o metanol; no caso das oleaginosas, a mamona tem mais dificuldades técnicas. A partir da produção do etanol e da mamona, é possível desenvolver o biodiesel com quase todas as oleaginosas e tipos de álcool.

A escolha dependerá do lugar. Se a região produz mamona, ela será utilizada; se for girassol, idem, e assim por diante. Não há exclusividade. A PETROBRAS não construirá plantas com exclusividade, mas avaliará a viabilidade de acordo com a região. Sabemos que o etanol é renovável, assim como o biodiesel. Além de o metanol não o ser, consumimos tudo que é produzido e ainda temos de importar. No caso do álcool, pretendemos exportar. As dificuldades técnicas do álcool e da mamona estão praticamente vencidas.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 24/5/2005.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 24/5/2005

#### Presidência do Deputado Rêmolô Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.227/2005; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado André Quintão; aprovação - Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.228/2005; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 523/2003; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.529/2004; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.736/2004; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005; requerimento do Deputado Dilzon Melo; deferimento; discurso do Deputado André Quintão; votação do projeto, salvo emenda e destaque; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.175/2005; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2; declaração de voto - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.063/2005; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1 declarações de voto; questões de ordem; declaração de voto - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolô Aloise - Rogério Correia - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Édson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanessa Lucas - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Alberto Pinto Coelho, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

##### Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.227/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 4/2004. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À promulgação.

##### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

##### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão, solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.063/2005 seja apreciado logo após o Projeto de Lei nº 2.175/2005. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.228/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Tam Linhas Aéreas S.A. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 523/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Novo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.529/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Turismo. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.529/2004 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Turismo.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.736/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a política de incentivo ao uso da energia eólica e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.736/2004 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Turismo e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dilzon Melo, solicitando votação destacada da Emenda nº 1. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XXIII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em nome do Bloco PT-PCdoB, faremos um breve encaminhamento, até porque o próximo projeto, o Projeto de Lei nº 2.175/2005, foi objeto de priorização na pauta. É importante esclarecermos a nossa posição em relação ao Projeto de Lei nº 2.178/2005, que altera cláusulas de contrapartidas do Estado em autorização de empréstimo da ordem de R\$300.000.000,00 junto a organismos financeiros internacionais para o Projeto de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR.

Desde o início, destacamos a importância de um projeto mais abrangente. Minas Gerais não entrou no primeiro PRODETUR, mas no segundo, por meio do semi-árido, junto com o Estado do Espírito Santo. O PRODETUR abarca 11 Estados brasileiros, num projeto de US\$400.000.000,00 para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Conseguimos incorporar Minas Gerais. Foi discutido com 30 municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. No desenrolar do projeto, até com certo atropelo e desrespeito aos Prefeitos e aos segmentos organizados do Médio e do Baixo Jequitinhonha, regiões de baixo índice de desenvolvimento humano, priorizou-se o investimento em somente nove municípios do Alto Jequitinhonha. Os Prefeitos mobilizaram-se e, em reunião recente, elaboraram a chamada Carta do Serro, reivindicando distribuição equitativa dos recursos contraídos por empréstimo pelo

Estado de Minas Gerais.

Fizemos várias reuniões, inclusive com a presença do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Estive em Brasília, onde passei quase todo o dia no Ministério do Turismo. Infelizmente, na fase em que o projeto se encontra, apesar de aprovado pelo Banco do Nordeste e pelo Ministério do Turismo e de estar próximo da autorização e aprovação definitivas, não há tempo nem condição de se refazer um estudo visando à inclusão dos outros 21 municípios. Caso isso acontecesse, significaria a perda de R\$120.000.000,00 pelo Estado de Minas Gerais. Assim, fez-se acordo com o Líder do Governo. Empenhamo-nos em inserir os municípios do Médio e do Baixo Jequitinhonha na fase 2 do PRODETUR. Já que não se autorizará endividamento a alguns Estados, poder-se-ia liberar recurso extra do PRODETUR.

Portanto, empenhamo-nos em cumprir o compromisso público do Ministério do Turismo, da Secretaria de Turismo e do Governo para que tais municípios não sejam prejudicados. Aproveremos o projeto. Já aprovamos na Comissão de Participação Popular a realização de audiência pública, com a presença do Secretário de Turismo e dos Prefeitos da região, para que formalizemos esse compromisso e para que o Ministério e a Secretaria liberem os recursos em prol do plano de desenvolvimento do turismo sustentável, não só no Médio e Baixo Jequitinhonha, como também na região que vai da Costa do Descobrimento até o Alto Jequitinhonha. Que essas regiões, a partir dos recursos oriundos do PRODETUR, sejam beneficiadas principalmente com obras de saneamento e acesso rodoviário. Em nome dos nove municípios a serem beneficiados - Diamantina, Serro e outros -, tendo em vista a sua importância para o turismo e para a história de Minas Gerais, o Bloco PT-PCdoB votará favoravelmente, desde que os demais municípios do Médio e do Baixo Jequitinhonha sejam beneficiados na fase 2 do PRODETUR. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.178/2005 com a Emenda nº 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.175/2005, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$24.751.291,60 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.175/2005 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

#### Declaração de Voto

O Deputado Doutor Viana - Só quero dizer da nossa satisfação, porque a Assembléia faz justiça a todos os funcionários que necessitam da aprovação desse projeto. Espero que caminhe rápido para que possamos votá-lo em 2º turno.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.063/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o pagamento de Bolsa pelo Desempenho de Atividades Especiais ao pessoal de que trata a Portaria Presidencial nº 172, de 9/11/2004, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.063/2005 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

#### Declarações de Voto

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, votamos favoravelmente. É muito importante esse apoio ao servidor. Vou ler o ofício da Coordenação Sindical Municipal de Belo Horizonte, que recebi nesta tarde. (- Lê:)

"A Coordenação Sindical Municipal de Belo Horizonte é um espaço democrático concebido para debates e coordenação das lutas encaminhadas pelos sindicatos e associações participantes, representativas dos servidores municipais desta Capital. É desvinculada do Estado e não possui fins lucrativos, tendo como finalidade a defesa dos interesses destes servidores dentro de um contexto de constante aperfeiçoamento das instituições democráticas. Os fatos que ora passamos a narrar não nos deixaram outra saída que não fosse nos socorrermos do elevado prestígio e reconhecimento de que desfruta V. Exa., cujo compromisso na defesa dos interesses dos trabalhadores de modo geral nos motiva a tomar esta iniciativa.

A liberdade de reunião consiste numa das mais elementares prerrogativas de que é titular a pessoa. O direito de reunião é parte do arcabouço mínimo das liberdades civis outorgadas pela Constituição Federal. Um dos traços da essencialidade desse direito constitui a sua oponibilidade, especialmente contra o Estado, que deverá se abster de qualquer prática que frustre sua completa e integral materialização.

Numa atitude de total desrespeito ao direito de reunião, a PBH vem adotando a prática condenável de efetuar descontos nos salários dos servidores municipais que participam de assembleias promovidas por suas entidades representativas.

Essa conduta representa dissimulada forma de supressão do direito constitucional de reunião. Tais fatos são ainda mais censuráveis se observado que foram levados a cabo pela administração pública, de quem se esperava exatamente o contrário, ou seja, postura exemplar na observância dos preceitos mais caros da Constituição Federal. Cumpre observar que o seu atual titular bem sabe a dimensão dos direitos e liberdades civis, atualmente previstos de forma irretirável na Constituição Federal.

Entretanto, depois da redemocratização da sociedade, que permitiu a sua ascensão ao Poder, adota discurso e prática idênticos às forças obscuras que tanto combateu.

Não se pode esquecer que, em passado ainda recente deste País, reprimir a liberdade de reunião consistiu numa das eficientes estratégias para viabilizar a sobrevivência de Governos antidemocráticos e ditatoriais. Essa dura lição nos dá conta de que as entidades civis devem estar atentas para práticas assim, seja denunciando, seja acionando os mecanismos constitucionais de defesa das liberdades civis.

Nesse aspecto, solicitamos a V. Exa. que venha manifestar junto ao Chefe do Executivo de Belo Horizonte, Dr. Fernando Damata Pimentel, a

necessidade de correção dessa prática desrespeitosa ao direito constitucional do trabalhador público municipal de Belo Horizonte. Atenciosamente. Maristela Ribeiro Baptista. Coordenadora."

Assinam ainda: o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - SINDIBEL -; o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE -; o Sindicato dos Auditores de Tributos Municipais de Belo Horizonte - SINFISCO -; o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - SINMED -; a Associação dos Servidores Municipais da PBH - ASSEMP -; a Associação dos Fiscais de Saúde da PBH - AFISA -; e a União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil - UNSP.

Sr. Presidente, estamos encaminhando esse ofício da Coordenação Sindical Municipal de Belo Horizonte às Comissões de Direitos Humanos e de Administração Pública da Assembléia para que tomem providências em relação a esse corte nos salários dos servidores públicos de Belo Horizonte que têm participado dessas assembléias. Também solicito que as comissões oficiem ao Prefeito de Belo Horizonte para que responda à esta Assembléia, a fim de que este seja um espaço democrático para atender a essa reivindicação dos servidores públicos de Belo Horizonte, dos seus sindicatos, das suas associações, que fizeram essa manifestação. Obrigado.

O Deputado André Quintão - Para agilizarmos a votação, deixamos de fazer declaração de voto a vários projetos importantes, especialmente ao Projeto nº 2.175/2005, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$24.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais, em favor do Tribunal de Justiça, que beneficiará e propiciará o pagamento do auxílio-alimentação, justa e legítima reivindicação de seus servidores, bem como as obras de melhorias em várias comarcas do interior do Estado.

Votamos também, em turno único, o Projeto do Regime Especial de Tributação nº 8/2004, que se refere à empresa TAM Linhas Aéreas. Ao declarar meu voto, lembro que a justiça tributária é uma das grandes bandeiras que todos nós defendemos. Muitas vezes, setores mais desprotegidos da sociedade não têm os mesmos benefícios que, por exemplo, grandes empresas transnacionais, grandes grupos econômicos.

Há, nesta Casa, um projeto de minha autoria, que visa a conceder a isenção do ICMS às pessoas portadoras de deficiência visual. Esse benefício, uma grande conquista, já é concedido aos portadores de deficiência física, que andam em cadeira de rodas, que não têm como se deslocar de maneira adequada. Essas pessoas já dirigem hoje, pois existem veículos adaptados. Os portadores de deficiência visual, que têm um gasto extra, já que precisam pagar a motoristas para dirigirem seus veículos, ainda não contam com esse benefício. Trata-se de uma falha da lei, que deveria ampliar o tratamento às pessoas portadoras de deficiência. Recebemos várias solicitações, de entidades, de pessoas que têm um trabalho, uma militância com portadores de deficiência. É o caso do Vereador Arnaldo Godoy, de Belo Horizonte, e do humorista e militante da cidadania, Geraldo Magela.

Fazemos um pedido ao Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres. O projeto já está concluso, pronto para ser votado em Plenário. Diante disso, solicitamos à Liderança do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, que pense nessa questão, uma vez que temos boa-vontade em liberar a pauta, votar os projetos de regime especial de tributação, ainda que o façamos com ressalvas. A Deputada Jô Moraes falou muito bem. Precisamos discutir a política tributária geral do Estado, e não trabalhar sobre fato consumado. Por que os portadores de deficiência visual não podem ser isentos do ICMS? Que insensibilidade é essa?

Solicitamos que se coloque esse projeto em pauta, para que possamos trazer aqui os movimentos sociais, promover um debate. Por que grande empresa transnacional em Minas Gerais tem renúncia fiscal, rebaixamento de imposto?

Às vezes as pessoas são duplamente penalizadas. Além de terem dificuldade, em virtude de portarem alguma deficiência, e serem excluídas de empregos, sofrem exclusão pela sociedade. Lutamos por uma sociedade inclusiva. Queremos o livre deslocamento dessas pessoas. Muitas vezes elas não possuem um veículo ou não têm condições de tê-lo, nem uma pessoa que possa conduzir esse veículo. Faço apelo, que também é do Presidente desta Assembléia, Deputado Mauri Torres, que não está aqui hoje, mas está sensibilizado por essa causa, para que votemos esse projeto. Irei com os movimentos aonde for necessário - CONFAZ, Governo Federal, FMI, ONU -, para estender a isenção do ICMS às pessoas portadoras de deficiência visual. Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### Questões de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, hoje a Universidade Estadual de Montes Claros, a UNIMONTES, está completando 43 anos de existência. Durante todo o dia, a nossa UNIMONTES está promovendo vários eventos, no "campus" e junto aos meios de comunicação. Neste momento, está havendo uma solenidade oficial em comemoração a estes 43 anos.

Quero prestar também as homenagens, em meu nome e no do Poder Legislativo a essa grande universidade. Não pude estar presente às comemorações, em razão de compromissos nesta Casa, em virtude da necessidade de minha presença junto à Comissão Especial do IPSEMG, que me tomou todo o tempo hoje na parte da tarde, num debate extremamente produtivo, que certamente trará frutos aos funcionários do Estado de Minas Gerais. Nossa companheira Deputada Ana Maria Resende também teve que permanecer aqui devido a compromissos nesta Casa.

Em meu nome e em nome da Deputada Ana Maria Resende, caso ela me permita, em nome de todos nós, apresento nossas congratulações à UNIMONTES, ao corpo docente, ao corpo discente, aos funcionários, dizendo que só foi possível construir essa grande universidade, superar obstáculos e fazer com que a UNIMONTES se firmasse no cenário nacional como grande universidade, que no último provão obteve nota máxima em cinco cursos superiores, entre eles o de Medicina e o de Odontologia, firmando de vez seu nome no cenário do ensino superior em nosso Estado e em nosso País, pelo trabalho de todos.

Peço a V. Exa. que faça constar, na ata da reunião de hoje e nos anais desta Casa, esta homenagem, que não é só minha nem da bancada do Norte de Minas, mas de todos os Deputados que têm acompanhado o dia-a-dia da UNIMONTES, que vem superando dificuldades, obstáculos. Faço o pedido neste momento. Se for regimental, oficializarei depois o requerimento. Assim, a Mesa poderá encaminhar ofício a toda a direção da UNIMONTES, ao Reitor, Sr. Paulo César Almeida, aos Vice-Reitores, aos professores, congratulando-os pelos 43 anos da UNIMONTES, data tão importante. Obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Quero trazer novamente ao conhecimento desta Casa e de todo o povo mineiro, que nos assiste pela TV Assembléia, o problema da BR-135. Transitamos quatro vezes nessa rodovia. É lastimável ver cidadãos, mineiros e de outros Estados, terem seus carros quebrados, devido à quantidade de buracos dessa estrada. Pedimos mais um vez ao DNIT que resolva a situação das nossas rodovias, sobretudo da BR-135, que vai do entroncamento da BR-040, na entrada de Curvelo, ao Norte de Minas. Que essa estrada seja olhada com maior determinação. A empresa que estava realizando operação tapa-buracos na BR-135 parou de fazê-lo, porque não tem recebido recursos do DNIT desde novembro do ano passado. E os buracos estão aumentando, provocando acidentes. É lastimável passar por ali à noite e ver as pessoas com os seus veículos danificados e, às vezes, machucadas, por causa dos constantes acidentes.

Em segundo lugar, quero parabenizar a UNIMONTES, como ex-aluno da Faculdade de Medicina. É uma alegria muito grande poder homenagear a nossa UNIMONTES pelos seus 43 anos de existência e pela qualidade de seu ensino. Tenho certeza de que é muito grande a alegria de todos os mineiros.

Para terminar, quero prestar, de público, homenagem aos organizadores da 62ª Exposição Agropecuária, ocorrida na cidade de Curvelo. Parabenizamos todos os organizadores e apoiamos todas as iniciativas direcionadas ao produtor rural.

Eram essas três considerações que queria trazer, pela ordem, na noite de hoje.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, encaminharei amanhã a esta Casa pedido de informação das despesas da nossa Comissão de Direitos Humanos, da qual faço parte, e dos resultados efetivos das suas ações, uma vez que uma comissão desta Casa não pode se dar ao luxo de atender somente ao interesse de um Deputado, que se considera proprietário da Comissão. Todas as viagens feitas por essa Comissão são únicas e exclusivamente para visitar bandidos. Caso recente, ocorrido na cidade de Itaúna, nos preocupou sobremaneira, quando uma mulher foi estuprada e outra pessoa foi assassinada por presos da APAC, colocados indevidamente em liberdade.

Não sabemos se os interesses que ligam essas entidades com o preso têm a ver com a sociedade ou atendem apenas algumas deficiências daqueles que a conduzem, ou talvez da nossa própria Comissão de Direitos Humanos. Mas não podemos aceitar que essa Comissão só defenda bandido.

O Deputado André Quintão acabou de falar do problema dos deficientes visuais, que precisam de isenção de ICMS. Na verdade precisam de isenção de IPI, de COFINS e de tantas outras, pois, se para o cidadão perfeito já é difícil sobreviver neste País, imaginem como é para o cidadão com deficiência visual.

Estamos encaminhando um pedido de prestação de contas dos gastos desta Comissão, que são absurdos. Enquanto isso, há casos graves de brasileiros, como o João Carlos Vasconcelos, a respeito do qual, até hoje, não ouvimos nenhuma manifestação por parte da Comissão de Direitos Humanos.

Sr. Presidente, é hora de dar rumo às coisas e buscar o que a sociedade espera desta Casa. Não posso admitir, como membro da Comissão de Direitos Humanos, que esteja somente a serviço de interesses particulares, alguns desses escusos.

Peço a V. Exa., como Presidente em exercício desta Casa, que acate meu requerimento. Obrigado.

#### Declaração de Voto

A Deputada Elisa Costa - Tive oportunidade de participar de uma audiência pública na semana passada, na APAC de Itaúna, da Comissão de Direitos Humanos e de várias entidades de Minas Gerais. Conhecemos várias experiências da APAC em muitos municípios de Minas Gerais, uma das quais em âmbitos nacional e internacional, de recuperação verdadeira dos presos por meio da participação da sociedade civil e das entidades ligadas aos direitos humanos. Essa experiência é vitoriosa e deve ser modelo para todo o sistema prisional brasileiro, pois mais de 80% dos presidiários são recuperados, e o índice de fuga é muito pequeno. A experiência da APAC foi muito bem defendida pelas entidades da sociedade civil, que estão presentes no dia-a-dia dos presos e se tornam também agentes de mudança.

Se há falhas, não devem ser impedimento para essa experiência tão positiva e tão acertada, começando por Minas Gerais, em Itaúna, e espalhando-se pelo Brasil e por outros países.

A Comissão de Direitos Humanos defende a sociedade, todos que precisam de garantia de seus direitos à alimentação, à moradia, à vida, a ir e vir, à proteção do Estado, etc. Esse é o papel da Comissão de Direitos Humanos, que tem à frente o Deputado Durval Ângelo, que faz um belíssimo trabalho reconhecido por todos desta Assembléia e pela sociedade mineira. Ele faz uma verdadeira defesa, principalmente dos mais pobres e das famílias mais vulnerabilizadas do Estado.

A Assembléia está de parabéns por ter uma comissão atuante na defesa da cidadania. Os direitos humanos envolvem todas as pessoas, a sociedade de maneira geral. Queria deixar esse registro a respeito desse importante trabalho, que deve ser preservado pela Assembléia Legislativa. Esta Comissão vem sendo conduzida de maneira corajosa e brilhante pelo Deputado Durval Ângelo. Obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.017/2004 e do Projeto de Lei nº 1.653/2004, uma vez que permaneceram em ordem do dia por 6 reuniões.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 25, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial do IPSEMG, em 11/5/2005

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Carlos Pimenta, Edson Rezende e Chico Rafael (substituindo este ao Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir convidados, que farão exposição sobre o IPSEMG, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão; informa, ainda, que houve acordo entre os membros da Comissão para que ela se reúna ordinariamente às quartas-feiras, às 14h30min e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Renata Vilhena, Secretária Adjunta de Planejamento e Gestão, informando que não poderá participar da reunião da Comissão, tendo em vista compromissos previamente assumidos. Registra-se a presença das Sras. Eny Hermont Antonino, Superintendente de Interiorização do IPSEMG; e Valéria Mendes Moreira de Sá, Chefe de Divisão de Políticas Descentralizadas de Seguridade do IPSEMG, as quais são convidadas a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Edson Rezende e Carlos Pimenta, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Edson Rezende solicitando que sejam realizadas audiências públicas da Comissão em cada uma das macrorregiões do Estado, em municípios-sedes de centro regional de atendimento do IPSEMG, com a

finalidade de se averiguar "in loco" a qualidade dos serviços prestados pela autarquia no interior do Estado, bem como os principais problemas que os afetam; e Miguel Martini solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 30 dias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2005.

Miguel Martini, Presidente - Carlos Pimenta - Edson Rezende.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/5/2005

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau, Sávio Souza Cruz e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ricardo Duarte. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Ronaldo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Miguel Antônio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, e da Sra. Ana Cláudia Ribeiro Marzinetti, Coordenadora da Central de Atendimento a Denúncia, da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -, publicados no "Diário do Legislativo" de 14/5/2005; da CPI da Mina Capão Xavier, convidando os membros desta Comissão para participarem de visita à MBR, no dia 24/5/2005, e do Presidente desta Comissão, justificando sua ausência nesta reunião por motivo de viagem. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.650/2004 na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado João Leite), registrando-se abstenção de voto do Deputado Sávio Souza Cruz. O Presidente dá prosseguimento à discussão do parecer sobre as Emendas nºs 4 e 5, apresentadas em Plenário, ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 12/2003, no qual o relator, Deputado Doutor Ronaldo, opina pela aprovação da Emenda nº 4; pela apresentação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 5 e da Emenda nº 6 ao Substitutivo nº 1; e pela rejeição da Emenda nº 2. Submetido a votação, é aprovado o parecer, registrando-se a abstenção dos Deputados Sávio Souza Cruz e João Leite. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite (2), em que solicita seja realizada visita às obras da Usina Capim Branco I e II, nos Municípios de Uberlândia e Araguari, para verificar o atendimento das condicionantes ambientais por parte dos empreendedores; e sejam convidados representantes da Companhia Vale do Rio Doce e do SINDIEXTRA para participarem de audiência pública destinada a debater danos ambientais na obra em execução pela referida Companhia, no Município de Belo Vale; e Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião na cidade de Alfenas para debater, em audiência pública, os problemas de saneamento decorrentes da falta de tratamento de esgoto, abastecimento de água, drenagem pluvial, coleta e destinação final de lixo nas cidades do entorno do Lago de Furnas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente - Doutor Ronaldo - João Leite.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/5/2005

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Fahim Sawan e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento de ofício do Deputado Leonardo Moreira, Líder do PL, indicando o Deputado Roberto Ramos para membro efetivo da Comissão de Saúde, na vaga do Deputado Célio Moreira; do Sr. Campos Machado, Deputado Estadual à Assembléia Legislativa de São Paulo, publicado no "Diário do Legislativo", no dia 14/5/2005; ofício da Deputada Maria Tereza Lara, convidando a Comissão para participar da reunião da Comissão de Participação Popular, quando serão debatidos os avanços e entraves da luta antimanicomial. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: os Projeto de Lei nºs 1.967/2004, no 1º turno (Deputado Roberto Ramos); 2.043/2005, em turno único (Deputado Ivair Nogueira); 2.145/2005, em turno único (Deputado Fahim Sawan); e 2.250/2005, em turno único (Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados o Projeto de Lei nº 1.985/2004, em turno único (relator: Deputado Ivair Nogueira), que conclui pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, e o Projeto de Lei nº 2.140/2005, em 1º turno (relator: Deputado Ivair Nogueira), que conclui pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.759/2004 (relator: Deputado Célio Moreira); 2.025/2004 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Célio Moreira); 2.050/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira); 2.165/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira); 2.179/2005 (relator: Deputado Carlos Pimenta); 2.182/2005 (relator: Deputado Fahim Sawan); 2.201/2005 (relator: Deputado Carlos Pimenta). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.566, 4.568, 4.605, 4.567, 4.666, 4.679, 4.701 e 4.702/2005. O Requerimento nº 4.700/2005 é retirado de pauta a requerimento do (Deputado Weliton Prado). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta (2) em que solicita seja formulado ofício à direção das Faculdades Pitágoras de Montes Claros, congratulando-a pela inauguração do Centro de Atendimento Médico para os cursos de Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia, e solicitando ao Secretário de Estado de Saúde formalizar convênio com as Prefeituras de Alterosa e de Alfenas, para cessão de uma ambulância com o intuito de melhorar a prestação de serviços de saúde nesses municípios; Fahim Sawan (2) em que solicita ao Ministério da Saúde informações sobre os recursos federais atualmente repassados ao Estado de Minas Gerais, bem como as razões pelas quais o Estado recebe cerca de 30% menos recursos do que algumas outras unidades da Federação; e solicitando ao Presidente do Congresso Nacional urgentes medidas quanto à regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, especialmente no que diz respeito à definição da expressão "ações e serviços de saúde" para fins de cumprimento da mencionada emenda; Roberto Carvalho em que solicita realização de audiência pública na Comissão a fim de se discutir a situação do imóvel da extinta Fundação Instituto do Coração - CARDIOMINAS -, que foi doado à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. O Presidente deixa de receber requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita audiência pública para ouvir o Sr. Daniel Rosa Rafael, 3º-Sargento PM, e encaminha o referido requerimento à Comissão de Direito Humanos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Carlos Pimenta - Fahim Sawan.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/5/2005

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Domingos Sávio, Jayro Lessa, Ermano Batista, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter informações sobre o convênio celebrado entre o CNPq e a FAPEMIG para a implementação do projeto Pesquisa para o Sistema Único de Saúde - SUS -: Gestão Compartilhada em Saúde e apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência comunica que o Sr. José Geraldo Drumond, Presidente da FAPEMIG, justificou sua ausência nesta reunião. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 12/5/2005: ofícios dos Srs. Fuad Jorge Noman, Secretário de Estado de Fazenda; Walter Garcez Júnior, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, e José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Educação; e da Sra. Sônia Maria Granda Silva, Gerente-Geral da Agência Santo Agostinho da Caixa Econômica Federal. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Ofício nº 24/2005, do Tribunal de Contas do Estado, e Projeto de Lei nº 2.311/2005, em turno único (Deputado Ermano Batista); Projeto de Lei nº 367/2003, no 2º turno (Deputado José Henrique), e Mensagem nº 381/2005, em turno único (Deputado Domingos Sávio). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 566/2003 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Domingos Sávio); 1.717/2005 (relator: Deputado Jayro Lessa); registra-se a presença do Deputado Padre João; 1.727/2004 (relator: Deputado Sebastião Helvécio, em virtude de redistribuição); retira-se da reunião o Deputado Antônio Júlio; pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.842/2004 na forma do Substitutivo nº 1 apresentado (relator: Deputado Domingos Sávio); retira-se da reunião o Deputado Padre João; 2.063/2005 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Sebastião Helvécio); e 2.112/2005 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Sebastião Helvécio); registra-se voto contrário da Deputada Elisa Costa; e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 1.751/2004 (relator: Deputado Sebastião Helvécio, em virtude de redistribuição) e 1.947/2004 (Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição), com votos contrários da Deputada Elisa Costa. Os Projetos de Lei nºs 1.782 e 1.830/2004 são retirados da pauta, atendendo-se, respectivamente, cada um por sua vez, aos requerimentos do Deputado Jayro Lessa e da Deputada Elisa Costa, aprovados pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.633/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Elisa Costa, em que solicita sejam convidados os Secretários de Estado de Fazenda e de Desenvolvimento Econômico para participarem da audiência pública que irá debater o Projeto de Lei nº 1.991/2004. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2005.

Domingos Sávio, Presidente - Ermano Batista - Jayro Lessa - Sebastião Helvécio - José Henrique - Márcio Kangussu - Elisa Costa.

ATA DA 8ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/5/2005

Às 14 horas, comparecem no Plenário da Câmara Municipal de Pirapora os Deputados Roberto Ramos e Arlen Santiago (substituindo este ao Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do PTB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncia de violação de direitos humanos que teria sido praticada contra trabalhadores rurais sem terra da Fazenda Correntes, localizada em Jequitaiá, que teriam sido intimidados e ameaçados por grupo de pessoas que se identificaram como seguranças. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (2), em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião ao Comandante-Geral da PMMG, ao Chefe da Polícia Civil, ao Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais, ao ITER-MG, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, de Apoio Comunitário e de Conflitos Agrários - CAO-DH -, ao INCRA, à Ouvidoria Agrária Nacional e à Vara de Conflitos Agrários da Comarca de Belo Horizonte; e seja encaminhada manifestação de aplauso ao Delegado Federal Marcelo Eduardo Freitas em razão do eficiente trabalho desenvolvido em Pirapora por ocasião dos conflitos e prisões ocorridas em 29/10/2004, dando-se ciência da manifestação ao Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais e à Corregedoria da Polícia Federal, para que a façam constar na pasta funcional do referido Delegado; Roberto Ramos e Durval Ângelo (2), em que solicitam seja realizada visita à cadeia pública de Pirapora para verificar as condições carcerárias desse estabelecimento; e seja solicitada ao Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais e ao Chefe da Polícia Civil a abertura de investigação sobre formação de milícias armadas na região de Pirapora, visando especialmente o suspeito Paulo Bruno. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o tema supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça e Coordenador do CAO-DH; Esmeraldo Pereira Santos e Neivaldo Pereira da Silva, Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pirapora, respectivamente; Celso Leonardo Ribeiro de Oliveira, Edvaldo Muniz Mota, Ildemar Antônio Alves Cordeiro, Jairo Guimarães Silva, João Batista de Oliveira Neto, Lindolfo Lopes e Orlando Pereira Lima, Vereadores à Câmara Municipal de Pirapora, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2005.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/5/2005

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Ricardo Duarte, Adalcleber Lopes (substituindo este ao Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), Alencar da Silveira Jr. (substituindo este ao Deputado Sargento Rodrigues, por indicação da Liderança do BPS), Célio Moreira (substituindo este ao Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do PL) e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Arlen Santiago, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Chico Rafael, Leonardo Quintão, Leonídio Bouças e Sávio Souza Cruz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, do Governador do Estado, que cria a carreira de agente de polícia, cria cargos no quadro de pessoal da Polícia Civil e dispõe sobre a promoção por tempo de serviço dos ocupantes de cargos de policiais civis que menciona e a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Jairo Lellis Filho, Chefe Adjunto da Polícia Civil de Minas Gerais; Joaquim Francisco Neto, Assessor de Gabinete da Polícia Civil de Minas Gerais; Antônio Marcos Pereira, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Divinato da Conceição Ferreira, Presidente da Federação Interestadual dos Policiais Cíveis da Região Centro Oeste e Territórios - FEIPOP -; Paulo Martins, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Paraná; Juvercino Guerra Filho, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Estado de Minas Gerais; João Batista Rebouças da Silva Neto, Presidente do Sindicato dos

Investigadores do Estado de São Paulo, e Roberto Simão, Presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Adalcleber Lopes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, o Presidente verifica de plano a ausência de quórum para votação da matéria constante na pauta. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2005.

Fahim Sawan, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Gustavo Valadares - Antônio Júlio.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/5/2005

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Lúcia Pacífico e os Deputados Jéus Lima e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Lúcia Pacífico, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Jéus Lima, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.014/2004 e 2.221/2005, ambos no 1º turno (Deputados Dinis Pinheiro e João Leite, respectivamente). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Jéus Lima, solicitando encaminhar ao Diretor-Presidente da CEMIG pedido de anistia para os participantes do Programa Lumiar e solicitando encaminhar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário pedido de revisão do pré-requisito para liberação de recursos do PRONAF; e da Deputada Lúcia Pacífico, solicitando convidar o representante do Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Químicos para Fins Industriais do Estado de Minas Gerais para participar da audiência pública que esta Comissão realizará, a fim de debater o regime de substituição tributária do setor de distribuidores de medicamentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2005.

João Leite, Presidente - Laudelino Augusto - Olinto Godinho.

ATA DA 8ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 23/5/2005

Às 9h45min, comparecem no Salão de Convenções do Hotel Santos Dumont, em Cambuquira, os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a conhecer e discutir os critérios que devem instruir os processos de licitação para a exploração das águas minerais do Estado, principalmente no que diz respeito ao uso medicinal das águas, ramo da medicina conhecido como Crenologia. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Laudelino Augusto (2), em que pleiteia seja enviado ofício ao Ministério da Saúde solicitando o reconhecimento e o ressarcimento, pelo Serviço Único de Saúde - SUS - dos custos dos tratamentos crenoterápicos e termais; e em que solicita ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, em caráter emergencial, a lacreção do Poço Primavera, no Parque das Águas de São Lourenço, de onde está sendo extraído o gás carbônico para a gaseificação de águas minerais naturais da Nestlé Waters do Brasil; João Leite, em que solicita seja enviado ofício à Comissão de Participação Popular, que examinará a proposta do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, para que seja incluída no 32º Programa Estruturador para o Estado a implementação de ação de revitalização e desenvolvimento sustentável das Estâncias Hidrominerais de Minas Gerais. A seguir, a Presidência registra a presença dos Srs. Marco Vinícius Marques Pena, Prefeito Municipal de Cambuquira; Weber de Avelar Silva, Gerente de Projetos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Marcelo Nassif, Diretor de Operações da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - CODEMIG; Maricene Menezes de Oliveira Mattos Paixão, geóloga da Divisão de Regulação e Controle do IGAM; Josálvaro de Castro Guimarães, analista ambiental da FEAM; Bergson Cardoso Guimarães, Promotor de Justiça da Comarca de Caxambu e Presidente da 24ª Regional da Associação Mineira do Ministério Público; Odair Cunha, Deputado Federal; e Reynaldo Guedes Neto, porta-voz do Fórum das Organizações Não-Governamentais do Circuito das Águas - FOCAS -, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Laudelino Augusto tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, o Presidente recebe ofício da Sra. Andréa Divino Rodrigues, Presidente da ACOF-Cambuquira, em que solicita apoio para obras a serem realizadas no Bairro Figueira, bem como carta de intenções do povo de Cambuquira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente - Doutor Ronaldo - Sávio Souza Cruz - João Leite.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 37ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 31/5/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.647/2004, do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita ao Procurador-Geral de Justiça do Estado informações sobre as providências adotadas com relação ao que ficou evidenciado no relatório final da CPI do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.663/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Secretário da Fazenda cópia do parecer que concluiu pela legitimidade da transação realizada entre o Estado e a Samarco Mineração S/A, conforme Resolução nº 4/2003, de 19/12/2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.696/2004, do Deputado Dimas Fabiano, em que solicita ao Subsecretário de Esportes o envio de relatório contendo o nome dos municípios beneficiados pelo Programa "Segundo Tempo" e quais os critérios adotados para a celebração de convênios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.819/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita à CEMIG informações que justifiquem os constantes aumentos na tarifação elétrica praticados pela empresa. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.826/2004, do Deputado André Quintão, em que solicita ao Presidente da CEMIG informações sobre o acidente fatal ocorrido na Usina da Queimados, em Unai, no dia 9/4/2004, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento

Votação do Requerimento nº 2.842/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita ao Secretário de Fazenda esclarecimentos sobre a transformação em verba retida dos valores correspondentes ao pagamento de direitos adquiridos por servidores públicos por ocasião da aposentadoria. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.874/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita à direção da PRODEMGE informações sobre as providências tomadas quanto ao pagamento das verbas rescisórias de trabalhadores contratados pela CLT, sem a realização de concurso público. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão da indicação do nome do Dr. Octávio Elisio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA. A Comissão Especial opina pela indicação do nome.

### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial que opina pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3 na forma do Subemenda nº 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da UEMG e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial que perdeu prazo para emitir parecer sobre a Emenda nº 2.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Gol Transportes Aéreos S/A.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr. que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art.

227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal na rede pública em Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - RURALMINAS - a doar imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR - de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.993/2004, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.400, de 18/12/86, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Cooperativa de Laticínios Teófilo Otoni Ltda. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 31/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Resolução nºs 2.285 e 2.286/2005, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 31/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.176/2005, do Governador do Estado; 1.541/2004, do Deputado Laudelino Augusto; 2.038/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.187/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.278/2005, do Deputado Márcio Kangussu; 2.325/2005, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.990/2004, do Deputado Paulo Piau; 2.052/2005, do Deputado Antônio Andrade; 2.171/2005, do Deputado Gustavo Valadares; 2.181/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.296/2005, do Deputado João Leite; 2.302/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 2.306/2005, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.316/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.320/2005, do Deputado Ivair Nogueira; 2.322/2005, do Deputado Dilzon Melo; 2.326/2005, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 31/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.956/2004, do Deputado Leonardo Moreira, e 2.172/2005, do Deputado Gustavo Valadares.

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.259/2005, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.645 e 4.646/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 4.731/2005, do Deputado Doutor Viana, e 4.752/2005, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 1º/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos sobre denúncias de violação de direitos humanos e a ocorrência de acidentes fatais resultantes de más condições de trabalho na CEMIG e nas empresas por ela terceirizadas, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da Comissão Especial do IPSEMG, a realizar-se às 14h30min do dia 1º/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 31/5/2005, destinada, I, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Discussão da indicação do nome do Sr. Octávio Elisio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA; e, 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade; 66/2003, da Comissão Especial da UEMG e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; e 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82; dos Projetos de Resolução nºs 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda; 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Gol Transportes Aéreos S/A; e 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda; dos Projetos de Lei nºs 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado de Minas Gerais; 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica; 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/94, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual; 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal na rede pública em Minas Gerais; 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - RURALMINAS - a doar imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária; 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR, de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94 e dá outras providências; e 1.993/2004, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.400, de 18/12/86, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Cooperativa de Laticínios Teófilo Otoni Ltda; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 30 de maio de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais do Sul de Minas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Corrêa, Laudelino Augusto e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/5/2005, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2005.

Dilzon Melo, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Roberto Ramos e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2005, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 88/2005, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2005.

Sebastião Helvécio, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do IPSEMG

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Carlos Pimenta, Edson Rezende e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/6/2005, às 10 horas, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, com a finalidade de averiguar, em audiência pública, a qualidade dos serviços prestados pela autarquia, bem como os principais problemas que afetam os usuários, com a presença dos seguintes convidados: Lucia Helena Mellino, Diretora Regional do Sind-UTE; Fernando César Farinelli de Souza, Diretor Regional do Sind-Saúde de Juiz de Fora; Marluce Josefina Fátima Lopes, Coordenadora do IPSEMG em Juiz de Fora, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2005.

Miguel Martini, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Cecília Ferramenta e Maria Olívia e os Deputados Carlos Gomes e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/6/2005, às 10 horas, na cidade de Buritizeiro, com a finalidade de discutir a existência de petróleo e gás natural na bacia do rio São Francisco; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2005.

João Bittar, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.103/2005

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O projeto em análise, do Deputado Gil Pereira, dispõe sobre a distribuição de produtos alimentícios nas gôndolas dos estabelecimentos comerciais do Estado e dá outras providências.

Publicado em 4/3/2005, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer. Cabe, preliminarmente, a esta Comissão analisar os aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Ao estabelecer critérios para disposição, nas gôndolas dos supermercados, dos produtos alimentícios considerados similares, a proposta em análise pretende corrigir uma grave distorção na comercialização dos mencionados gêneros.

Conforme consta na justificação do projeto, os consumidores têm dificuldade para diferenciar produtos similares, a exemplo do que ocorre entre o iogurte e as bebidas lácteas, entre o azeite e o óleo composto de soja e azeite.

A matéria em exame revela a preocupação de seu autor com a tentativa de se confundir o consumidor ao se colocarem, na mesma gôndola, produtos alimentícios que não apresentam as mesmas características e, muitas vezes, são embalados da mesma forma que os produtos congêneres.

Observa-se uma perfeita consonância da proposição em apreço com os princípios norteadores das relações de consumo, entre eles os princípios da boa-fé e da transparência. De acordo com este, é assegurado ao consumidor o direito à informação correta, clara, precisa e ostensiva sobre as características, qualidades, quantidade e composição, entre outros dados relativos aos produtos e serviços disponíveis no mercado de consumo.

A competência para legislar sobre a matéria é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, conforme se evidencia no art. 24, V e VIII, da Carta da República. Sendo assim, não existindo norma federal específica acerca da matéria, cabe a esta Casa Legislativa discipliná-la, segundo o comando insculpido no art. 61, XVIII, da Constituição do Estado.

Não existe, por outro lado, nenhuma vedação a que se instaure o processo legislativo por iniciativa parlamentar.

A proposta carece, entretanto, de ajustes de ordem técnica, o que nos leva a propor, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.103/2005 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a identificação de produtos similares aos convencionais nas gôndolas de estabelecimentos comerciais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o proprietário de estabelecimento comercial obrigado a dispor em gôndola diferenciada o produto alimentício similar a produto convencional.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, considera-se similar o produto alimentício que se assemelhe a um produto convencional em sua embalagem, mas que dele se diferencie pela quantidade e pela qualidade das matérias-primas utilizadas e pelo teor nutritivo reduzido em relação ao convencional.

Art. 2º - Será afixada, na gôndola a que se refere o art. 1º, em local visível, informação ao consumidor, esclarecendo tratar-se de produto similar.

Art. 3º - O proprietário de estabelecimento comercial terá prazo de trinta dias contados da data da publicação desta lei para se adaptar às regras nela estabelecidas.

Art. 4º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - George Hilton, relator - Adelmo Carneiro Leão - Ermano Batista - Sebastião Costa - Gustavo Corrêa.

### COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 25/5/2005, as seguintes comunicações:

Do Deputado Mauri Torres, notificando o falecimento do Sr. Valdecir Cabral Ribeiro, ocorrido em 23/5/2005, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Lourenço Guirelli Júnior, ocorrido em 23/5/2005, em Monte Sião. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. José Batista Coury, ocorrido em 14/5/2005, em Brasília, Distrito Federal. (- Ciente. Oficie-se.)

### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/5/2005, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98 e Decisão da Mesa de 17/5/2005, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Fabiane de Souza Rodrigues Quintão para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 16/6/2005, às 14 horas, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de diversos papéis.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na R. Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou, gratuitamente, por meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio ou informar um endereço eletrônico.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2005

Objeto: locação de um leitor copiador de microfílm.

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 26/5/2005, pág. 51, col. 1.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2005

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2005

Objeto: contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços de operação de sistema de ar condicionado central, exaustores, bombas de incêndio, bombas de água potável e de dois grupos moto geradores a diesel, serviços de manutenção preventiva e corretiva dos mesmos sistemas e equipamentos e em sistemas informatizados de automação de equipamentos de ar condicionado, bem como execução de limpeza mecanizada do interior de dutos de ar condicionado. Licitantes habilitadas: CETEST Minas Engenharia e Serviços S.A. e CONBRÁS Engenharia Ltda. Licitantes inabilitadas: SGE - Serviços Gerais de Engenharia Ltda. e EMAC Engenharia de Manutenção Ltda.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemar Norte Leste S.A. Objeto: prestação de serviços de telefonia. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual. Vigência: 26/2/2005 a 25/3/2005. Dotação orçamentária: 01.031.011.4-011.0001 33903900.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Linear Equipamentos S.A. Objeto: fornecimento e instalação de sistemas de recepção e retransmissão de sinais de radiodifusão em sinal aberto da TVA, no interior de Minas Gerais. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-009.0001 33903900 e 01.122.001.2-009.0001 44905200.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Serralheria Montanheza Ltda. Objeto: confecção e instalação de corrimãos e guarda-corpos nas dependências da Assembléia Legislativa. Dotação orçamentária: 01.122.001.2.009.0001 44905100. Vigência: 90 dias a partir da 23/5/2005. Licitação: Pregão Presencial nº 86/2004.

#### TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Município de Três Marias. Objeto: instalação dos equipamentos de transmissão da TVA. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900.